



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 4850/16 - ESTABELECE MEDIDAS CONTRA CORRUPÇÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1422/16	DATA: 22/11/2016	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 14h51min	TÉRMINO: 16h26min	PÁGINAS: 38

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Onyx Lorenzoni.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção ininteligível.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Boa tarde a todas e a todos os presentes.

Eu queria pedir silêncio. Sei que o tema em debate é muito caro a todos, mas precisamos de um mínimo de silêncio para começar a reunião.

Esperamos que o fim de semana nos tenha trazido um pouco de paz e serenidade e que nossas ideias tenham clareado. Rogo a bênção de Deus a esta reunião, para que possamos chegar ao fim com toda tranquilidade.

Havendo número regimental, declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 4.850, de 2106, do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame e outros, que *“estabelece medidas contra a corrupção e demais crimes contra o patrimônio público e combate o enriquecimento ilícito de agentes públicos”*.

Em apreciação a ata da 31ª Reunião Ordinária, realizada no último dia 09, cujas cópias estão à disposição dos senhores membros.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O Deputado José Carlos Araújo pede a dispensa da leitura da ata.

Indago se algum membro deseja retificá-la. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira retificá-la, em votação. *(Pausa.)*

Aprovada.

Pois não, Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. que todas as vezes que fizer referência aos autores deste projeto de lei dissesse o nome de todos. Projeto não é de autoria de Fulano de Tal e outros. Cada um desses “outros” têm nome. Por favor. Inclusive na ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não. Vamos fazer isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Com relação às versões do relatório final, estou cuidando para que traga o nome dos quatro autores.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, questão de ordem.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vou responder ao pedido do Deputado João Campos, depois dou a palavra a V.Exa.

Deputado João Campos, V.Exa. já havia falado sobre esse assunto na reunião. Peço perdão por não constar do nosso roteiro essa providência.

Os autores do projeto em debate são os Deputados Antonio Carlos Mendes Thame, Diego Garcia, Fernando Francischini e João Campos.

Feito o registro, reitero meu pedido de perdão ao Deputado João Campos.

Indago se o Deputado Fernando Francischini deseja falar ou se posso ler o expediente, que hoje é longo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Pode ler o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Comunico aos Srs. Deputados o recebimento das seguintes correspondências, cujas cópias encontram-se à disposição na Secretaria da Comissão.

Ofício da Liderança do PP, que desliga o Deputado Ricardo Izar e indica o Deputado Fausto Pinato, do PP de São Paulo, para titular da Comissão.

Ofício nº 223, de 2016, da Câmara Municipal de Garuva, Santa Catarina, em que manifesta apoio ao Projeto de Lei nº 4.850, de 2016.

Ofício nº 198, de 2016, da Liderança do PRB, que desliga o Deputado Vinicius Carvalho, do PRB de São Paulo, e indica o Deputado Marcelo Squassoni, do PRB de São Paulo, para suplente da Comissão.

Ofício nº 92, de 2016, da Liderança do PV, que desliga o Deputado Rubens Bueno, do PPS do Paraná, e indica o Deputado Arnaldo Jordy, do PPS do Pará, para suplente da Comissão.

Ofício nº 428, de 2016, da Liderança do PTB, que desliga o Deputado Paes Landim, do PTB do Piauí, e indica o Deputado Nelson Marquezelli, do PTB de São Paulo, para titular da Comissão.

Ofício nº 420, de 2016, da Liderança do PR, que desliga a Deputada Gorete Pereira, do PR do Paraná, e indica o Deputado José Carlos Araújo, do PR da Bahia, para titular da Comissão.

Ofício nº 20, de 2016, do Procurador-Geral da República, que convida os membros desta Comissão para o *workshop* sobre As 10 Medidas contra a Corrupção, no contexto da Convenção das Nações Unidas de Combate à Corrupção, Convenção de Mérida.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ofício nº 47, de 2016, da Câmara Municipal de Cabralia Paulista, que encaminha moção de apoio ao Projeto de Lei nº 4.850, de 2016.

Ofício nº 923, de 2016, da Liderança do PSDB, que desliga o Deputado Pedro Cunha Lima, do PSDB da Paraíba, e indica o Deputado Rogério Marinho, do PSDB do Rio Grande do Norte, para suplente da Comissão.

Ofício nº 99, de 2016, da Liderança do PRB, que desliga o Deputado Marcelo Squassoni, do PRB de São Paulo, e indica o Deputado Celso Russomanno, do PRB de São Paulo, para suplente da Comissão.

Ofício nº 479, de 2016, da Liderança do PT, que desliga o Deputado José Guimarães, do PT do Ceará, e indica o Deputado Paulo Teixeira, do PT de São Paulo, para titular da Comissão; e desliga o Deputado Paulo Teixeira e indica o Deputado José Guimarães para suplente da Comissão.

Do Deputado Gilberto Nascimento, que comunica sua impossibilidade de comparecer a esta reunião por questões de saúde, e apresenta licença médica.

O Deputado Antonio Carlos Mendes Thame também se encontra adoentado. Rogamos a Deus que possa logo ficar bom, pois é pessoa muito importante para esta Casa e para esta Comissão.

Ofício nº 347, de 2016, da Liderança do PP, que indica o Deputado Hiran Gonçalves, do PR de Roraima, para titular da Comissão.

Vou passar a palavra ao Relator...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, peço apenas que V.Exa. leia a data da indicação do nome do Deputado Arnaldo Jordy para assumir minha vaga nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado. *(Pausa.)* Não tenho aqui, mas vou pegar o ofício.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Sr. Presidente, acho importante eu falar antes, até para o Relator poder se posicionar sobre a denúncia que vou fazer a respeito da minha situação nesta Comissão, em razão de fato que acabou de acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Enquanto esperamos o ofício chegar para darmos resposta ao Deputado Rubens Bueno, concedo a palavra ao Deputado Fernando Francischini, por 3 minutos.



O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Presidente, rapidamente, quero denunciar uma manobra espúria, pois retiraram meu nome da Comissão neste minuto. Eu vim votar “sim” ao relatório, acompanhar o Deputado Onyx Lorenzoni, depois do acordo que fizemos há poucos minutos, com a participação do Procurador da República, Dr. Deltan Dallagnol, com um texto mais acertado em relação à Polícia Federal e ao Ministério Público Federal, ajudando a força-tarefa da Lava-Jato a continuar com o entendimento perfeito que está tendo.

Eu não posso aceitar essa manobra. Sou um dos autores do projeto de conversão, juntamente com os Deputados João Campos, Antonio Carlos Mendes Thame e Diego Garcia. No último minuto antes da votação não posso ser retirado da Comissão. Vou permanecer e me pronunciar como um dos autores, apoiando V.Exa., Sr. Presidente, que tem conduzido de forma esplêndida nossos trabalhos até o momento. Sei que o Relator, mesmo com todas as pressões que vem sofrendo, procura construir um relatório que agrade a todos, mas não posso aceitar uma manobra espúria, realizada nas sombras e no último minuto.

Vou permanecer e me posicionar. Quero ajudar a construir uma solução. Mas a democracia não aceita mais soluções nas sombras, tramadas nos gabinetes, fora do microfone, para que a população brasileira não possa avaliar a participação de cada um, até para quando formos bater de porta em porta pedindo votos.

Permaneço e denuncio minha revolta, Sr. Presidente, pelo meu nome ter sido retirado desta Comissão no último minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Fernando Francischini. É um prazer tê-lo na Comissão até o final, independentemente de ser membro ou não, de haver designação do seu partido ou não, até porque V.Exa. é autor e merece todo o nosso respeito.

Deputado Rubens Bueno, o ofício chegou no dia 17 de novembro.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - No dia 17 de novembro. E o ofício é assinado por quem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pela Liderança. Eu vou mandar buscar o ofício.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Não vamos chegar a tanto. Só quero esclarecer que esta vaga é do Partido Verde e que pedi minha substituição em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

virtude de viagem oficial. O ofício chegou aqui atrasado. Ele se destinava à reunião ocorrida no dia 16 ou 17, a última realizada, quando não houve quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - A indicação é da Liderança do Partido Verde, realmente.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Exatamente. A demora no envio desse ofício fez com que não mais estivéssemos como titular. Mas o Deputado Arnaldo Jordy é o titular indicado por nós e pelo Partido Verde para me substituir naquela ocasião, o que continua valendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado. Mas gostaríamos de contar com sua presença, que pode se manifestar normalmente.

Concedo a palavra ao Relator.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero, primeiro, fazer um agradecimento muito especial, usando a figura do Dr. Luiz Fernando, Coordenador da Consultoria Legislativa da Câmara, para agradecer o empenho e a dedicação dos Consultores destinados a acompanhar esta Comissão Especial: Dra. Márcia Bianchi, Dr. Marcelo Manzan e Dra. Regina Reis.

Por que começo desta forma? Porque recebemos, de ontem para hoje, contribuições de seis bancadas ao texto, que vem sendo aprimorado. E isso faz parte do processo legislativo. O pedido de vista é justamente para que possamos ler, reler e analisar e, lenta e gradualmente, ir construindo a convicção — isso é da essência do processo legislativo — que nos permitirá votar este relatório por ampla maioria ou, como é o sonho do Deputado Joaquim Passarinho, por unanimidade, se pudermos chegar a um texto com tal grau de consenso.

Então, vim aqui para esclarecer, até porque é minha responsabilidade, pois o Relator coordena o trabalho da Consultoria, que está debruçada e dedicada a fazer os ajustes finais.

Portanto, quero pedir paciência e tolerância a todos, para que os Consultores disponham de mais 1 hora para concluir o trabalho, fazer as cópias e entregar a cada um dos senhores e das senhoras e, daí para frente, fazer a análise daquilo que é fruto do entendimento construído nas bancadas ao longo de todo este processo. Portanto, peço paciência a todos.



Peço, então, ao Presidente que suspenda por 1 hora esta reunião, para dar o tempo necessário à conclusão do trabalho de compatibilização das sugestões. Daqui a 1 hora as senhoras e os senhores poderão receber esse trabalho e, aí sim, faremos uma discussão já com o trabalho definitivo, ainda podendo recolher alguma contribuição que surja no curso deste debate e que julgarmos, por maioria, necessária ao texto.

O Parlamento brasileiro e esta Comissão têm a grande responsabilidade de responder aos 2 milhões e 400 mil brasileiros e brasileiras que deram seu aval às 10 Medidas contra a Corrupção.

Creio que vale a pena esperarmos mais 1 hora, para que façamos o trabalho da melhor maneira possível e os senhores tenham todos os elementos para, depois, orientar o voto de cada bancada e de cada Parlamentar.

Eu só quero colocar a palavra final de que o que estamos fazendo não vai mudar nada dramaticamente no texto. Vista foi concedida, é regimental e está no processo. O processo que estamos vivendo é de adaptação no texto, assim como eventuais contribuições dadas ao longo dos debates — e aqui há vários relatores de outros processos — poderão ser absorvidas até o momento em que decidirmos votar. Então, dali em diante não podemos mais mexer.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, volto a dizer: apresentado o texto, a discussão vai se abrir. Se conseguirmos construir o consenso — e acho que vamos conseguir, pela qualidade do texto —, podemos votar hoje ou amanhã, vai depender da decisão do Presidente e dos membros da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Quero deixar claro que precisamos liberar o Relator para que consiga fechar o texto. Mas vamos continuar conversando. Informo que não abri a discussão, para que ninguém perca tempo em discutir o relatório, até porque não temos o texto final. Então, não abri a Ordem do Dia.

Respondendo ao Deputado, a Presidência está aqui apenas para coordenar os trabalhos. A decisão sobre quando ocorrerá a votação, hoje ou amanhã, caberá aos senhores. Temos apenas o poder de coordenar os trabalhos. Faremos o que a maioria decidir.



Daremos a palavra a todos, Deputados Fausto Pinato, José Carlos Araújo, Marcelo Aro... Aliás, falará primeiro o Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Nobre Presidente, primeiro, eu gostaria de parabenizar o Deputado Onyx Lorenzoni pela tentativa de fazer o melhor texto possível. Algumas mudanças têm sido feitas neste relatório. Pelo que entendi — cheguei agora, mas estou acompanhando —, trata-se da terceira ou quarta mudança que se faz no texto original.

Entendo, Sr. Presidente, que isso é salutar, porque todos estamos discutindo e dando sugestões. Mas entendo que, após sacramentadas todas essas mudanças, o relatório terá que ser lido outra vez dentro do contexto em que foram feitas as sugestões. E digo isso porque houve sugestões de um lado e de outro, ou seja, uma colcha de retalhos. Como agora a colcha está retalhada, emendada, consertada de um lado e de outro com sugestões, ao se entregar o relatório totalmente pronto, com a versão final, que não deverá trazer mudanças, será lido pelo Relator, para que possamos entender o que ficou e o que foi retirado.

Entendo assim, Sr. Presidente. É essa a intenção de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, o texto final só fica pronto após os debates. Até lá podemos ter alteração. Então, não posso dizer quando será apresentado o texto final. O Relator deve apresentar a nova versão antes dos debates, porém, ao longo das discussões, poderá ser alterado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sim, mas todos estamos discutindo, e vamos saber o que vai sair e o que vai entrar. Mas, sobre o que está sendo feito agora, não temos conhecimento. Vamos ter quando ele trouxer o texto final e distribuir as cópias. O texto, com a nova versão que chegar, vai ter que ser lido. V.Exa. concorda comigo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Com certeza. É lógico. Concordo com V.Exa. no sentido de que o texto terá que ser lido e debatido. Não temos nenhuma...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Obrigado, Presidente. Então, não tenho que somente elogiar o Deputado Onyx Lorenzoni, Relator, mas também V.Exa., com a decisão que acaba de tomar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Fausto Pinato.



O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu gostaria de me manifestar, porque percebemos uma coisa orquestrada de alguns movimentos, de alguns *sites*, querendo fazer pressão.

Nesta Casa, quem não aguenta pressão não deve ser Deputado Federal; quem não consegue usar argumentos técnicos e jurídicos na discussão de medida tão importante como esta, como diz o Capitão Nascimento, tem que pedir para sair.

Sr. Presidente, também elogiei o primeiro relatório do Deputado Onyx Lorenzoni, apesar de ter feito algumas ponderações quanto à inserção da questão de processo penal. Mas o Relator, em minha opinião, foi muito infeliz quando suprimiu a responsabilidade de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário sem chamar esta Comissão para conversar.

O Procurador Deltan Dallagnol fica às vezes, nas redes sociais e no jornal *O Estado de S. Paulo*, instigando a população contra os Parlamentares — no plural. Eu queria dizer que aqui há gente boa e séria, como há no Ministério Público e no Poder Judiciário. Mas tanto aqui quanto no Judiciário e no Ministério Público há porcaria também. Há corrupto em todas as instituições.

Eu queria deixar consignado que sou a favor da discussão das 10 Medidas contra a Corrupção. Como brasileiro e advogado, sou profundo admirador dos bons juízes e dos bons promotores de Justiça, que respeitam a Constituição Federal. Entretanto, discordo da alegada urgência à tramitação e à aprovação das medidas apresentadas pelo Ministério Público, pelas seguintes razões.

Como cidadão, Deputado e advogado, estou convencido de que a Operação Lava-Jato, com a atuação magistral do Juiz Federal Sergio Moro, é prova incontestável de que já existe lei de sobra para colocar corruptos na cadeia. Não fosse assim, o Juiz Sergio Moro não teria conseguido instruir o processo, condenar e colocar na cadeia dezenas e dezenas de figurões, entre eles ex-Deputados, ex-Ministros de Estado, presidentes e diretores das maiores empreiteiras do nosso País, bem como doleiros, tesoureiros de partidos, marqueteiros, etc. Todos nós sabemos que os réus impetraram centenas de recursos contra decisões do Juiz Sergio Moro, e praticamente todas foram mantidas pelo Supremo Tribunal Federal. Logo, não faltam leis. O que pode estar faltando são os juízes trabalharem com a mesma velocidade do Juiz Sergio Moro, que, este sim, merece nosso aplauso.



Na verdade, as dez medidas pleiteadas por membros do Ministério Público taticamente partem da falsa premissa de que são urgentes, porque, sem elas, não se condenam corruptos. Isso não é verdade. A Lava-Jato está aí para provar o contrário.

Quero deixar claro que sou a favor da Lava-Jato. Tenho ficha limpa, sou advogado e sou contra qualquer alteração a toque de caixa de lei importante, sem motivo para a alegada urgência. Como regra, a aprovação de todo projeto de lei deve ser precedida de discussão ampla com todos os segmentos — Ministério Público, OAB, magistratura e sociedade civil. Não adianta fazer a discussão e, ao final do relatório, às escondidas, neste Parlamento ouvir apenas um Procurador da República.

Como se vê, membros do Ministério Público, não todos, de forma estratégica, querem aprovar com urgência projetos de lei como se fossem imprescindíveis e urgentes, sem que seja verdade, tentando jogar toda a sociedade contra nós.

O resto, data vênia, é demagogia barata do Ministério Público e um profundo desrespeito para com as pessoas de bem, que têm o direito de saber da verdade por inteiro, porque uma meia verdade é uma inteira mentira.

Para finalizar, eu gostaria de expressar que incontestável é o trabalho da Polícia Federal, que, mesmo diante da histórica desmotivação, tem feito um trabalho sério, preciso e determinante para atuar com rigor, inteligência e autonomia nas investigações que entram para a história do Brasil e fazem os brasileiros se encherem de orgulho. Ela é a ponta da investigação e também está contra isso. Não é possível que a Polícia Federal seja contra o combate à corrupção. Não venham denegrir este Parlamento!

Da mesma forma, quero saudar e cumprimentar o Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, que, ciente do papel que representa, tem atuado com prudência, integridade e retidão, e se mostra um grande conhecedor da necessidade de aperfeiçoamento destas medidas, que visam responder ao clamor do povo brasileiro. Tanto é que fez um convite a V.Exa., Sr. Presidente.

Sr. Presidente, não podemos jogar para a galera. O Relator tem que ter a responsabilidade de fazer uma construção séria e apresentar o relatório, em minha opinião, quando houver a convergência de pelo menos a maioria desta Comissão. Caso contrário, jogará este Parlamento na boca de leões. V.Exa. tem a



responsabilidade, como Presidente da Comissão, de poupar o Parlamento, porque todos somos vistos lá fora como bandidos. Mas aqui há gente séria — e vou defender meus pares —, como V.Exa. e tantos outros, que não pode ser jogada na vala comum.

Devemos pedir sim que volte ao relatório o crime de responsabilidade. O que foi feito é incoerente. Se o chefe do Ministério Público, Rodrigo Janot, mesmo estando sob a égide do crime de responsabilidade, processa Senador e Deputado, de maneira cautelosa e muito competente, por que Ministério Público e juízes, aqueles que são subordinados ao Presidente do Supremo, não podem ser processados? Não podemos nos curvar! Não sou eu que digo isto, é a Constituição: os Poderes são independentes. Não podemos ficar de joelhos, sob a penalidade de o Parlamento brasileiro ficar refém.

Sr. Presidente, faço este apelo a V.Exa. Sou Deputado de primeiro mandato, e venho levando bombardeio em redes sociais e *sites* tendenciosos, sendo ameaçado via Twitter. Quero, ao final do dia, ter o aplauso da minha consciência. Vamos restabelecer a nossa autonomia no Parlamento!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Fausto Pinato.

Desculpem-me se não seguir a ordem normal.

Tem a palavra o Deputado Aliel Machado.

O SR. DEPUTADO ALIEL MACHADO - Sr. Presidente, este momento de ponderação é importante para a sociedade brasileira. Essa urgência não vem de pressão do Ministério Público nem de Deputados, vem da sociedade, que neste momento encontrou como um cano de escape, com a pressão popular, por meio da Câmara dos Deputados, um caminho para tentar parar com essa sangria.

De fato, eu concordo com o Deputado Pinato no sentido de que nós não podemos ser suscetíveis a pressões, mas não podemos concordar com as articulações que acontecem nos bastidores da política, com as articulações que acontecem a portas fechadas por aqueles que se utilizam dos cargos públicos para se autoprotegerem, porque estamos na iminência de descobrir muito mais do que já foi descoberto sobre corrupção no nosso País.



Eu tenho muita tranquilidade, porque não cedo a pressões. Em projetos de extrema importância nesta Casa, sempre mantive a coerência, Sr. Presidente, de votar com a minha consciência e com aquilo que eu acho correto, não por acordos políticos.

O que me preocupa são os acordos que fizeram, por exemplo, com que nós não tivéssemos a última sessão para debater, que não tivéssemos o quórum necessário para fazer esta discussão e este debate. Concordo também que este projeto não é específico para o momento atual. Ele é uma independência para o nosso País daqui para frente. Nós mudamos a lógica cultural do nosso País, implantando medidas mais sérias e coerentes, mas que não podem ser seletivas, elas têm que ser para todos.

Corruptos existem em todos os lugares, em todas as profissões. Infelizmente, é da naturalidade humana se corromper muitas vezes. Para coibir isso, nós precisamos de instituições sérias, não de interesses pessoais ou de grupos políticos. Portanto, a independência... É possível o projeto ser melhorado pelos legisladores, que somos nós, eleitos pela população. Temos que colocar o interesse público em primeiro lugar. E eu não vejo ninguém em sã consciência na população brasileira ser contrário à punição de corruptos, seja ele juiz, promotor ou político. Isso é de suma importância.

Agora, isso também não pode servir como desculpa para paralisar as discussões ou prejudicar o andamento dessas medidas, que são de fundamental importância e são, sim, urgentes, porque o que está acontecendo na Operação Lava-Jato não é apenas pela eficiência do Juiz Sérgio Moro, não é apenas pela atuação dos procuradores, é porque a sociedade não deixou parar. Se fosse por integrantes da política, ela já teria parado.

Foram flagrados Senadores da República, agentes políticos, há interceptações falando da necessidade da paralisação da Operação Lava-Jato. Ela não parou, porque a população não deixou. Agora, ela não pode ser seletiva, ela não pode atender um grupo político ou interesse, como aconteceu também.

Então, Sr. Presidente, quero parabenizar V.Exa. pela condução do trabalho de maneira coerente, séria, ouvindo todos os lados, mas quero fazer um apelo aos Srs. Deputados. Eu sei que existe muita pressão. É de notório saber que as articulações de gabinetes se sobrepõem aos interesses públicos, como acabou de



denunciar o Deputado Francischini. Isso é uma articulação de bastidor, de gabinete, de interesse de autoproteção dos políticos, que estão apavorados com o recado que a população vem dando. Mas nós não podemos confundir alhos com bugalhos.

É preciso, neste momento, fazer aquilo que a população espera, com coerência e responsabilidade. Os legisladores não podem ser suscetíveis a pressões de grupos políticos, de presidentes de partidos, de líderes partidários, de interesses daqueles que querem se autoproteger.

Este não é um discurso demagógico, não faço isso. Eu tenho condições de falar o que eu estou falando, porque não devo nada na Justiça, não cometi crime e tenho liberdade de defender aqui uma independência para o futuro do nosso País, para amenizar esses problemas de corrupção que estão em todas as esferas. Um dos Poderes mais corruptos deste País é o Poder Judiciário, que não é passível de uma investigação. Nós devemos melhorar, sim, as investigações para todos.

Então, eu quero dizer que, junto com o Deputado João Derly, nosso titular, o nosso partido Rede Sustentabilidade discutiu muito a nossa preocupação em relação à aprovação dessas medidas, a nossa preocupação em não distorcer esse movimento e que os acordos feitos em gabinetes com líderes partidários, com presidentes de partidos, não se sobreponham ao interesse da população, porque a população lá fora está de olhos abertos e quer que as medidas sejam aprovadas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Aliel.

Com a palavra o Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, primeiro, eu queria reforçar o esclarecimento já iniciado pelo Deputado Rubens Bueno, por uma razão simples: alguns *blogs* e algumas mídias, na semana passada, registraram, dentre alguns partidos ausentes na sessão passada, o PPS.

O Deputado Rubens Bueno estava em missão parlamentar oficial desta Casa, como suplente; o titular, Deputado Mendes Thame, estava, como V.Exa. já anunciou, de licença médica, e a substituição, já autorizada pelo Deputado Thame, não chegou a tempo para registro no painel. Mas eu estava presente, indicado, V.Exa. sabe disso. Quero apenas fazer esse esclarecimento que depois foi feito por algumas mídias.



Em segundo lugar, eu queria prestar minha solidariedade aqui ao Deputado Francischini. Realmente, isso não é comum nesta Casa e revela desde já alguma coisa no ar que está acontecendo nos bastidores, o que é lamentável, não para o partido nem para o Deputado Francischini pessoalmente, mas eu acho que é constrangedor para todo este colegiado ver um autor da matéria, que tem participado de forma contundente no debate, independentemente do mérito ou da avaliação de juízo, da sua posição, ser sacado da Comissão na hora da votação do relatório.

Não tenho nada a ver com isso do ponto de vista direto, mas me sinto constrangido como Deputado assistir a uma cena dessas. E podia ocorrer com qualquer outro Deputado, autor da matéria, interessado mais do que qualquer outro, em tese, ser sacado da Comissão por interesses sabe lá quais, que não estão aqui expostos, pelo menos.

Acho que pressão, *lobby* e articulações são próprios deste Parlamento, agora era bom que nós iniciássemos, Sr. Presidente, o mais rápido possível, pelo menos o debate, para que nós pudéssemos entrar no mérito, como já está sendo feito de forma disfarçada nas questões de ordem.

Eu confesso que também sou usuário desse expediente, pelo precedente aqui estabelecido, mas eu acho que nós precisamos entrar no mérito, já que as matérias que faltam ajustar, pelo próprio Relator citadas, não são de grande mérito, não pegam no fulcro daquelas questões que estão aí candentes para o debate.

Eu acho que V.Exa., evidentemente consultando, podia abrir a discussão, e nós ganharíamos tempo. O processo se abre oficialmente, porque já está retardando demais. Eu acho que nós temos que entrar no mérito: quem é a favor do combate à corrupção, quem é a favor da continuação da Lava-Jato, quem é a favor do aperfeiçoamento, no ordenamento jurídico, daquilo que está orgulhando os brasileiros e brasileiras de bem neste País, que não é a maioria que está envolvida em corrupção, não.

É verdade o que foi dito pelo Deputado Pinato: em todas as instituições existem pessoas com práticas desonestas. No Ministério Público existem, no Poder Judiciário existem muitas, mas nós não podemos sinalizar para a sociedade, nesta matéria, que é fruto das ruas, que vem com mais de 2 milhões de assinaturas trazidas pelo Ministério Público, com o aval da Polícia Federal, da Receita Federal,



do Juiz Sérgio Moro, daqueles que estão ajudando a passar o Brasil a limpo, nós não podemos dar a sensação, para a opinião pública, de que isso está sendo freado aqui nesta Casa.

O Parlamento não pode se divorciar dessa opinião pública vibrante, que está fazendo história e cumprindo um papel civilizatório na história brasileira. Eu acho que nós precisamos começar a botar as digitais aqui.

Este é o apelo que faço a V.Exa.: abra o debate, já que a matéria está chegando aqui, para que cada um possa assumir a sua posição, e nós, o mais rápido possível, possamos iniciar o processo de votação nesta Comissão, para que o Plenário possa contemplar e brindar a sociedade brasileira, chancelando, dando um aval a isso que está acontecendo, punindo a corrupção de forma definitiva no Brasil, que é o quarto país mais corrupto do planeta, lamentavelmente, segundo a transparência internacional.

Era esse apelo que eu queria fazer a V.Exa., Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Jordy. Apenas vou respeitar o que o Relator pediu, porque é muito difícil abrir o debate sem o Relator presente. Quem pode, no debate, modificar ou não é o Relator. Eu sei que nem está previsto isso, mas eu acho que a condição do Parlamento é esta.

Nós aproveitamos o momento, que está um pouco tenso, destampamos essa panela e começamos a tirar um pouco de pressão, para que nós possamos, com toda a tranquilidade, votar isso o mais rápido possível. É o que a população toda quer. É sim ou não, como V.Exa. diz, cada um que assuma a sua responsabilidade.

Com a palavra o Deputado Marcelo Aro.

O SR. DEPUTADO MARCELO ARO - Obrigado, Sr. Presidente. Quero cumprimentar todos os colegas Deputados que estão nesta Comissão.

Quero aproveitar, Presidente, neste momento em que estamos fazendo esta pausa, esperando o relatório final do Deputado Onyx Lorenzoni, para fazer um esclarecimento, porque esta é a Casa do povo. Aqui estamos para representar a vontade popular.

Sabemos que o povo nos acompanha neste momento. As pessoas estão assistindo a este debate que travamos agora. Então, é fundamental que elas também entendam esse processo político de construção de uma lei tão importante,



que está sendo votada neste plenário hoje, que são as dez medidas de combate à corrupção.

Na semana passada, eu fiz um vídeo, esclarecendo os meus eleitores que estavam no meu Facebook, no Twitter, no Instagram, falando: *“Marcelo, você está no mapa como indeciso. Sua foto lá está como indeciso”*.

Aí eu fiz um vídeo, explicando, falando assim: *“Olha, eu queria saber qual é a pergunta objetiva desse mapa que me coloca como indeciso, porque, se a pergunta é se eu sou a favor das dez medidas, eu tenho uma resposta objetiva: sim ou não. Agora, a pergunta é se eu sou a favor das dez medidas, das dezoito medidas, das dezessete medidas ou do que vai ser entregue daqui a alguns minutos? Eu sou a favor ou contra?”*

Eu pergunto a V.Exa. se é a favor ou contra. Ninguém aqui pode dizer isso. Nós não sabemos o que virá daqui a poucos minutos. E o principal, Presidente, é que nós não poderemos pedir vista novamente.

Então, em questão de instantes, de minutos, isso se contarmos com a colaboração de cada Deputado em falar um pouco, para dar tempo de os demais irem lendo o novo relatório, nós teremos que emitir a nossa opinião se somos favoráveis ou contrários ao relatório.

Eu quero falar para o povo brasileiro que nos assiste que há pressões que são positivas, sim. Eu acho que o povo brasileiro tem de participar desses momentos da nossa história. Mas eu acho que nós temos de saber fazer pressão. Nós temos de saber qual o objetivo da pressão. Eu afirmo: a pressão que foi feita na última semana não surtiu efeito, infelizmente, porque não havia nenhuma pergunta objetiva.

Sr. Presidente, tenho certeza de que V.Exa. não disse, mas isso me espanta, e tenho certeza de que V.Exa. sempre conduziu os trabalhos da Comissão da melhor forma possível. Eu ouvi em um *site* que V.Exa. estava condenando os partidos que estavam boicotando a votação das dez medidas, que na semana passada os senhores queriam votar apesar de não terem dado o quórum necessário.

Sr. Presidente, aqui estamos para votar, a sala está cheia. Quem não está hoje aqui é o Relator, que saiu, sendo que teve tempo para elaborar o seu parecer. Agora ele nos pede mais uma hora. Não quero levantar nenhuma falsa polêmica,



quero apenas que as pessoas que estão nos assistindo façam uma reflexão. Essa demora é boa para quem? A cada minuto que nós atrasamos a votação desse projeto permitimos a alguns continuarem expostos na mídia. Se não votarmos hoje o projeto — olhem a imprensa —, ao sairmos do plenário ninguém vai me parar, mas vai parar alguns desta Comissão para falarem. O rosto deles vai estar na mídia. A intenção verdadeira deles será cumprida. Mas isso eu não posso permitir calado. Eu não tenho força para evitar isso, mas calado eu não ficarei. Calado eu não ficarei!

Aqui estou e quero votar. Quem quiser saber se sou contra ou a favor, faça-me perguntas objetivas. Eu não tenho medo de responder a essas pessoas. Se me perguntarem objetivamente se sou favorável à anistia de quem pratica o caixa dois, eu responderei que não. Eu sou contrário a essa anistia. Se me perguntarem se sou favorável à responsabilização de membros do Judiciário e do Ministério Público nas dez medidas, eu responderei que não. Não nas dez medidas. Acho que o debate tem de ser feito, mas não na apreciação das dez medidas. Façam-me perguntas objetivas. Não me coloquem como indeciso, contrário ou favorável sem ser feita uma pergunta objetiva.

Fizeram isso comigo e com cada um que está nesta Comissão.

Deixo aqui, portanto, minha solidariedade aos companheiros, inclusive colocando alguns no muro da vergonha. Vergonha foi o que fizeram. Vergonha foi não entenderem o processo político e o processo de construção de uma legislação.

Hoje, Sr. Presidente, se os principais atores desse debate não protelarem a votação mais uma vez — eles, sim, são proteladores —, nós saberemos quem é a favor e quem é contra as medidas. Aqui estamos todos nós para votar.

Faço um apelo ao Deputado Onyx Lorenzoni para que volte logo porque estamos aqui para votar. Não há mais o que ser discutido. Temo, Sr. Presidente, essa busca de acordo para o texto. Eu sou um homem que defendo, sim, o acordo no processo legislativo. Mas acho que nesse tema é difícil alcançarmos acordo. E, dependendo do texto que vier fantasiado de acordo, esse mapa vai por água abaixo. Quem disse que era a favor terá que votar contra; muitos que se disseram contrários terão que votar a favor, e a Casa de Mãe Joana estará armada, dependendo do que vier no relatório.

Então, são essas as minhas observações, muito mais para o povo brasileiro que nos acompanha, para explicar a ele o que aqui se passa.



Peço desculpas aos nobres Deputados por essa exposição, por essa explicação para quem nos está assistindo, mas tenho certeza de que o que eu disse aqui é o sentimento de muitos que estão nesta Comissão.

Manifesto, portanto, minha solidariedade ao colega Deputado Francischini, um amigo que tenho neste Parlamento, que de maneira abrupta, ao apagar das luzes, foi tirado desta Comissão. Isso não é legítimo no processo democrático. Isso é artimanha. Nós podemos ser derrotados no voto — isso faz parte do processo —, mas não com negociatas espúrias. Isso nós não podemos admitir, pelo menos não calados. E eu não me calarei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Marcelo Aro, muito obrigado.

Sem querer polemizar, quero dizer que o Deputado Onyx Lorenzoni esteve aqui presente em respeito a todos e disse que hoje recebeu ainda várias sugestões de Líderes partidários e se retirou para tentar atendê-las.

O relatório do Deputado Onyx Lorenzoni foi preparado a tempo, mas ele está tentando, com essas novas sugestões, chegar a um texto mais condizente com o pensamento de todos. Só isso. Sem polemizar.

Muito obrigado por sua participação, Deputado.

Antes de o Deputado Rubens Bueno fazer uso da palavra, quero dar uma informação aos colegas. Eu fui questionado logo no início porque alguns repórteres afirmaram que na sessão da última quinta-feira 17 Deputados marcaram presença.

A confusão é que o Deputado Félix Mendonça Júnior é titular e o Deputado Sérgio Vidigal, suplente. Se um está, a presença do outro não pode ser considerada. O Deputado João Derly é titular e o Deputado Aliel Machado, suplente. Nós não podemos computar a presença dos dois. Apesar de haver 17 membros da Comissão no local, apenas 15 estavam presentes para efeito de quórum. Por isso não houve quórum. Era só uma explicação que queria dar aos colegas e à imprensa.

Concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, gostaria de dizer a V.Exa. que não tinha ainda conhecimento no trato do dia a dia da Casa. Somos 513 Parlamentares. Há uma dificuldade muito grande de conviver no dia a dia em razão



do volume de projetos e Comissões permanentes e temporárias às quais nós temos que dar atenção.

Mas eu o conheci aqui e quero dizer de público da satisfação de tê-lo conhecido. V.Exa. é um Parlamentar que honra o Parlamento brasileiro. Como Presidente desta Comissão, permitiu a todos se manifestarem, independentemente de partido ou posição, sabendo que esse é um projeto extremamente polêmico. Mas é polêmico exatamente porque veio de uma iniciativa popular, assinado por milhões de brasileiros para cobrir as brechas que a lei ainda possui, a permitir tanta corrupção no País. Daí essa proposta ter sido apresentada e a Comissão ter como Presidente o Deputado Joaquim Passarinho e como Relator o Deputado Onyx Lorenzoni, que está fazendo um grande trabalho. Podemos não gostar de um ponto aqui ou ali, mas o Relator fez um grande trabalho e merece nosso aplauso — quando estiver aqui.

Os Deputados participaram — eu mesmo participei de praticamente todas as reuniões, desde o início — ativamente das discussões. Foram grandes debates, enriquecedores; as dúvidas foram dirimidas e foram esclarecidos os pontos divergentes do projeto. A Assessoria da Liderança do PPS estudou as 17 medidas uma a uma, mostrando o quanto esse trabalho foi benfeito, não só pelo Relator, mas pela Mesa, pelos Deputados e pela Consultoria da Casa.

Eu quero agradecer de público ao Relator, que aceitou uma proposta que nós apresentamos, constante de projeto de lei de nossa autoria, o Projeto de Lei nº 264, de 2015. O que é esse projeto? Esse projeto diz, no art. 2º do Decreto nº 2.848, de 1940, do Código Penal, que vai para o inciso II do art. 116, e diz o seguinte:

“Art. 116

II - enquanto não for feito o ressarcimento ao Erário em todos os casos de sentença condenatória que tenha apurado crime que implique desvio, prejuízo, inadimplemento ou malversação de recursos públicos.”

O dispositivo, acatado pelo Relator, enriquece o projeto. O projeto não trazia essa previsão, mas havia projeto tramitando na Casa que continha essa disposição que veio enriquecer o relatório. Por isso, eu agradeço ao Relator.

Estamos de acordo com a proposta que está sendo apresentada até agora, salvo eventuais modificações, que precisam ser discutidas.



Com certeza o representante da nossa bancada, Deputado Arnaldo Jordy, está à altura para fazer esse debate para darmos respostas à sociedade. Temos que sofrer pressão, sim. Esta é a Casa do Povo brasileiro. Aqui a pressão deve ser democrática e legítima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno, pelas palavras e pela menção ao meu nome. Tenho certeza de que isso é mais pela amizade que construímos neste Parlamento.

Tem a palavra o Deputado Aluisio Mendes.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, eu me sinto contemplado com grande parte das intervenções dos colegas que me precederam, mas quero fazer um destaque especial. Eu também fui incluído na relação dos que ainda não decidiram o voto. Eu pergunto: quem foi que me arguiu sobre a minha posição? Eu nunca fui perguntado sobre a minha posição. Então, quem me incluiu nessa lista o fez indevidamente.

Eu talvez seja — e V.Exa. sabe disso — um dos Deputados mais presentes nesta Comissão. Fiz um levantamento. Das 31 reuniões, eu participei de 25. Quando aqui não estive era porque estava participando de outros trabalhos na Casa. Estive aqui discutindo com cada expositor, apresentando o meu ponto de vista. Quem é, como eu, integrante dos quadros da Polícia Federal, onde eu passei mais da metade da minha vida combatendo o crime organizado e a corrupção, jamais pode ser contra um projeto que permite seja feito o que eu procurei fazer durante toda a minha vida profissional: botar corruptos e bandidos na cadeia.

O Brasil tem uma das legislações mais benevolentes do mundo e nós podemos corrigir parte dela nesta Comissão. Agora, eu tenho realmente algumas ponderações com relação ao relatório do Deputado Onyx Lorenzoni. Fiz a ele essas ponderações e estou esperando a versão final do relatório para ver se foram acatadas ou não, para me pronunciar. Fiz indicações que foram acolhidas e agradeço ao Relator, que já me comunicou que a indicação que eu fiz sobre o compartilhamento de provas na esfera administrativa e judiciária foi acatada.

Eu acho que é uma covardia de quem aponta para esse ou aquele Deputado como sendo contrário ou favorável a um relatório que ainda não foi sequer apresentado. Os Parlamentares não foram arguidos sobre as suas posições. A minha posição sempre foi uma: o Brasil precisa aperfeiçoar as suas leis de combate



não só à corrupção, mas ao crime de forma geral. Nós temos uma das legislações mais benevolentes do mundo. Em consequência, somos hoje um dos países mais violentos do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Eu gostaria de pedir respeito ao Deputado que está falando.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Uma das minhas plataformas de campanha — eu estou no meu primeiro mandato também — foi justamente o combate ao crime organizado e o endurecimento das leis brasileiras, que favorecem a prática de crimes. A benevolência das leis e a facilidade com que os criminosos entram e saem da cadeia estimulam a prática de crimes. Muitas vezes nem chegam a ser presos, em razão da ciranda jurídica. É um dos meus projetos principais nesta Casa mudar essa realidade. Mas isso não me exclui o direito de discutir esse projeto, de debater com o Relator. E isso eu fiz nas 24 reuniões de que participei.

Então, Sr. Presidente, quem me incluiu nesse mural como indeciso nunca perguntou qual é a minha posição, nunca questionou a minha posição e jamais poderia ter me incluído nesse rol, até porque, como disse muito bem o Deputado Marcelo Aro, como posso manifestar posição sobre um relatório que ainda não conheço? Não existe ainda um relatório consolidado!

Faço mais uma observação a V.Exa.: tenho muito medo. Esse relatório vai chegar agora sem o conhecimento de grande parte dos Deputados. Nós não estamos participando da confecção de sua última versão. Como nós poderemos debater e deliberar hoje um relatório de mais de 170 páginas sem conhecê-lo profundamente? Qualquer pequena alteração nessas medidas pode implicar grande mudança na responsabilização pela prática de certos crimes.

Também não concordo com a exclusão de magistrados e procuradores da prática de um crime que é previsto para qualquer servidor público. Não existe neste País um Olimpo onde há os normais, os mortais e os deuses. Todos estamos no mesmo nível. Estou disposto a discutir com o Relator por que incluiu essa questão como décimo oitavo item e posteriormente o excluiu.

Mas digo que alguém que passou mais da metade da sua vida combatendo o crime organizado e a corrupção jamais poderia ser contra uma proposta dessas.



Agora, aperfeiçoá-la, aprimorá-la eu acho que é um direito meu e estou legitimado aqui pelos votos que tive nas urnas.

Era a ponderação que eu queria fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Eu só quero dizer a todos que estão aqui — e é um prazer tê-los aqui — que, se os Deputados que estão falando estiverem atrapalhando vou pedir que parem de falar e vamos encerrar a reunião. Todos são muito bem-vindos, mas nós não podemos deixar que os Deputados sejam desrespeitados na hora de se pronunciar devido a conversas paralelas. Peço que todos prestem atenção porque, afinal de contas, o intuito de todos é o de acompanhar a votação, o debate e a manifestação de cada Deputado. É importante termos esse respeito aos Deputados. O Deputado Aluisio Mendes realmente é um dos membros mais frequentes desta Comissão, esteve sempre presente em nossos debates.

Peço aos que quiserem conversar sobre outros assuntos que saiam, conversem e depois voltem. É sempre um prazer tê-los aqui conosco.

Tem a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Demorou, mas chegou a minha vez.

Sr. Presidente, essa legislação não é feita apenas para 2 milhões de pessoas. Essa legislação é feita para mais de 220 milhões de brasileiros. O pessoal está usando um escudo para colocar determinadas categorias acima de tudo, como se fossem deuses. Não são deuses. Todos nós estamos sujeitos a cometer erros. Essa parte de tirar a responsabilização dos membros da magistratura e do Ministério Público, de eles não serem responsabilizados pelos erros que cometem, não pode acontecer.

E digo mais, Sr. Presidente: há uma Comissão aqui na Câmara discutindo toda a legislação processual penal vigente. Essas medidas caberiam muito bem nessa Comissão, que está mudando o Código de Processo Penal.

Então, eu não sou contra A nem B, nem sou contra a Lava-Jato. Milito há 30 anos no Direito e sei o que povo passa lá embaixo, o povão. É muito importante saber que a espada de Dâmocles não pode ficar eternamente sobre a cabeça do povo. Essa espada não pode ficar eternamente sobre a cabeça da pessoa que está



sendo processada. Por isso, tem que haver um tempo de prescrição, sim. A prescrição é legítima.

Agora, todos têm que trabalhar de acordo. E, se errarem, como um dia erraram comigo — eu falo isso porque já erraram comigo, e não foi uma nem duas vezes, só para aparecer —, a espada de Dâmocles está sobre a cabeça de qualquer ser humano.

Então, tem que se pensar e responsabilizar, sim. A pessoa não pode ficar sem responsabilização. Errou, tem que pagar. Esse é o ônus do cargo. Se ela acertou, parabéns, mas não fez mais que a obrigação. Porém, se ela errou, tem que pagar, porque não se pode processar alguém indevidamente, sem provas, só pelo mérito.

O que fez o Supremo com a Lei nº 4.898, de 1965, que trata dos casos de abuso de autoridade? Deixou-a em suspenso. Dizem que essa lei, que responsabilizava todos, surgiu na época da ditadura. Vejam bem: ela é de 1965 e já responsabilizava as autoridades que abusavam do seu direito.

O direito não pode ser abusado. Todos são iguais perante a lei, diz o art. 5º da Constituição. Então, é preciso fazer com que todos sejam iguais perante a lei. Você pode pôr a espada sobre a cabeça dos outros, mas tem saber que deve fazê-lo corretamente, porque, se errar, vai pagar.

Não se pode ficar com a falácia de que isso vai atrapalhar a investigação da Lava-Jato. A Lava-Jato é só uma investigação e pega uma pequena parcela de envolvidos em crime de corrupção. Além do mais, apenas 2 milhões de pessoas assinaram esse projeto, quando o Brasil tem 200 milhões de habitantes.

Então, não se pode utilizar o escudo de que isso vai atrapalhar a investigação. Isso não atrapalha em nada. Se atrapalhasse, eles não teriam chegado aonde chegaram. Isso é falácia. Essa responsabilização tem que voltar para o relatório, porque é de suma importância. Eles têm que ser responsabilizados, sim. Todos têm que ter responsabilidade, como nós temos.

Eu fiquei investigando por 28 anos e sabia que, se errasse, seria responsabilizado. Acontece que eu nunca errei. Mas fui processado e fiquei com a espada de Dâmocles sobre a minha cabeça por 20 anos, para ser absolvido ao final, porque não havia prova alguma.



Então, Sr. Presidente, todo o mundo tem que ser responsabilizado, sim. Todo o mundo tem que saber o que vai fazer, todo o mundo tem que ser responsabilizado no final. E lugar de corrupto é na cadeia. Todo mundo sabe disso. Quem quiser roubar que roube, mas que saiba as consequências por isso. Agora, se quem for investigar quiser acusar alguém, que o faça com provas, e não sem provas, como acontece em várias acusações.

Também tem que haver o prazo de prescrição. Se V.Exa. for aos fóruns do Brasil afora, na sexta-feira, às 16 horas, e achar lá 1% de quem milita no Direito, pode mandar isso para mim, que vou ser responsabilizado pelo que estou falando. Então, tem que haver prazo, sim, tem que haver trabalho de investigação e coleta de provas realmente. Quem deve tem que pagar, mas quem erra tem que pagar também pelo erro. Só quem fica com a espada sobre a cabeça sabe o quanto dói a responsabilidade.

Então, é importante responsabilizar, sim.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Delegado Edson Moreira, pela contribuição.

Com a palavra o Deputado Celso Maldaner, um dos Deputados mais frequentes nos debates na nossa Comissão.

O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, gostaria de parabenizar V.Exa., a quem aprendi admirar pelo trabalho e pela seriedade na condução desta Comissão.

Foram ouvidas aqui 143 lideranças. Eu estou apenas no terceiro mandato. Pode ter havido uma Comissão Especial na Câmara que tenha trabalhado igual a esta, mas eu não conheço. Acho que, na história do Congresso Nacional, não houve um Presidente e um Relator de Comissão Especial que tenham se dedicado e trabalhado tanto como fizeram o Deputado Joaquim Passarinho e o Deputado Onyx Lorenzoni no debate dessas dez medidas anticorrupção.

Realmente foi dada a todos a oportunidade de debater e estudar a matéria. E, depois de debatermos medida por medida, de ouvirmos todos os entendidos deste País, ainda ficamos 1 semana discutindo, uma por uma, todas as medidas com os nossos assessores e os consultores aqui da Câmara dos Deputados.



Então, essa interrupção não é boa, Deputado Joaquim Passarinho. A minha intervenção aqui é para pedir que não se esperasse 1 hora. É uma pena que o Deputado Onyx Lorenzoni tenha pedido mais 1 hora. Isso não é bom.

Eu não tenho dúvidas. Eu estudei todas as medidas, não só as dez medidas, como as 17 que são hoje, uma por uma. Mas este espaço agora é importante para algum Deputado que tenha dúvida. De repente, pode vir se manifestar aqui algum Deputado que nunca participou das reuniões da Comissão, algum Deputado que não acompanhou, não leu, não estudou o relatório. Isso me preocupa.

Além do mais, eu quero aqui prestar minha solidariedade ao Deputado Fernando Francischini, que participou e se dedicou. Eu acho que é injusto, na última hora, trocar um Parlamentar. Isso não é bom.

Então, eu tenho essa preocupação. Mas confio muito no Deputado Onyx Lorenzoni. Apesar de S.Exa. não ser jurista, mas médico veterinário, é um homem que tem experiência, que participou de muitas CPIs. S.Exa. conhece o assunto, estudou tanto o assunto que nos representou muito bem ontem, em São Paulo, no programa *Roda Viva*.

Eu acredito e espero que o Onyx não modifique o que fizemos. A minha preocupação é se ele vai modificar o que nós estudamos aqui. Estou preocupado com isso, porque tínhamos que votar essas medidas. Não tem mais o que esperar.

Eu não estou autorizado a falar em nome de outros Deputados. Mas quero aqui ressaltar o trabalho não só do Sérgio Moro, como também do Dalton Dallagnol, de quem tenho orgulho, porque tenho acompanhado suas entrevistas e o trabalho que tem feito na Lava-Jato. Acho que ele é também motivo de orgulho para o Ministério Público.

Quem pode falar aqui é o Deputado. Mas vamos ser sinceros: eu acho que chegou a hora de o Congresso Nacional dar uma resposta à sociedade brasileira, votando essas medidas anticorrupção. É isso o que eu quero aqui pedir aos colegas Parlamentares.

Não sei se alguém tem alguma dúvida. Mas não podemos desvirtuar de repente, não podemos falar não sei o quê, que agora vai haver teste da integridade. É preciso saber que ele será feito só no campo administrativo, só com pessoas especializadas, que estudaram e foram capacitadas, só com a autorização do Poder Judiciário. Não é como dizem, que agora vai haver teste de integridade para



Deputado. Não existe isso! Então, se houver pessoas com dúvidas, que perguntem agora, para não que não tenham dúvidas daqui a pouco, na hora de votar o relatório. Eu acho que é muito importante esclarecer as dúvidas.

Vejam que bonita esta frase: *“Todos somos iguais perante a lei”*. Por isso, tinha que se acabar com essa prerrogativa do foro privilegiado, de julgamento só pelo Supremo Tribunal Federal. São 22 mil pessoas de casta na sociedade que são intocáveis. É claro que há prescrição, porque o Supremo Tribunal Federal leva 20 anos para julgar, e nada acontece.

Portanto, depois dessas dez medidas, nós tínhamos que acabar também com o foro privilegiado, para sermos todos iguais perante a Constituição.

Era isso, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, só para esclarecer: quanto ao Supremo, você só pode usar se avocar essa responsabilidade. Certo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está bom, Deputado. Eu tenho uma lista para seguir, infelizmente.

Eu só queria, antes de continuar, ler mais três expedientes que chegaram à Mesa:

Ofício nº 482, de 2016, da Liderança do PT, que desliga o Deputado Givaldo Vieira, do PT do Espírito Santo, e indica o Deputado Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais, para titular; e desliga o Deputado Leonardo Monteiro, do PT de Minas Gerais, e indica o Deputado Givaldo Vieira, do PT do Espírito Santo, para suplente desta Comissão.

Ofício nº 211, de 2016, da Liderança do Solidariedade, que desliga o Deputado Fernando Francischini, do Solidariedade do Paraná, e indica o Deputado Lucas Vergílio, do Solidariedade de Goiás, para titular desta Comissão.

Ofício nº 924, de 2016, da Liderança do PSDB, que indica o Deputado Fábio Sousa, do PSDB de Goiás, e indica o Deputado Eduardo Cury, do PSDB de São Paulo, para titular desta Comissão.

Prosseguindo com os Deputados inscritos, concedo a palavra à Deputada Angela Albino.



A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, na verdade, queria fazer uma consulta a V.Exa.

V.Exa. sabe que, divergências à parte, tenho contribuído no que posso com a Comissão, para acharmos a melhor mediação possível e o melhor formato jurídico possível. Lembro que muitas coisas que tratamos aqui não envolvem apenas o mundo da política, mas transbordam inclusive no processo penal.

As medidas originais, que deram fundamento a esta Comissão, tinham 67 artigos. O primeiro relatório tinha 219 artigos, que incluíam as 18 medidas. O último de que temos notícia tinha 179 artigos.

Sr. Presidente, é muita coisa! Aqui se mexe com muita coisa! Nós não podemos votar sem ter absoluta clareza do que estamos votando.

Portanto, eu faço um questionamento e, ao mesmo tempo, um apelo a V.Exa. Deveríamos fazer da mesma forma como fez o Relator Onyx Lorenzoni, quando apresentou as 18 medidas perante esta Comissão — então, eram 18: votar ponto a ponto, para que, de fato, saibamos o que estamos votando.

Isso aqui não pode virar um jogo de torcida. Nós não podemos nos dividir. Concordo com vários colegas que mencionaram que, se um *site* diz que alguém é indeciso, é contra ou a favor, isso vira a régua que diz quem é sério e não é sério neste País. Aliás, eu quero dizer que quem combate à corrupção não deveria ser *troll*, não deveria usar perfil *fake* e outras ferramentas enganadoras de Internet, para dar volume às suas manifestações em redes sociais.

Nós precisamos conhecer as mudanças, conhecer o que se muda do que estava em estudo. Eu vou pegar, até de forma mais generosa, o que nós recebemos hoje pela manhã. Pelo menos, precisamos saber o que muda entre o relatório que foi apresentado pela amanhã e o que está sendo gestado.

Sei que o tempo já é exíguo. Mas acho que todos nós faremos um esforço para vencer essa temeridade de tempo. E aí dialogo com todos os Parlamentares que estão aqui: nós não vamos votar as dez medidas, nós não vamos debater as dez medidas, nós vamos debater o relatório do Deputado Onyx, que, como eu disse, originou-se em 67 artigos, chegou a 219 e agora está em 179. Não sei quantos artigos vai ter essa última versão.

Portanto, Sr. Presidente, na serenidade e reconhecendo que há divergências de posicionamento, quero partir do pressuposto de boa-fé de parte a parte. Mas nós



não podemos ter a responsabilidade de, com a faca no pescoço, votar o que quer que seja, com quase 200 artigos, que mexe com o Código do Processo Penal, sem termos certeza do que estamos votando.

Faço, então, um apelo a V.Exa. Sei da exiguidade do tempo, sei como todos e todas, muito particularmente o Relator e o Presidente, são premidos pelo tempo e pela opinião pública. Mas espero que nós possamos passar para a história como alguém que votou sabendo o que estava votando e as consequências do seu voto.

Espero que, minimamente, nós conheçamos as diferenças entre o que está sendo produzido agora e o que foi entregue a nós pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputada Angela.

Inclusive, V.Exa. é testemunha de que o Relator tentou, na Sala das Comissões, durante 1 semana, receber todos os Parlamentares. V.Exa. esteve lá presente, levando a sua contribuição para melhorar o texto.

O Deputado Onyx Lorenzoni é muito suscetível às ajudas. Várias ponderações de V.Exa. foram recepcionadas, mostrando que o Deputado não tem nada fechado.

Eu só rogo a V.Exa. que esperemos o Deputado Lorenzoni voltar, para que ele possa expor à Comissão o seu novo pensamento, nessa tentativa de fazer um relatório mais acessível a todos.

Eu não tenho pressa nenhuma, volto a dizer. Se não pudermos votar hoje, não vamos votar. Agora, nós não podemos simplesmente estar mudando e mudando, porque nem a discussão abrimos. E V.Exa. sabe que cada um tem direito a 15 minutos, sendo mais de 20 inscritos. Além disso, os não membros têm direito a 10 minutos, e também as Lideranças têm direito a seus tempos. Ou seja, se nós não começarmos o processo, não vamos acabar.

Eu não tenho pressa para a votação. Mas nós temos que vencer algumas etapas que são necessárias.

Muito obrigado pela sua colaboração.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Fonseca.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, inicialmente, eu quero parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. V.Exa., que recebeu a responsabilidade de conduzir uma Comissão



Especial tão complexa como esta, tem conduzido os trabalhos de forma muito elegante e competente.

Também faço referência ao Relator, o Deputado Onyx Lorenzoni, embora S.Exa. não esteja presente — gostaria que estivesse aqui. Quero dizer que eu tenho acompanhado o trabalho do Deputado Onyx. Foi realmente uma escolha acertada tê-lo como o Relator nesse processo. Além de sua competência, além de sua experiência no Parlamento, ele soma a tudo isso a sua paciência, a sua prudência em conduzir um relatório tão complexo e difícil como esse. Quero, então, registrar a minha admiração pelo trabalho do Deputado Onyx.

Eu também fui relacionado num *site* que nem sei qual é. As pessoas ficavam cobrando: “*Sr. Deputado, o senhor está indeciso!*” Aí eu perguntei: “*Estou indeciso onde?*” “*Ah, no site, não sei o quê.*”

Eu acho que essas pressões existem. Embora ninguém tenha me entrevistado ou perguntado algo, eu já palestrei sobre as dez medidas, inclusive na OAB aqui de Brasília. Eu sou advogado e, obviamente, fiz algumas críticas. Mas fazer crítica não quer dizer que se está indeciso, até porque eu tenho uma dificuldade muito grande de ficar indeciso com as minhas posições. Eu sou muito claro nas minhas posições. Eu sou um Deputado de opinião, eu não fujo de omitir a minha opinião e defendê-la.

Por exemplo, das dez medidas que recebemos aqui nesta Comissão, eu concordo com oito medidas. Duas delas eu gostaria de debater mais, gostaria de entender melhor, gostaria de ser mais convencido. Mas, de dez, eu concordo com oito, então, acho que já estou numa média muito boa. Está bom, não está? Refiro-me às dez que chegaram.

Eu já discurssei sobre isso aqui em outro momento. Uma das dúvidas que eu tive foi a seguinte: o Dr. Sérgio Moro está esperando chegar as 10 medidas, ou 18 medidas, ou 20 medidas para tomar decisões? Ele não está esperando! Muito bem!

Até o Dr. Sérgio Moro, todo o mundo percebia, por exemplo, que não havia prisão sem julgamento: “*Não pode, porque a legislação não permite, porque a Constituição não permite!*” Aí o Moro chegou e disse: “*Não, espere um pouquinho! Nós temos lei. As leis que nós temos aqui eu vou colocar em prática. Ora, se foi votada, se foi promulgada a lei, porque não vou colocá-la em prática?*” Então, ele colocou a lei em prática.



O Supremo Tribunal Federal, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal de Justiça, o Tribunal Federal, ninguém calou o Moro até agora, ninguém travou as ações do Moro até agora. E, se ninguém travou tais ações, é porque elas estão corretas.

Podem dizer: *“Ah, então, Deputado, o senhor é contra as dez medidas?”* Eu já disse que sou a favor de oito. Para mim, viriam 30, 20, 40, 50. Se for para fechar a porta, para que a corrupção não adentre, vamos aprimorar.

Mas dizer que as dez medidas têm que vir para barrar a corrupção? Espere aí! Olhe o pessoal todo preso aí sem as dez medidas. Não há nem espaço mais. Aliás, dizem que o Sérgio Moro já mandou abrir 80 vagas, então, temos que ver quem são os 80.

E tem mais: o Dr. Sérgio Moro está criando uma pedagogia. Vocês já viram os outros que vieram atrás dele agora? Há juiz que descobriu que existe lei agora. *“Não, tem lei agora! O Sérgio Moro está prendendo todo mundo! Manda prender! Se é crime eleitoral, manda prender!”* Estão prendendo até por crime eleitoral. Então, existe lei, sim.

Outros dirão: *“Ah, mas, então, vamos buscar outras!”* É verdade. Vamos buscar outras, vamos aprimorar, vamos fechar a porta de cá e de lá. Está tudo certo. Agora, me perdoem os meus companheiros aqui: vamos fazer isso a toque de caixa? *“Não, isso é porque tem uma pressão sobre nós. E quem quiser discutir as 10 Medidas contra a Corrupção é a favor da corrupção.”* Não, pelo amor de Deus! Poupem-me!

Quem não aprovar o relatório do Deputado Onyx Lorenzoni é a favor da corrupção? Esperem aí! A Deputada Angela Albino já colocou aqui: no primeiro relatório, havia 66 artigos; no segundo, 219; no terceiro, 176. Eu não sei quantos artigos há no relatório que vem. E olhem que eu confio no Deputado Onyx. Acho que S.Exa. é extremamente competente e não vai trazer um relatório qualquer para nós aqui, não. Mas ele mesmo está enfrentando dificuldades.

Vejam bem, senhoras e senhores, essa história, por exemplo, de responsabilização do Ministério Público e magistrados, do crime de responsabilidade. Por que ele entrou nesse relatório? Ele não está nas dez medidas. Por que entrou? Agora, o que fica ruim é entrar e sair, depois entrar e sair, aí entrar



de novo. Agora me falaram que ele está voltando. Mas, quando cheguei aqui, soube que já não está voltando mais.

Isso está ficando esquisito, está expondo esta Casa, está expondo os Deputados. Parece que existe alguma pressão. Está soando isso, gente! Parece que existe alguma perseguição: *“Vamos colocar aqui a responsabilidade...”* Aí eu não entro nesse jogo. Eu até sou a favor, sim, do crime de responsabilidade para o Ministério Público, os magistrados. Por que não?

Inclusive, eu vi uma palestra do principal relator da Lava-Jato, em que — me perdoem, com muito respeito ao meu irmão lá — eu fiquei meio chateado, porque achei esquisito o que foi dito. Ele falou o seguinte: *“Não, não pode colocar agora, não. Tem que esperar, porque estão querendo travar a Lava-Jato!”* Então, esperem um pouquinho: quer dizer que a Lava-Jato está na contramão? Quer dizer que as ações do Ministério Público agora são crimes de responsabilidade? Ora, se não se está cometendo crime de responsabilidade, qual é o problema?

Quer dizer que, se nós colocarmos aqui a responsabilização do Ministério Público e dos magistrados em crime de responsabilidade, nós estamos contra a Lava-Jato? Poupem-me! Pelo amor de Deus! *“Ah, não, isso é porque agora querem pegar!”* Então, vamos pegar. Está cometendo crime? Vamos pegar Deputado, Senador, Presidente, Ministério Público, todo o mundo. Pega todo mundo que está cometendo crime.

A lei não é feita apenas para alguém que está cometendo crime, não. A lei é para todos. Quem cometeu um crime vai ser enquadrado. Eu acho que o Ministério Público está atuando muito bem na Lava-Jato, que o Dr. Sérgio Moro está atuando muito bem, assim como os juízes.

Então, crime de responsabilidade não é mandar recado para Ministério Público, para a magistratura. Eu, pelo menos, não vejo assim e não embarco nisso de haver pressão ou não.

Agora, Sr. Presidente, eu encerro dizendo o seguinte: eu não estou indeciso, eu sei o que quero e já disse que, das dez medidas, concordo com oito. Então, eu não estou tão indeciso assim, não. Agora, eu entendo que V.Exa. foi muito paciente e muito prudente na condução desta Comissão, assim como o Deputado Onyx. S.Exa. nem está aqui. Imagino a pressão que está sofrendo esse homem, que, por conta da sua competência, não quer cometer erros.



Agora, é claro que a sociedade quer corrupto na cadeia. Isto ela já está vendo sem as dez medidas: corrupto na cadeia! São coisas que nós nunca vimos neste País. Pessoas de cinco estrelas, sete estrelas, dez estrelas, pessoas de colarinho branco, superbranco estão na cadeia! Estão lá! *“Ah, mas vão chegar as 10 Medidas para melhorar!”* Muito bem! Palmas! Vai melhorar! Vamos colocar mais gente na cadeia. Quem cometeu crime tem que ser preso, tem que ir para a cadeia.

Mas, Sr. Presidente, peço também vênias aos meus pares aqui para dizer que devemos debater, devemos continuar. Disseram: *“Ah, mas houve cento e poucas (...)”* Não tem problema. A minha assessoria já me passou tudo aqui. Eu chamei a minha assessoria e disse: *“Escute aqui, aquele que você me mostrou...”* Ela disse: *“Não, é porque ontem, às 9 horas, foi entregue outro. Às 9 horas da noite, pegamos outro. E agora vai chegar outro”*. Eu disse: *“Mas cadê o outro? Eu quero que você prepare para mim aqui!”* Ela preparou e debateu tudo. Está tudo certinho aqui, artigo por artigo. Aí vem outro agora. Como a minha assessoria vai olhar tudo isso?

Dizem: *“Ah, é simples, Deputado. O que veio do Ministério Público é só assinar embaixo”*. Aí não dá! Eu tenho a certeza de que o que veio do Ministério Público é com boa intenção, com vontade realmente de fechar a porta para a corrupção. Mas não sei se é o melhor para a população.

Nós aqui nesta Comissão Especial fomos eleitos para isso. Eu não tenho medo de pressão. Sou um Deputado de opinião. Podem colocar em sites que eu sou indeciso ou não sei o quê. Para mim, isso não muda absolutamente nada. Eu sou responsável pelas minhas ações e defendo as minhas posições com muita clareza.

Quero dizer, Sr. Presidente, mais uma vez, que V.Exa. tem dado um grande exemplo na condução desta Comissão. E, com certeza, V.Exa. não vai errar agora no finalzinho, apagando toda a sua história nesta Comissão.

Não se pode dizer que vamos ter que votar, porque, senão, as pessoas vão falar que estamos protelando. Nós não estamos protelando, não. Não é com o intuito de protelar que o Deputado Onyx não está aqui, mas porque ele não quer errar, ele quer acertar. Por isso, ele já pôs, devolveu, tirou, colocou dispositivos.

Então, vamos seguir com paciência e desarmados. Todos aqui são maiores de idade, todos aqui são escolados, todos aqui são especialistas e sabem como defender a população. E eu tenho confiança de que, desta Comissão, vai sair o melhor relatório possível.



Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Ronaldo Fonseca.

O próximo inscrito é o Deputado Ivan Valente.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu queria colocar que o nosso partido, o Partido Socialismo e Liberdade, não tem membro efetivo nesta Comissão. Infelizmente, pelo sorteio, nós não pudemos participar desde o começo, com membros efetivos nesta Comissão nem com suplentes. Queríamos ter participado, mas não pudemos.

Em segundo lugar, eu quero dizer que o nosso partido não precisa dar explicações públicas. Inclusive, é verdade que o Congresso está sob pressão e que essa pressão vem da sociedade e da opinião pública. Mas também é verdade que se materializam erros crassos aqui neste Congresso.

Quero dizer, particularmente, que eu fui um dos que derrubou a sessão naquela malfadada calada da tarde, sobre a anistia ao caixa dois, em um texto que não tinha pai nem mãe, que já começou a ser lido como relatório com o Relator na tribuna. Nós derrubamos a sessão. Sou radicalmente contra a anistia ao caixa dois. Caixa dois é crime, ele tem previsão legal para crime, que é o art. 350 do Código Eleitoral. E até poderia ser pelo art. 299 do CPP — Código de Processo Penal. Então, a tipificação do crime aqui é uma necessidade, na minha opinião, na luta contra a corrupção, porque nós sempre fomos contra o financiamento empresarial de campanha, que é uma raiz da corrupção.

Coisas como essa precisam ser discutidas com calma, Sr. Presidente. Não tive, inclusive, oportunidade, porque a sessão foi suspensa naquela ocasião, de, como Líder ou como inscrito, colocar uma dúvida, não só essa dúvida que apareceu sobre a retroatividade da lei na questão da anistia ao caixa dois, mas em relação à questão da lavagem de dinheiro, na minha opinião, há uma questão no texto. Por isso, as coisas precisam ser discutidas aqui, e muito bem discutidas. Na minha opinião, ao inserir no texto o Deputado Onyx Lorenzoni que “*constitui crime contra a ordem econômico-financeira a prática das condutas previstas no caput e §§ 1º e 2º na atividade eleitoral ou partidária, incorrendo o agente nas penas neles cominadas*”, ao colocar essa questão, tipificando o crime de lavagem de dinheiro, o Relator sabe



que a Lei 9.613, de 1988, já trata dessa questão. Se ele tipificar agora, ele pode, na verdade, praticar uma anistia também à lavagem de dinheiro.

Por isso, sou favorável a que o debate nesta Comissão seja feito com especificidade, com garantia de debate. O nosso partido analisou não só as dez medidas, mas as dezoito. Eu queria dizer, primeiro, que as outras medidas que foram inseridas, as oito, foram feitas depois de uma série de debates que a Comissão promoveu. A Comissão teve vários convidados juristas, que decifraram, sim e não, alguns defendendo, outros criticando, outros fazendo aperfeiçoamentos, etc. Mas as oito medidas posteriores não foram discutidas por esta Comissão. Não houve um debate prévio, não houve convite de pessoas. Então, isso tudo mostra que cada medida dessas, na verdade, é um projeto de lei.

Eu quero lembrar que nós trabalhamos com essa ideia do combate à corrupção de uma maneira ampla. Aliás, nós fomos, talvez, os primeiros a levantar o caso Eduardo Cunha aqui, e o PSOL foi o único partido que se propôs a entrar no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. Já na CPI da PETROBRAS, nós questionamos por que o Deputado Eduardo Cunha não quebrava o sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático dele. Ele falou que não, que não precisava disso, que ele não ia abrir precedente, e deu no que deu.

Então, nós queremos tratar essa questão, como qualquer questão penal, com a seriedade e com o contraditório, Sr. Presidente, que ela exige. Por exemplo, sobre a 18ª medida, que trata do crime de responsabilidade de juízes e promotores, nós nem entendemos, num primeiro momento, por que essa medida tinha que constar entre as dez medidas de combate à corrupção, já que se pode fazer uma lei à parte, para tramitar concomitantemente. Pode-se fazer uma lei à parte. Aí, sim, qualquer um vai defender, aqui e lá fora, e até o Ministério Público juízes vão falar: *“Realmente, ninguém está acima da lei”*. Não há ninguém que esteja acima da lei, inclusive porque o Presidente do Supremo ou qualquer membro do Supremo está sujeito a crime de responsabilidade. E a mesma coisa acontece no Ministério Público.

Essa questão em si não representa nenhuma ameaça, embora, evidentemente, haja *timing* para se apresentarem as questões, e, nesse momento, ela embaralha as coisas. Mas nós poderíamos chegar a um acordo de tramitar em



separado, para não nenhuma indicação de que há alguém acima da lei. Podemos chegar a isso. Esse, sim, é um acordo.

Sobre as 10 Medidas contra a Corrupção, eu tenho receio dessa discussão sobre o bem e o mal, dessa discussão maniqueísta. Nós não podemos entrar nessa, nós somos legisladores. Há uma música do Caetano Veloso que diz: “*O bem e o mal têm medo da maçã, a sombra do arvoredo, o dia de amanhã*”.

Então, vamos analisar as medidas destrinchando-as. Há aqui uma bateria de medidas positivas. Elas são longas, inclusive. Eu não vou entrar agora no debate de mérito sobre cada uma delas. Mas o próprio Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, mexeu, no relatório das dez medidas, em questões em que havia exacerbações, como era o caso do *habeas corpus*. Eu acho que o *habeas corpus* é uma conquista na luta contra a ditadura militar, contra o arbítrio, contra o totalitarismo. Não podemos abrir mão dessa questão, o que seria um erro grave.

Outra coisa é aparecer uma ideia de que é possível prova ilícita de boa-fé. Eu não sei. Se a prova é ilícita, para mim, qualquer dicionário define ilícito como ilegal. Então, se é ilícita, não pode ser utilizada. É óbvio que os promotores, ao apresentarem o projeto, já falaram que não cabe tortura, grampeamento, não cabe violência. Tudo bem. Mas há outras questões que podem interferir no processo de ilicitude. Disso aí o Código Penal e toda a legislação a respeito pode tratar.

Então, nós temos que tomar um certo cuidado, porque há um pente-fino a ser passado aqui. E eu digo para a sociedade brasileira — foram 2 milhões de assinantes desse projeto, poderia ser muito mais — que as pessoas assinaram de boa-fé, esperando que essas medidas combatam a corrupção. Todo mundo, logicamente de boa-fé, a sociedade quer combater a corrupção, porque ela está aí explicitada. Mas como se combate? Não pode, por exemplo, haver momentos em que isso passe a ser uma violação do Estado Democrático de Direito.

Por exemplo, nós somos a favor da celeridade e contra a protelação. Isso aparece em vários artigos aqui. Nós não podemos ter uma visão linear que acabe com os recursos, com a intermediação e com o legítimo direito de defesa. Logo, é preciso buscar o ponto, o calibre certo para evitar a protelação, que é uma realidade da Justiça brasileira, da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, a celeridade necessária em que o Judiciário mesmo e o Ministério Público precisam de pontos de apoio para ganhar essa celeridade. Há outras questões, Sr. Presidente, nós



violamos direitos consagrados constitucionalmente. É preciso buscar um ponto de equilíbrio nessa questão toda. Por isso, sou favorável ao debate.

O debate vai acontecer na Comissão, porque os Deputados que participaram da Comissão, de qualquer Comissão, uma Comissão Especial de uma PEC ou de um projeto de lei, certamente eles têm mais acúmulo, num primeiro momento, do que o conjunto do Plenário, mas essa proposta vai chegar ao Plenário. Portanto, nós não podemos discutir as matérias a toque de caixa. Eu sou contra isso. Acho que tem que ser discutido. Também acho que o fato de não haver essa legislação não tem atrapalhado as operações. Está aí a Operação Lava-Jato funcionando. É óbvio que ela é um aperfeiçoamento e ela é uma tentativa de consolidação, mas há outra questão a ser discutida que qualquer jurista capacitado vai levantar: espere aí, aqui há questões que a nossa assessoria levantou sobre uma mudança grande do Código de Processo Penal. Há uma Comissão Especial dentro desta Casa que discute o Código de Processo Penal. Então, se já tem isso aqui, qual é a questão que nos interessa para a luta contra a corrupção?

Aí vem a segunda questão, Deputado Cabo Daciolo. Num primeiro momento, a impressão que nós tínhamos é a de que as medidas contra a corrupção atingiriam o agente público, elas visavam o agente público. Mas elas são muito mais amplas do que o foco no agente público. Essa é uma discussão mais geral sobre o Código de Processo Penal.

Então, Sr. Presidente, nós queríamos dizer que é legítima a pressão que existe sobre o Congresso. Não tenho nenhum problema com essa questão. A pressão sobre o debate é uma coisa que eu reivindico, digo isso como Minoria inclusive, sobre qualquer projeto, sobre as terceirizações, sobre a PEC 241, não é Deputado Nelson Marquezelli? Reivindico pressão contra a reforma da Previdência. Eu quero gente aqui dentro também. Eu quero pressão sobre essas medidas que são contra o trabalhador brasileiro, etc.

Portanto, a pressão aqui é absolutamente legítima, mas acho que temos, Deputado Joaquim Passarinho, que fazer o bom debate e o bom combate de ideias. Evidentemente a Câmara é isto: eleição dos Deputados, Maioria, Minoria, etc. Só acho que estamos tratando de algo grande. Como alguém falou, o projeto tem 170 artigos ou mais.

Sr. Presidente, peço vênias a V.Exa. pela tolerância.



Por exemplo, nós já tínhamos visto os casos de prisão preventiva. Não sei o que o Deputado Onyx Lorenzoni está fazendo ali, ele está mexendo em várias coisas, mas uma delas já foi detectada pela Assessoria do PSOL. Por exemplo, houve uma mudança na questão do enriquecimento ilícito e como se mantém a prisão preventiva. Havia uma série de dados que justificava o pedido de prisão preventiva. Foi acrescentado um item que não estava no original, o de evitar a impunidade do investigado. Isso aqui é muito geral. Ele não foi julgado ainda, então não se pode colocar isso no texto, entende?

Finalizo dizendo o seguinte: o PSOL apresentou o Projeto de Lei nº 315 e o Projeto de Lei nº 316, ambos de 2015, sobre enriquecimento ilícito e caixa dois, que confluem com o texto das 10 Medidas contra a Corrupção, e agora com a amplitude que o Relator quer incluir.

Por isso, Sr. Presidente, estamos reivindicando que o debate seja feito com a profundidade necessária em cada ponto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - E vai ser.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Então, se eu sou contra um ponto, dois pontos, três pontos não significa que eu seja contra o relatório. Não, eu sou contra esta proposta do relatório, e isso é natural que exista no debate no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado.

Informo o Plenário que ainda há cinco Deputados inscritos. Nós negociamos, pela dificuldade do espaço, com a Comissão de Orçamento, o Plenário 2. Então daqui a 20 minutos, no máximo, nós temos que passar para o Plenário 2. O início da reunião deles, que será aqui, depende da nossa.

Então eu vou continuar a ouvir os Deputados.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Quando saí do plenário, V.Exa. havia tomado a deliberação de suspender os trabalhos da Comissão. Eu volto e vejo que está funcionando.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não, eu disse que ia suspender, porém ouviria os Deputados que quisessem falar antes. Dezesete Deputados se inscreveram para falar, e eu os ouvi.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Ah, sim, mas aquela lista da semana passada permanece?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim, permanece. Não abri a discussão ainda. Estamos apenas ouvindo, com toda paciência, os colegas.

Eu queria propor que, como todo mundo já está se mobilizando, a mudança para o Plenário 2, que já está vago. Lá, continuaremos a reunião.

Suspendo a reunião por este momento.

(A reunião é suspensa.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 4850/16 - ESTABELECE MEDIDAS CONTRA CORRUPÇÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1438/16	DATA: 22/11/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 16h41min	TÉRMINO: 20h48min	PÁGINAS: 66

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Onyx Lorenzoni.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções ininteligíveis.
Houve manifestação da plateia.
Houve tumulto no plenário.
A reunião foi suspensa.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Com quase todos mais bem acomodados agora, vamos dar continuidade à oitiva dos Deputados. Enquanto isso, eu tento falar com o nosso Relator.

Tem a palavra o Deputado Cabo Daciolo.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

Sras. e Srs. Deputados, senhores convidados, está reaberta a nossa reunião. Peço a atenção de todos para que os Deputados possam se manifestar.

Com a palavra o Deputado Cabo Daciolo.

O SR. DEPUTADO CABO DACIOLO - Boa tarde aos que estão na Casa e a todos os nobres Parlamentares. Sr. Presidente, nós estamos aqui tratando e falando do Brasil, da Nação que é o quarto país do mundo em matéria de corrupção. Nós estamos aqui com um projeto de iniciativa do povo brasileiro, que trouxe ao plenário mais de 2 milhões de assinaturas, com o anseio de mais de 200 milhões de habitantes sobre a questão da corrupção. A corrupção está paralela à impunidade no nosso País.

Quanto às dez medidas, nós estamos falando basicamente de prevenção, de repressão e de punição, junto com a recuperação dos bens frutos da corrupção no nosso País. O que me causa estranheza e é notório, Sr. Presidente, é que está acontecendo uma manobra, no dia de hoje, dentro do Congresso Nacional.

Quero dizer a todos os Parlamentares, em especial a V.Exa., que preside esta reunião, que essas medidas chegaram ao Congresso Nacional no dia 29 de março de 2016. Nós estamos falando de 8 meses! E há um detalhe: elas tramitam com prioridade há 8 meses. Até o momento presente, nós não conseguimos nem sequer aprovar o voto do Relator, para que o projeto seja pautado para ir ao plenário. O que me causa estranheza é visualizar que um dos autores, de forma muito equivocada e estranha, é retirado da Comissão. Eu estou falando do Deputado Fernando Francischini.

Então, Sr. Presidente, a Nação brasileira está visualizando tudo o que está acontecendo aqui hoje. Verdadeiramente, existe um anseio da população contra a corrupção que está instaurada na nossa Nação. Isso mostra para todo o povo brasileiro — infelizmente, eu preciso falar isso — a nossa incompetência, a incompetência dos Deputados Federais no Congresso Nacional. Um projeto entrou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

na Casa no dia 29 de março, e, até o momento presente, não conseguimos nem sequer votar o seu relatório.

E quero fazer uma observação: não podemos permitir a tentativa de cerceamento do Ministério Público. Parabênzo o Ministério Público, a Operação Lava-Jato e o Juiz Sérgio Moro. Eu os apoio. O meu voto aqui — infelizmente, não vou poder votar —, desde já, é “sim”, pelas 10 Medidas contra a Corrupção no nosso País. *(Palmas.)* O Brasil e o povo brasileiro estão assistindo a esta reunião.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Cabo Daciolo.

Pela ordem de inscrição...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Presidente, só quero falar o seguinte: nós, não, ele. Ele poder ser incompetente, eu não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, todo mundo aqui é livre para falar o que quiser. Cada Deputado tem a sua liberdade.

O SR. DEPUTADO CABO DACIOLO - Quero fazer só uma observação: não foi citado o nome de ninguém, Sr. Presidente. Estou falando aqui sobre o que mostra a incompetência de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Cabo Daciolo, estou defendendo a sua fala.

O SR. DEPUTADO CABO DACIOLO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Concedo a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, eu gostaria de...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Vamos aguardar os ânimos se acalmarem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, quero iniciar destacando algo que não seria necessário numa situação de normalidade, mas estão tentando — e até conseguindo em alguns casos — tomar um processo de extrema responsabilidade, extremamente importante para o País, e transformá-lo num cavalo de batalha, em alguns momentos com inverdades. Isso não contribui para construirmos um entendimento, votarmos e



aprovarmos — o que é meu desejo e, creio, da ampla maioria dos meus pares — um projeto pelo qual devem ser estabelecidas regras claras de combate à corrupção e por meio do qual não se estabeleça nenhum tipo de medida de anistia a quem cometeu ilícito.

No entanto, insistem em tumultuar. Nesse caso, é preciso iniciarmos esclarecendo algo. E vou relatar com detalhes. Há pessoas que estão usando a estrutura de comunicação — e isso é absolutamente natural e livre num país democrático —, mas deveriam usá-la com a verdade. E, quando alertamos, dizendo-lhe que ela está divulgando algo que não é verdade, a pessoa insiste em divulgar a mentira. Isso é algo que, no mínimo, tem que ser desmascarado, como pretendo fazer aqui agora.

Quem age assim, embora o faça sob o pretexto de estar promovendo uma ampla defesa da democracia, do fortalecimento das instituições deste País, está agindo de maneira muito semelhante à daqueles que, creio eu, foram condenados, pelo menos condenados no sentido de discordarmos de seu comportamento, à daqueles que subiram em cima da mesa do Congresso, invadiram-no para dizer que querem a ditadura; à daqueles que querem o fechamento do Congresso; à daqueles que querem o fim das liberdades democráticas e que felizmente são uma minoria, mas esta deve ser combatida, repugnada e não simplesmente ignorada.

Quem insiste, num ambiente desses, em trabalhar com a mentira, de alguma maneira se comporta de forma semelhante à dos invasores, porque insiste em trabalhar com a mentira para desmoralizar o Congresso como um todo, generalizando. E quem generaliza desmoralizando o Congresso de alguma forma está pregando que quer o fim da democracia.

Eu estou fazendo esse relato, Sr. Presidente — e quero chamar inclusive o testemunho de V.Exa.—, porque sei da seriedade com que V.Exa. tem conduzido esses trabalhos. O próprio Relator, aqui chegando, vai confirmar o que eu digo, tenho certeza.

Na semana passada, na quarta-feira, empenhados em construir o entendimento, empenhados em buscar estabelecer uma maioria para aprovarmos um bom projeto de lei, reunimo-nos ao final da sessão extraordinária desta Casa. E tomamos conhecimento de que o relatório originalmente apresentado, que continha mais de 200 artigos, havia sido modificado e passava a ter 176 artigos. Naquele



momento, dissemos que seria importante que nós nos debruçássemos sobre aquele relatório. E como já havia, sim, algumas vozes discordantes, era primordial que buscássemos debater e construir o entendimento.

O próprio Relator disse, naquela reunião, na quarta-feira à noite, que ele ainda iria se sentar com lideranças do Ministério Público, da Procuradoria-Geral da República, que ele ainda buscava construir o entendimento por meio do qual o relatório não cerceasse em nada as prerrogativas do Ministério Público, coisa que eu defendo e creio que a maioria dos Parlamentares, se não todos aqui, também.

Ninguém aqui quer cercear a ação do Ministério Público, da Polícia Federal, do Judiciário. Mas esperávamos que, de alguma forma, eventuais ou possíveis atos de corrupção ou de ilícitos promovidos por autoridades do Judiciário e do Ministério Público também pudessem ser tratados nessa lei. Ou seja, se vamos combater a corrupção, devemos fazê-lo de forma absolutamente clara, querendo combater a corrupção em qualquer dos Poderes da República, em qualquer ambiente da sociedade brasileira. Senão, nós estamos brincando com algo muito sério.

Esse foi o diálogo na quarta-feira à noite. Diante disso, estabeleceu-se que, na quinta-feira, haveria, sim, reunião, mas não haveria a menor possibilidade de votar um relatório que ainda estava sendo construído. Ora, como fazer uma reunião e já votar um relatório que está sendo feito? Mesmo este que está em minhas mãos, a última versão que havia até aquele momento, é um relatório que, por não representar um ambiente de entendimento, não poderia ser aprovado.

E o Relator existe não para manifestar apenas a sua ideia ou a sua vontade. A concepção de um Relator em uma Comissão Especial é traduzir o sentimento desta Comissão Especial, da sociedade como um todo, do povo brasileiro, e obviamente buscar aprovar o relatório, porque fazer um relatório para não vê-lo aprovado é como levar uma lei ao Plenário para não vê-la aprovada.

Será que é isso que alguns que estão tumultuando, infernizando, propagando mentiras, querem? Querem que não se aprove a lei? Querem que se desmoralize o Congresso por não aprovar a lei? Parece-me que alguns querem isso. Eu não quero. Eu quero aprovar a lei, mas não se aprova lei sem maioria. Para haver maioria, há que haver debate.

Apareceu até mesmo uma Procuradora, que me disse há poucos minutos: *“Deputado, o senhor vai votar a favor?”* Eu lhe disse: *“De qual relatório?”* Eu só



posso votar, a favor ou contra, algo que seja real, palpável, que já esteja em votação. *“Não, mas já está pronto”. “Não, deve haver uma substituição”. “Deputado, mas já se discutiu muito, durante vários meses”*. Eu sei, participei das discussões.

Mas eu não voto o fruto isolado da audiência pública. Eu não voto o que tem de comentário nas redes sociais. Nem eu nem nenhum Parlamentar fazemos isso. Nós votamos o texto real de um projeto de lei apresentado sob a forma de um relatório final. É essa a responsabilidade de um Parlamentar.

Diante disso, eu concluo o raciocínio da tal reunião. Dissemos: *“Não vai haver votação”*. O senhor disse isso e o Relator concordou. Eu também entendo que devemos abrir a discussão, porque ainda vamos ouvir e debater alguns aspectos com o Ministério Público, vamos ouvir alguns colegas Parlamentares, vamos buscar construir o entendimento. Ora, sem entendimento não se constrói o mínimo necessário para aprovar. O Relator teve uma atitude de bom senso. Não é pressão nenhuma, não. É responsabilidade.

Posto isso, na manhã de quinta-feira, passei aqui pelo Congresso. Passei pelo plenário e vi que estava sendo realizada uma sessão solene. Tendo outros compromissos importantes, e como não havia sequer algum convidado — se houvesse, seria uma reunião apenas de início de discussão —, eu não estive presente, assim como outros colegas com o mesmo entendimento. Talvez alguns, preocupados com a possibilidade de que, se desse quórum, alguém pudesse querer votar com o quórum mínimo, sem concluir-se uma discussão mais adequada — o que também não seria salutar, porque fatalmente levaria um impasse ao plenário —, possam ter tentado simplesmente evitar a instalação da reunião. Agora, ir para as redes sociais e generalizar que todos os ausentes estão boicotando o projeto? Eu liguei para a jornalista que colocou isso. Ela ironizou: *“Não, não houve votação porque vocês boicotaram. Não tente dizer o contrário”*. Eu estou dizendo, na presença de V.Exa., que V.Exa. e o Relator deixaram claro que não haveria votação. Por isso eu não estive presente.

Concluo, Presidente, dizendo que deve haver bom senso e também espírito democrático e republicano, bem como vontade de respeitar e aprimorar a vontade popular. Esse é o nosso dever!

Eu ouvi o Procurador-Geral da República dizer, ontem, portanto, não é algo do passado, que, ressalvada a sua preocupação — que não me alcança e creio que



nem à maioria dos que estão aqui — de que estão tentando impedir isso e aquilo, é bom que o projeto seja debatido democraticamente, aprimorado e votado. E ainda há aqueles, nas redes sociais, que insistem em dizer que se for alterada uma vírgula do que o Ministério Público propôs é porque se está pactuando com a corrupção. E há promotores defendendo e instigando isso, fomentando mobilização popular, tentando substituir o papel do Parlamento. Que falta de bom senso, de compreensão do verdadeiro sentido da Carta Magna! É inaceitável que alguém que exerce uma função tão distinta, como a de Promotor, fique fazendo coro com esse tipo de iniciativa que quer desmoralizar o Parlamento como um todo.

Aqui há homens e mulheres sérios, que querem debater esse projeto para aprimorá-lo. Eu quero debatê-lo principalmente para ver se não tem nada que anistie o ilícito. Eu não concordo com a anistia de ilícito. Eu quero debater para verificar se não tem nada que cerceie a ação do Ministério Público. Eu não concordo com o cerceamento da ação do Ministério Público ou do Judiciário. Mas nem por isso vamos ignorar que há promotores e juízes corruptos!

Agora mesmo, há um ex-Governador na cadeia, e todos os veículos, inclusive os que estão aqui, divulgam a possibilidade de ter havido envolvimento de maneira ilícita ou criminosa de alguém do Judiciário em algum tipo de tomada de decisão. Não estou julgando nem prejudgando. Eu estou dizendo que isso faz parte da vida, do mundo real. Não faz sentido dizer: *“Olha, se for colocada alguma coisa do Ministério Público, acabou com a lei, acabou com o projeto”*. Ora, que bobagem! Promotores sérios, juízes sérios querem uma lei que separe o joio do trigo, que separe promotor que abre um processo e o deixa por 4 anos na gaveta para, na véspera da eleição, dizer: *“Olha, eu vou voltar àquela investigação”* — que ele nunca fez. Na verdade, isso é instrumento de perseguição política. Uma lei que quer ver fora dos tribunais juiz que interfere na distribuição de processos, que vai dar plantão de maneira premeditada para interferir em julgamento. Esses problemas existem. Se é melhor analisá-los num outro projeto de lei, não serei eu o obstáculo. Podemos fazê-lo, mas temos que colocar o dedo na ferida, sim.

Eu nunca mudei as minhas posições. Eu defendi, desde o início, que nós tínhamos que discutir questões ligadas ao Judiciário e ao Ministério Público. Eu nunca escondi isso, mas defendi que nós temos que aprovar um projeto de lei duro contra a corrupção, que moralize de vez este País, que não contenha nenhum tipo



de anistia e que não seja apenas uma promessa, mas que ele seja votado. Para ele ser votado, os verdadeiros arautos da moralidade, aqueles que querem bancar os super-heróis na rede social ou o nosso próprio Relator precisam compreender que, para algo ser votado e aprovado, é preciso maioria. E maioria se constrói com diálogo, com respeito, com entendimento, e não fazendo, de maneira alguma, patrulhamento ideológico ou cerceamento das liberdades de expressão.

Portanto, reitero: voto a favor não só de dez, mas também de quantas medidas forem necessárias para combater a corrupção. Não pactuo com nenhum tipo de anistia a ilícitos ou a crimes cometidos, mas entendo que os membros do Judiciário e do Ministério Público, se cometem crimes e se se envolvem em corrupção, devem receber o mesmo tratamento dispensado a membros do Executivo e do Legislativo, a empresário, a trabalhador, a funcionário público. Não há nenhum deus ou semideus aqui não; todos devem ser iguais perante a lei. No dia em que esse princípio fundamental, o primeiro artigo da nossa Constituição, não for respeitado, não vai fazer sentido a nossa defesa da democracia e o nosso papel nesta Casa.

Então, Sr. Presidente, meu voto será pela minha consciência e pelo meu trabalho, e não pelo patrulhamento de quem quer que seja, pela importância que julgue ter ou não nas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Domingos Sávio.

V.Exa. me provocou com alguns temas. Peço licença para responder a V.Exa., primeiro, sobre a reunião. Nós conversamos, dissemos que iria haver a reunião, nunca fugimos disso. Dissemos também que dificilmente votaríamos, porque temos 60 Deputados, todos inscritos, e, numa quinta-feira, não se seguraria o quórum até às 12 horas. E prometi: não encerraria a discussão se não houvesse debate amplo.

Quando falo em debate amplo, Deputado, eu quero me referir, como Presidente desta Comissão, a alguns que falam em aprovar a matéria a toque de caixa. V.Exa. é um dos que participou da Comissão. Estamos debatendo isso profundamente, não estamos com pressa, estamos aqui esperando. Não vamos votar nada a toque de caixa, até porque a matéria sairia imperfeita. A Comissão está tendo toda a paciência do mundo para que possamos ouvir a todos, inclusive os



que, em razão de troca, chegaram agora à Comissão, mas têm o direito de saber o que está acontecendo.

Então, vamos respeitar o tempo de todos para que possamos fazer algo que, como V.Exa. disse, não só aproveamos aqui, mas também de que tenhamos a garantia de aprovação no plenário.

Por último, Deputado Domingos Sávio, V.Exa. falou da relação com os promotores e procuradores de justiça. Quero dizer, pela Presidência desta Comissão, que o nosso relacionamento com os procuradores foi o melhor possível, republicano. Nunca houve nenhuma imposição no relatório, que eu saiba. Todos os procuradores que aqui estiveram, bem como membros da OAB que estiverem presentes e juízes federais que estiverem presentes, sempre trataram esta Comissão com o maior respeito. Todas as teses foram procuradas — é normal que o sejam —, cada um defendendo um pouco o seu lado.

E quero lembrar, Deputado Domingos Sávio, que o Deputado Aluisio Mendes, aqui presente, foi um dos que mais reclamou de o projeto original do Ministério Público citar as polícias, principalmente a Polícia Federal. Naquela época, dizíamos que este era um projeto para todos, para agentes públicos, e citar a polícia naquela ocasião seria confundi-la com os principais corruptos. Então, talvez, a decisão seja: vamos agora citar os promotores? É sobre isso que temos que debater.

Obrigado pelas palavras.

Vamos continuar.

Com a palavra o Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Obrigado, Presidente.

O tema realmente é um tema nacional, um tema necessário. O próprio Judiciário está levando esta Casa a tomar essas providências.

Eu sou favorável a todo e qualquer tipo de medida, Sr. Presidente, que possa acabar com a corrupção no País. Eu tenho três, quatro processos na minha vida política e não usei a prerrogativa de ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal em nenhum deles. Eu fui julgado, como são todos os brasileiros, na primeira instância, na segunda instância, na terceira Instância. Nunca invoquei essa prerrogativa ou pedi que os processos contra mim fossem julgados pelo Supremo. Temos que acabar com isto nesta Casa: privilégio não deve haver para ninguém!



Eu gostei quando V.Exa. colocou: “*É agente público*”. Nós somos — todos! Não é preciso especificar quem vai — Judiciário, Legislativo, Executivo. É para todos. O Procurador disse: “*Pau que dá no Francisco dá no Chico também, e vice-versa*”. Tem que ser dessa forma.

Eu só acho que, pela terceira, quarta, quinta vez, o Relator está mexendo no relatório. Eu já tinha compilado um resumo, e já está mudando. Eu acho que V.Exa., como Presidente, tem que dar um tempo para que todos os membros desta Casa leiam o relatório. Não se pode votar nada sem ler.

Eu, apesar de ser... E quero defender o meu Líder Jovair Arantes, que me mandou hoje para cá, mas devido ao fato de o titular estar doente. E o titular pediu-me que viesse: “*Vá você no meu lugar*”. Escolheu-me entre os 18, escalou-me para vir para cá.

Mas eu acho importante podermos definitivamente reforçar esse trabalho que está sendo feito pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo Ministério Público Federal. Isso já deveria ter sido feito há muito tempo. Deixamos correr solto durante muito tempo. Nesta Casa existe muita gente correta — é a maioria —, que quer ver este País em condições melhores para os nossos filhos, para os nossos netos. Há muita gente aqui que nos encontra no corredor preocupadíssima com o caminho que se tomou e que se está tomando na política brasileira.

Somos favoráveis às medidas, mas elas têm de ser para todos os brasileiros. Reforço as suas palavras aqui colocadas. Isso é importante.

Parabenizo o Deputado Domingos pelas palavras.

V.Exa. foi feliz em todas as colocações, Domingos. Foi muito importante a sua palavra hoje nesta tarde. Devemos trabalhar.

Eu só peço tempo para ler o relatório. Vamos votar, mas nos permita pelo menos ler o relatório, Presidente, para vermos se ele não tem um jabuti dentro. Esta Casa é especialista em colocar jabutis no Plenário. Não vamos deixar colocar um jabuti aqui na Comissão. Eu vim para isto: para poder ler o relatório e votar corretamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Quero reforçar o que eu disse, Deputado: independentemente das mudanças feitas pelos partidos — esse é um direito dos partidos —, todos vão ser respeitados, e o tempo de todos vai ser garantido, para que possamos votar com consciência.

O próximo inscrito é o Deputado Goulart, que está ao lado do meu Líder, o Deputado Rogério Rosso, a quem aproveito para pedir que mande um maracujá também, na próxima reunião, como foi feito na Comissão do *Impeachment*, para ver se podemos trabalhar com mais tranquilidade nesta Casa.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Apenas para auxiliar nos trabalhos, acho que seria interessante que a Mesa estabelecesse um tempo para os Parlamentares falarem, para termos noção de por quanto tempo o Parlamentar pode argumentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos então fixar em 5 minutos esse tempo?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Se o Plenário todo aceitar, ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos começar a marcar 5 minutos para cada Parlamentar, e, se for preciso mais tempo, flexibilizaremos.

Com a palavra o Deputado Goulart.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente Joaquim Passarinho, Srs. Deputados, meu querido Líder Rogério Rosso, boa tarde.

Primeiro, eu quero cumprimentá-lo, Presidente, pelo brilhantismo do seu trabalho. É um orgulho tê-lo como membro da nossa bancada. V.Exa. realmente orgulha o Estado do Pará e todo o Brasil.

Eu queria dizer que muitas pessoas que se consideram e se colocam como pais da criança não sabem o trabalho que muitos Parlamentares tiveram, desde o nascedouro das 10 Medidas.

Eu sou Deputado pelo Estado de São Paulo, tenho militância nas comunidades de base da Zona Sul de São Paulo e na Maçonaria, onde nós trabalhamos incansavelmente para coletar assinaturas. Na coleta da assinaturas



desses 2 milhões e 200 mil brasileiros, dada a importância das 10 Medidas, tem muito do trabalho do Grande Oriente, das Grandes Lojas Maçônicas, do Grande Oriente Paulista, enfim, e das comunidades católicas e de diversas religiões.

Quero louvar também o trabalho, de fundamental importância, da Associação do Ministério Público do Estado de São Paulo, na pessoa do Dr. Felipe, que acaba de deixar a Presidência da entidade, de diversos outros amigos do Ministério Público — trabalhamos juntos na coleta de assinaturas — e também o do Dr. Roberto Livianu, que faz um trabalho fantástico no Instituto Não Aceito Corrupção.

Então, ser contra a corrupção não é atender a apelo desse ou daquele grupo. Alguns Deputados falaram aqui de grupo de indecisos ou de mais decididos. Pessoas querem que mandemos um *e-mail* para elas. Os representantes da população somos nós. Nós temos essa representação, fomos eleitos para isso e não podemos abrir mão desta condição de representantes do povo.

Por ocasião de uma proposta de lei tão importante quanto essa — nós trabalhamos na coleta de assinaturas para viabilizar esse projeto —, agora, grupos, alguns sérios e outros não tão sérios, vêm querer rotular Deputados que agem dessa ou daquela forma.

Eu gravei um vídeo há mais ou menos uns 45 dias falando do meu posicionamento e de boa parte da bancada — embora eu fale por mim; não sou Líder da minha bancada; mas todos conhecem a postura do Presidente da Comissão, o Deputado Joaquim Passarinho, que nos honrou muito com a condução dos trabalhos —, e sou colocado, também, como indeciso.

Eu tenho a decisão. Assumi esse compromisso com a Ordem, no Estado de São Paulo, que represento aqui na Câmara. Jamais vou abrir mão daqueles compromissos assumidos, tanto na campanha eleitoral quanto no exercício do meu mandato.

É de fundamental importância que cada uma das medidas seja exaustivamente debatida. Não é porque muitas pessoas... Há pessoas que assinam um documento pedindo para mudar o ponto final de ônibus do seu próprio bairro, mas sem saber o que estão assinando. Isso também existe.

Mas as medidas são de fundamental importância, bem como o trabalho que veem fazendo o Ministério Público, a Polícia Federal e uma boa parte dos juízes e



desembargadores também. Nós temos que preservar, temos que ampliar esse trabalho.

E em nenhum momento eu estive indeciso. É fundamental ressaltar a importância dessas entidades que estiveram imbuídas da intenção de pegar essas assinaturas. Fizemos mutirão em toda a Zona Sul de São Paulo; fizemos mutirão acompanhando o Dr. Felipe e todo o Ministério Público de São Paulo, empenhado nisso. Então, não venham agora meia dúzia de pessoas que se engajaram em grupos, que nunca haviam participado de nada, querer rotular Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Goulart.

Tenha certeza da importância desses quase 2 milhões e meio de assinaturas que nós temos hoje. Independentemente de as pessoas terem lido todo o projeto ou não, ali há uma ratificação da vontade do povo, e V.Exa. conseguiu construir um pouco disso também.

Muito obrigado.

E também, para não deixar de ser honesto, quero dizer que V.Exa. é um dos que mais participou e mais debateu nesta Comissão.

Com a palavra o Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu também queria, na mesma linha que muitos Deputados colocaram aqui, falar da nossa inconformidade com o fato de que certas áreas da imprensa e as redes sociais estão nos colocando como indecisos.

Eu nunca usei a palavra “indeciso”. Sempre fui favorável; sou favorável. Apenas, como todo Deputado deve fazer — com certeza, todos estão fazendo —, quero trabalhar nesse processo, participar das reuniões, ler o relatório e ver exatamente o que nós estamos votando. Não é possível nós, com a responsabilidade que temos de fazer leis para o Brasil — o Deputado Federal faz leis para o Brasil —, não termos a responsabilidade de fazer aquilo que realmente seja justo, correto, respeitando a Constituição, principalmente, e tudo aquilo que nós juramos quando assumimos a função de Deputado Federal.

Por isso, Sr. Presidente, quando nos perguntaram se votaríamos a favor ou contra, eu disse que não poderia votar a favor de um relatório que eu não conhecia,



que não estava concluído. E tanto é verdade que eu fui levantar esses dados: o relatório que veio com as 10 Medidas, do Ministério Público, com a assinatura de 2 milhões de brasileiros, que representam 1% da população, tinha 67 artigos — eu me dispus até a verificar isso; o segundo relatório tinha 219 artigos; e o terceiro, 179 artigos.

Então, veja, Sr. Presidente, que realmente é uma coisa complicada. E agora estamos, talvez, no terceiro ou quarto relatório, e ninguém sabe exatamente com que termos virá. Aí está a prova de que há dúvidas de Deputados, de todos aqueles que estão interagindo nesse processo, que não sabem exatamente qual é o melhor relatório, que nós precisamos votar.

Quero também me referir às dúvidas dos Deputados, porque alguns disseram: *“Olha, eu sou favorável, porque vou ficar bem na imprensa, porque vou ficar bem na mídia...”*, mas não leram o relatório; não sabem do que estão falando.

Por exemplo, quanto ao teste de integridade, nas 10 Medidas que vieram do Ministério Público, há um artigo, o art. 48, que diz assim:

“Art. 48 - Fica estabelecido o teste de integridade dos agentes públicos no âmbito da Administração Pública.”

No segundo relatório, o último relatório, nós temos um capítulo quase inteiro sobre o teste de integridade. E ele não diz respeito só aos agentes públicos, mas diz que *“os órgãos da administração direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderão submeter servidores, empregados e agentes públicos, agentes políticos e demais ocupantes de função pública a teste de integridade, cujos resultados poderão ser usados para fins disciplinares e correcionais”*.

Aí, Sr. Presidente, nós precisamos da definição. O que é esse teste de integridade? O teste de integridade, conforme o art. 9º, consistirá na simulação de situações, sem o conhecimento da pessoa a ser testada, com o objetivo de verificar sua pré-disposição para o cometimento de atos ilícitos contra a administração pública. Vejam que coisa ampla e complicada. É alguém que vai ser investigado, sem que disso tenha conhecimento, para ter sua integridade testada.

Sr. Presidente, é uma coisa bastante séria esse processo.



O outro ponto que eu estou levantando — e levantei aqui — é a questão da fonte de informação. No relatório inicial, sobre a fonte de informação havia quatro artigos. Eram quatro os artigos que falavam na fonte de informação e diziam que uma pessoa poderia resguardar o sigilo da fonte de informação. Essa expressão foi transformada em “reportante”. E vejam: sobre a fonte de informação havia quatro artigos no primeiro relatório. No segundo, vieram 51 artigos — 51 artigos! — com o mesmo assunto, com seis capítulos dedicados somente a essa questão.

O que é o reportante? É uma pessoa que pode delatar qualquer um e tem todas as prerrogativas, inclusive a de participar do resultado — se é que há — da busca de alguns recursos desviados. Dessa forma, nós vamos criar uma GESTAPO do tempo de Hitler, que pegava as crianças para entregarem o amigo, porque queria saber quem era do time da criança, e não do time do investigador.

Essa é uma coisa para a qual nós temos que olhar com carinho, porque daqui a pouco nós vamos estar numa guerra, e o funcionário público, sabendo quem é o reportante dentro de uma repartição pública, o que vai fazer? Ele simplesmente vai se omitir de tomar qualquer decisão: *“Bom, eu não vou tomar uma decisão, porque daqui a pouco eu vou ser condenado”*.

É o que está acontecendo hoje com relação à questão ambiental. Nós não temos mais laudo de licença ambiental porque o Ministério Público simplesmente chama para ele a situação e consegue outro laudo, e esse laudo penaliza aquele funcionário que proferiu a decisão, que acaba tendo que responder judicialmente, arcando com recursos próprios com sua defesa, seu advogado.

Então, nós estamos engessando o País e temos que ter cuidado para que os princípios de liberdade, os princípios democráticos sejam restabelecidos.

É isso o que estou defendendo e é a isso que vou votar favoravelmente, desde que, realmente, a Casa chegue a uma conclusão acerca de qual é o melhor projeto para o Brasil, para nós acabarmos com a corrupção.

Era isso o que eu queria deixar registrado.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.



O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, nós estamos aqui, ainda, fazendo intervenções que não dizem respeito ao debate do projeto. Desta forma, o comentário que eu vou fazer também diz respeito não às 10 Medidas do Ministério Público Federal, que visam combater a corrupção, mas à conjuntura política do País.

Parte do Judiciário brasileiro, do Ministério Público Federal, da Polícia Federal, de algum tempo para cá, me parece achar que a corrupção está apenas no Executivo e no Legislativo.

É verdade que, no afã de destruir o Governo do Partido dos Trabalhadores, no afã de derrubar o Presidente Lula — aí veio o mensalão — e no afã de aplicar o golpe — aí veio o petrolão —, a mídia brasileira e parte do Judiciário, incluindo até parte do Supremo, se articulam e trabalham cada vez mais querendo aprovar leis para punir responsáveis por atos de corrupção.

Uma pessoa disse recentemente — em geral, eu não concordo com ela, mas, nesse ponto, ela tem alguma razão — que este País tem que tomar vergonha na cara, porque já tem leis demais; o que precisa é aplicar as leis para combater a corrupção.

Nós vivemos um momento em que vemos um Governador sendo preso por conta de um “chequinho” — esse é o nome que deram lá. Falo de Garotinho, um cidadão que é uma liderança de um Município muito importante do Rio de Janeiro e tornou-se Secretário. E me parece que o valor do “chequinho” é de 300 reais, 400 reais. Falo do Município que mais recebe *royalties* do petróleo do Brasil e que, naturalmente, tem uma gordura para criar programas para, naturalmente, isso também servir de ganho eleitoral.

O Governador foi preso por isso, mas, ao mesmo tempo, no Pará, Deputado Joaquim Passarinho, que preside esta Comissão, nós temos um tal de Cheque Moradia, que é de 18 mil — não são 300 reais, mil reais, 2 mil reais, não; são 18 mil — e, na minha avaliação, vem definindo eleição — eleição de Governador, eleição de Prefeito de Belém agora. Várias pessoas em Belém, em Tucuruí, em Altamira, em Marabá que receberam esse Cheque Moradia dizem que, dos 18 mil, só ficam com 12 mil, pois têm que dar 4 mil, 5 mil, 6 mil, 3 mil.

E parece-me que o Ministério Público Federal do Pará, nos últimos 5, 6, 7 anos, não investiga isso. Parece-me que a Justiça Eleitoral do Pará não investiga



isso. Parece-me que o Judiciário não investiga isso. E aí prendem o Garotinho por conta de um “chequinho”! Certo?

Bom, ao mesmo tempo, do PT, nos últimos 12 anos, três tesoureiros foram presos. Do último, o Vaccari, foram quebrados os sigilos bancário, telefônico e fiscal, e nunca acharam conta na Suíça ou qualquer lugar do mundo, nem aqui. E ele está preso. Mas não houve tesoureiro do PSDB preso nesses 12 anos, nem de outros partidos.

Em relação a Lula, o Instituto Lula fez um levantamento: em pouco tempo, foram mais de 13 horas de noticiário nacional tentando incriminar Lula por tríplices e não sei o quê. Agora, lá no Paraná, na Justiça Federal, de quatro delatores, nenhum comprovou nada, nenhum falou nada, nenhum denunciou nada. São quatro delatores, inclusive Delcídio!

E como é que fica isso? Para onde este País está indo? Eu não vejo o Ministério Público Federal fazer uma briga, uma luta contra os cartéis deste País, como o cartel do cimento e o cartel da comunicação. Quanto a isso me parece que há paralisia.

Lá no Pará, o cidadão paga até 35 reais por um saco de cimento. Neste País há tanta pedra por tudo quanto é lugar, mas lá o cidadão paga 35 reais, se quiser construir. Podem ir ao interior do Pará conferir o que digo. E há fábrica de cimento lá no Pará, em Capanema. O saco custa 35 reais. E cadê o Ministério Público Federal? Por que ele não gasta nisso uma parte dessa energia, desse afã de prender Deputado, prender Senador, prender Governador?

É claro que ninguém aqui está querendo tapar o sol com a peneira, mas José Serra gastou, segundo delação da Odebrecht, 23 milhões de reais na campanha dele contra Lula, e esses recursos vieram das contas de fora, dos paraísos fiscais. Esse dinheiro era o quê? De onde veio esse dinheiro? Eu pergunto: quando é que José Serra vai sentar no banco dos réus?

Eu penso que não tem como votar a favor desse relatório do Deputado Onyx Lorenzoni, que é muito ruim, péssimo. Ele fala de aproveitamento de prova ilícita; permite isso. A lei, a proposta, o pacote do Ministério Público é isso. Ele fala também de extensão da prisão preventiva, de informante confidencial, e por aí vai. Então, nós precisamos de mais tempo para debater.



Eu também não acho correto que, se há dez propostas, não se inclua mais uma, a décima primeira. Vamos trabalhar com onze. Inclua-se que, quando cometer arbítrio, juiz ou promotor ou qualquer outro tem também que ser punido. *“Ah, nós temos que discutir isso separadamente, num projeto de lei! Temos que discutir mais.”*

Por que são dez as medidas, e elas só afetam o Executivo, o Legislativo, o funcionário público?

Esta lei é tão perversa que, se um cidadão colocar um pacote de maconha numa mala sua, em algum lugar, e denunciar você à polícia, você vai ser preso.

Há, aqui, muitas coisas graves que nós precisamos discutir. Não se trata de passar a mão na cabeça de ninguém.

A Justiça brasileira precisa trabalhar mais. Há muito juiz trabalhando muito, há muito promotor trabalhando muito. Mas, por conta da estrutura financeira que o Judiciário tem nas mãos, dá para trabalhar mais. Nós temos milhões de pessoas morando nas cadeias por causa de pequenos crimes. Cidadão que deveria ficar 1 ano, 2 anos, já está há 7 anos, 8 anos, 10 anos na cadeia, porque não ocorre o julgamento. Então, também há gente trabalhando pouco e gastando muito do lado de lá.

Os orçamentos são aprovados nos Estados. As Assembleias Legislativas de todos os Estados votam o orçamento dos Ministérios Públicos. Falta dinheiro para o Ministério Público Federal. Sei que falta. Falta para todo o mundo! Mas será que o Brasil vai aguentar? O Brasil pode conviver com esse sistema prisional, com essas cadeias abarrotadas de pessoas que não são julgadas e estão ficando doentes? O Estado gasta, Presidente Passarinho, porque precisa alimentar os detentos. Ele precisa gastar. Quando o sujeito sai de lá, está mais doente, e é o SUS que vai ter que tratá-lo de novo. Então, o gasto dobra!

Isso não está sendo discutido. Parece que agora o mal deste País é um político ou outro que gastou mais, desviou recursos por meio de caixa dois. Talvez isso não chegue a 2% da corrupção do Brasil — pode até ser que, em números, haja alguns exageros, mas não chega a 2%.

E aqui a lei é ampla. Há até um teste agora. O cidadão vai ter que fazer um teste para ver se não vai ser corrupto. Isso é um absurdo! Ninguém quer ser corrupto. Às vezes, o cidadão está há 20 anos no serviço público e lá na frente se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

envolve em alguma coisa. Agora vai ter que fazer um teste para saber se vai ser corrupto ou não, para saber se já não tem uma tendência a ser corrupto. Não, isso não tem cabimento! Essa lei é ruim demais!

A chance de ser aprovado o relatório do Deputado Onyx Lorenzoni é zero! A chance de aprovarmos isso aqui é zero! Agora, temos que produzir algo melhor. Parece-me que também temos muita dificuldade em produzir algo melhor.

O que nós vamos votar aqui, nesta Comissão, hoje, amanhã ou depois de amanhã, e, após isso, no Plenário? Eu quero ver como é que nós vamos formular uma lei melhor do que as leis que já existem no País. É tanta lei que já existe que, se as colocássemos em prática, poderíamos...

Agora, está havendo partidarização. Não se pode fazer o que estão fazendo neste País! Um Governador, por causa de “chequinho”, vai preso; outro Governador, que usa “chequezão”, de milhões, não vai. Isso não dá para aceitar. Nós temos que colocar os pingos nos is. Está na hora de cada Poder exercer o seu poder, e não querer assumir inclusive o poder de outro Poder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Zé Geraldo.

Como V.Exa. me citou, por ser do Pará, a respeito do Cheque Moradia, permita-me discordar. Eu considero o Cheque Moradia um dos maiores programas...

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - V.Exa. é aliado do Governador. É claro que não vai concordar comigo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Eu ouvi V.Exa. por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - V.Exa. ganhou as eleições para Prefeito e para Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Zé Geraldo, eu escutei V.Exa. por 15 minutos, quieto e calado.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu estou pedindo que o Ministério Público Federal do Pará e a Justiça Eleitoral investiguem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Zé Geraldo, V.Exa. me citou, e eu tenho o direito de falar. Escutei V.Exa. por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Eu citei V.Exa. como autoridade da Mesa, e não como alguém ligado ao Cheque Moradia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está bom. Até porque não tenho ligação com o Cheque Moradia.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Inclusive ressaltei o seu cargo privilegiado de Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O.k.

Não vou falar do resto, porque iríamos entrar no debate, o que não é o caso.

Alguém pediu a palavra para uma questão de ordem? *(Pausa.)* Deputado Edio Lopes. *(Pausa.)*

Antes de conceder a palavra ao próximo orador, Deputado Mauro Pereira, quero só fazer alguns registros.

Nós temos aqui, Deputado Arnaldo Jordy, Deputado Vanderlei Macris, pessoas que participaram dos debates conosco e estão presentes na hora da votação: a Dra. Luciene, do TCU, que foi uma das nossas expositoras e a quem agradeço pela presença aqui na nossa votação; o Dr. José Robalinho Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, que também foi um dos nossos expositores na Comissão, a quem agradeço pela presença, que muito nos honra; o Dr. Lamac, da OAB, a quem agradeço pela presença, que nos honra muito; o Dr. Deltan Dallagnol, que foi um dos primeiros expositores a falar na Casa acerca deste assunto, a quem agradeço pela sua presença. Obrigado. A presença de todos muito honra esta Casa. Se faltou citarmos alguém, nós o faremos depois.

Quero registrar principalmente a presença da sociedade civil, que conseguiu entrar na Casa, embora com muita dificuldade. *(Palmas.)* Alguns de vocês talvez estejam aqui hoje pela primeira vez aqui, mas muitos acompanharam *pari passu* esta Comissão. Muitos de vocês tiveram uma frequência muito boa na Comissão em quase todas as reuniões. É importante a presença de vocês. Muito obrigado pela dedicação. Muito obrigado, porque vocês usam o seu tempo, o seu dinheiro, do seu sustento, para estar aqui, acompanhando este projeto. É uma honra muito grande ter cada um de vocês nesta Casa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

Alguma informação do Relator e do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não. Até agora, não.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Ou de um ou de outro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Arnaldo Jordy, não está havendo Ordem do Dia. Quando começar a Ordem do Dia, nós encerraremos aqui.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - E a inscrição está livre?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está livre. Se ninguém quiser mais falar, nós suspenderemos a reunião. Mas, enquanto quisermos falar, já que aqui é a Casa do debate, nós vamos ouvir a todos. Nós ainda temos cinco inscritos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Só queira perguntar se há alguma previsão, alguma informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não. Ainda não recebi nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O Deputado Mauro Pereira está com a palavra.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Sr. Presidente, Deputado Joaquim Passarinho, colegas Deputados e Deputadas, quero cumprimentar todos aqui presentes.

Com certeza, esta Comissão teve um trabalho assíduo, um trabalho dinâmico. Inclusive nos momentos em que houve recesso branco nesta Casa, esta Comissão trabalhou, e foram ouvidos em torno de 140 convidados. Houve um debate muito importante, com diversas opiniões contrárias ao projeto e também muitas e muitas abonando o projeto.

Eu vejo da seguinte forma. O nosso Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, foi escolhido para ser o Relator por conta da sua capacidade, do seu tempo de Câmara e, lógico, da sua inteligência.

E o que é ser inteligente neste momento? Eu acompanhei, logo no início, quando o Procurador da República Deltan Dallagnol esteve aqui palestrando, e ele deixou bem claro que aquelas 10 Medidas, com mais de 2 milhões e meio de assinaturas, estavam aqui para ser debatidas e receber emendas e sugestões. Isso é o que todos nós Deputados estamos procurando fazer.



Quanto a esse desencontro que está havendo entre o nosso Relator Deputado Onyx Lorenzoni e grupos de Deputados Federais — está havendo muito estresse —, eu não tenho dúvida alguma de que o nosso Relator vai usar toda a sua experiência...

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Marun, o Deputado Mauro Pereira, que é do seu partido, inclusive, está pedindo a V.Exa. sua atenção. Como ele é do PMDB, nós pedimos a V.Exa. que preste atenção na intervenção do Deputado Mauro Pereira, uma vez que ele sempre escuta V.Exa., que é o que mais fala na Comissão, utilizando o tempo do PMDB.

Então, solicito ao Deputado Marun e às pessoas que estão conversando com ele lá atrás que escutem o Deputado Mauro Pereira, que nunca faltou a uma reunião da Comissão.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Muito obrigado.

Eu não tenho dúvida alguma de que o nosso Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, vai conseguir apresentar, para que seja votado, um relatório que valorize o trabalho da Operação Lava-Jato. E o que é valorizar? Valorizar é, considerando todas as dificuldades que estão tendo os membros da Operação Lava-Jato, agregar à Operação ferramentas que auxiliem no dia a dia dos Promotores, do Juiz, dos Desembargadores e de outros.

Porém, é lógico que precisa haver um consenso sobre esta lei nesta Casa. É preciso que ela melhore, que seja uma ferramenta apropriada e boa, mas que não haja o estresse, a divergência, porque, caso contrário, se ela não for aprovada, ficará ruim para todo mundo, inclusive para esta Casa.

Eu confio muito na inteligência do nosso Relator, Deputado Onyx Lorenzoni.

Caso seja necessário, Sr. Presidente — nós estamos aqui, hoje, com os representantes dos Ministérios Públicos Estaduais, do Ministério Público Federal —, não haveria problema algum, na minha opinião — V.Exa. é um homem superdemocrático —, em reunir os Procuradores da República e os Promotores de Justiça com o nosso Relator, a fim de se chegar a um consenso. Muitas vezes, na ânsia de se fazer uma média com o Ministério Público e com o Poder Judiciário, acaba-se gerando um desentendimento. Eu tenho certeza de que nenhum Promotor



de Justiça e nenhum Procurador da República vai querer que este projeto seja prejudicado.

Sr. Presidente, eu gostaria de aproveitar as autoridades presentes para falar de assunto que não tem nada a ver com corrupção, mas tem a ver com o povo brasileiro, e que, em minha opinião, é um fato muito grave que precisamos moralizar. Temos uma crise muito grande no País: agricultores em grandes dificuldades, caminhoneiros em grandes dificuldades — setor de transportes em grandes dificuldades. Eu gostaria de falar, até porque estamos sendo ouvido por promotores públicos, procuradores da República, que defendem o consumidor.

Em 14 de outubro e 8 de novembro tivemos um desconto no óleo *diesel* de 13,10% — 13.10%! —, que, no entanto, não está chegando às bombas para beneficiar os caminhoneiros, as empresa de transportes, o transporte coletivo, os agricultores, que estão fazendo o plantio.

Para que V.Exa. tenha noção, Presidente, busquei os números com a ANP. Por dia, são vendidos 127 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Um minuto, por favor.

Deputado Carlos Marun, toda vez que V.Exa. entra no plenário... Ou se sente aqui ou fique lá fora, pelo amor de Deus, porque não estou conseguindo ouvir o Deputado Mauro Pereira. Eu gostaria que todos, não só o Deputado Carlos Marun, mas todos... Sei que estão cansados, ansiosos pelo início dos trabalhos, mas precisamos ouvir. A interrupção é a pior coisa. Um Deputado tem o direito de falar. Ainda mais Mauro Pereira, que é assíduo, participante, e nós queremos ouvi-lo. Portanto, solicito a todos que deem atenção à fala de S.Exa.

O SR. DEPUTADO MAURO PEREIRA - Muito obrigado, Presidente.

Continuando, repito que este é um assunto que não tem a ver com corrupção, mas tem a ver com corrupção com lucro para poucos — com lucro para poucos. São vendidos, por dia, cerca de 127 milhões de litros de óleo *diesel*, só de óleo *diesel*. Com o desconto de 25 centavos por litro por dia, cerca 31 milhões de reais ficam com as distribuidoras. Mas esse desconto não está chegando aos postos de gasolina e, conseqüentemente, aos consumidores.

Eu gostaria de pedir a quem faz que faça direito. Estive ontem no CADE — Conselho Administrativo de Defesa Econômica e fui recebido pelo Presidente Márcio de Oliveira Júnior. É muito importante que se faça justiça no País. Em hipótese



CÂMARA DOS DEPUTADOS

alguma esse desconto no preço do combustível, dado pelo Presidente da PETROBRAS, Pedro Parente, pode deixar de chegar ao consumidor. Esse desconto concedido ao óleo *diesel* — não vamos nem falar da gasolina —, para ajudar caminhoneiros e agricultores, a fim de reduzir a inflação, não está chegando às bombas, não está chegando aos postos de gasolina.

Eu gostaria que fosse feita uma fiscalização nas distribuidoras para que cumpram, repassem de imediato esses descontos aos postos de gasolina, a fim de que cheguem ao caminhoneiro, ao agricultor e seja feita justiça.

Presidente Joaquim Passarinho, V.Exa. é um homem justo. Esta Comissão pode estar pensando: *“Mauro, nós estamos falando aqui das 10 Medidas”*. Mas o relatório não chegou ainda e este assunto é de extrema importância. As coisas estão acontecendo. O caminhoneiro não tem voz para brigar, muito menos o agricultor, que a esta hora está na roça fazendo plantio.

Poucos estão desfrutando desse desconto que a PETROBRAS está dando. Isso não é justo! Isso não é moral! Se formos fazer as contas do que está sendo deixado de passar para o consumidor, esses valores seriam iguais aos de muitos atos de corrupção. Não é o caso, mas essas distribuidoras precisam respeitar os postos de gasolina, para que estes respeitem os cidadãos, os consumidores.

Sr. Presidente, parabéns pelo trabalho, pela equipe. Parabéns a todos que participam desta Comissão. Nunca faltamos, nunca deixamos de fazer reuniões. Vamos torcer para que nosso amigo Deputado Onyx Lorenzoni, com toda sua inteligência e sabedoria, apresente um relatório que seja aprovado por unanimidade, para darmos mais essa ferramenta à Operação Lava-Jato, que está de parabéns.

O nosso Brasil vai ter jeito. Estamos acabando com a corrupção. Aliás, nós, não, Polícia Federal, Ministério Público e Supremo Tribunal Federal. Nós vamos ajudar, agora com esta lei, que, espero, o Deputado Onyx Lorenzoni consiga consenso e aprovar.

Muito obrigado, Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Mauro Pereira, pela participação.

Tem a palavra o Deputado Rogério Rosso.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente Joaquim Passarinho, com quem tenho a honra de dividir esta bancada ativa e comprometida do PSD,



juntamente com a Deputada Raquel Muniz e seus demais 35 Deputados, Srs. Deputados desta Comissão, sociedade civil aqui presente, promotores, magistrados, confesso que esta é a segunda vez que venho à Comissão: a primeira, na semana passada, rapidamente, a convite do Presidente e agora.

Estou acompanhando, como os demais Parlamentares e o povo brasileiro, as discussões sobre os 10, 12, 15 ou 18 pontos inseridos no que eu diria ser um código de combate à corrupção, na medida em que se produzem quase 200 artigos.

Um conjunto de promotores zelosos, competentes, formulou algumas propostas, validadas por alguns milhões de brasileiros e incorporadas a um projeto de Deputados, entre os quais destaco Antonio Carlos Mendes Thame e João Campos. O art. 61 da Constituição estabelece quem pode ser autor de projeto de lei ordinária. Hoje temos três possibilidades: Procuradoria-Geral, representada por seus promotores; povo brasileiro, que também tem essa legitimidade; e Parlamento.

Ao longo das discussões, sempre muito acaloradas, porém disciplinadas, o Deputado Onyx Lorenzoni, que também tem papel fundamental, apresenta seu relatório, que desperta no Parlamento curiosidade, sobre os 18 pontos, que depois se tornaram 10 novamente e vêm a ser 14. Isso é natural, senhoras e senhores. Conforme a Subseção I, da Seção VIII, da Constituição Federal, a partir do art. 59, o processo legislativo se dá exatamente no Parlamento brasileiro.

Quando o Deputado Onyx Lorenzoni chama atenção para outros pontos, chama a atenção do Parlamento. Eu digo isso exatamente porque vejo inclusive a aflição — é essa a palavra — de alguns promotores ou da sociedade civil: “*Rosso, será que vai ser aprovado? Será que não vai ser aprovado?*” Isso é que de certa forma desperta em todos nós a vontade de sempre defender a democracia, acima de tudo, e produzir um texto ou um código de combate à corrupção absolutamente legitimado pela sociedade. Quem legitima uma lei é, conforme a Constituição, seu autor e, absolutamente, na sua plenitude, o Congresso Nacional, quando a aprova.

Essas 18, 16, 12 ou 10 medidas, com certeza, independentemente do relatório, serão debatidas nesta Comissão e, obviamente, no Plenário. É por isso que, de forma muito rápida e curta, eu gostaria de dizer que nós do PSD, Deputados Federais e nossa Deputada Federal, estamos dispostos a discutir ponto a ponto.

Nós entendemos que o *know-how*, a *expertise* dessa questão tem origem no Ministério Público, na Polícia Federal e no Poder Judiciário. Mas quem legitima



qualquer legislação brasileira é este Parlamento. Por isso, este embate de mudar ou não mudar, fazer ou não fazer. Isso faz parte do Poder Legislativo.

Eu compreendo a ansiedade de quem defende a medida original, que defendo quase em sua integralidade. Mas, por formação, pela experiência que trago... Todos nós temos experiências de acordo com nossa história de vida e a trazemos para cá. Ninguém quer errar, até porque um erro num código de combate à corrupção vai gerar consequências muito ruins para o País.

Portanto, Sr. Presidente, seja qual for o texto, queremos debatê-lo. Cada um da nossa bancada tem seu pensamento, cada um dos 513 Parlamentares tem seu pensamento. Mas o momento não é de disputa entre quem é o autor, quem defende a proposta original ou quem defende alterações. O importante é que nós, sem nenhuma demagogia, privilegiemos a Constituição brasileira. O processo legislativo termina aqui. Depois vem a sanção ou não do Presidente da República.

Portanto, Sr. Presidente, o PSD louva os trabalhos de V.Exa. De fato, nós nos orgulhamos de tê-lo nos nossos quadros. Do que depender do partido, faremos qualquer debate de forma transparente, ponto a ponto, item a item, para que possamos, sempre com mais transparência, criar não só uma nova ordem fiscal, econômica, mas principalmente jurídica e ética neste País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Rogério Rosso, meu Líder de Partido, com quem, com muita satisfação, compartilho a bancada.

Com a palavra o Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, é claro que vamos deixar para fazer o debate de mérito no momento adequado, até porque é impossível fazê-lo agora, dada a ausência do Relator e do substitutivo último que há de apresentar.

Mas inicialmente eu gostaria de registrar também minha insatisfação de, mesmo sendo autor de várias matérias correlatas a esta, que apresentei em data bem anterior, e um dos subscritores deste projeto, fui alvo de campanha na mídia dizendo que eu era indeciso, jogando dúvidas sobre minhas convicções acerca do tema. Não quero me estender sobre isso, até porque diversos colegas já fizeram a abordagem, com muita propriedade, nessa direção.



É certo, de outro lado, que o cidadão subscreveu estas medidas e as fez chegar ao Parlamento e Deputados se dispuseram a subscrevê-las, para que pudessem ser transformadas em projeto de lei e tivessem regular tramitação. Graças a Deus, eu fui um dos que se dispôs a subscrever, e o projeto está tramitando.

Isso não significa que um Deputado, quando subscreve ou apresenta iniciativa, tenha que garantir que seja aprovada na íntegra e transformada em lei na forma original. Eu mesmo sou autor de propostas aqui que depois, durante o processo legislativo, ajudei o Relator a aperfeiçoar, a fazer alterações, até porque não sou o mais inteligente desta Casa e tenho humildade para aceitar críticas e contribuições.

Percebo que parcelas desses que atuam nas redes sociais, com legitimidade, enfim, trabalham para que o projeto seja aprovado na sua íntegra, na forma original, coisa que sequer o próprio Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, desejou. Cito, como exemplo, o aproveitamento da prova ilícita produzida de boa-fé, que o Relator, além de não acolher determinados pontos, algo bem pontual do projeto original, entendeu que era uma oportunidade interessantíssima para avançar e apresentou mais oito alternativas para aperfeiçoar este sistema.

Lamentavelmente, por razões nobres ou não, depois recuei em relação à outra medida. Mas estou convencido de que o Relator, pelo que conheço da sua história nesta Casa, está sempre imbuído de boa-fé e querendo fazer o melhor, a partir do diálogo, ouvindo os setores da sociedade, as instituições que compõem o Estado, os Parlamentares. Daí, certamente, seus recuos para buscar um texto que seja politicamente aceitável pelo Parlamento, pela sociedade, e venha a ser transformado em lei.

É certo que esta Comissão é apenas a primeira etapa do processo legislativo. É preciso também que a sociedade tenha essa compreensão, porque parece que setores da sociedade, por falta de informação ou induzidos por alguém, pensam que aqui é a primeira e a última instância, que aquilo que aqui deliberarmos será transformado em lei, o que não é fato.

Penso inclusive que a sociedade somente absorveu um conceito: aqui são medidas de combate à corrupção. Esse conceito é muito bom, e todos nós o abraçamos. Mas é certo que, no conjunto das medidas, sobre muitas delas o



cidadão comum não tem entendimento nem, quem sabe, com todo o respeito, sequer formação para entendê-las.

Por exemplo, uma das medidas trata do sistema recursal penal. O cidadão comum não entende quando falamos sobre recurso extraordinário, recurso ordinário, recurso especial, agravo. Ele não entende. Prescrição penal, o cidadão não entende, não tem compreensão. Provas lícitas e ilícitas, nulidades processuais, o cidadão certamente também não há de entender. Ação de extinção de domínio, acordo de culpa e barganha são temas técnicos.

Exatamente por isso penso que nós temos uma responsabilidade. Por mais que esta Comissão, muito bem presidida por V.Exa., tenha realizado inúmeras audiências públicas, por mais que alargue a possibilidade do debate, isso não exclui este debate final, que é dos Parlamentares; e agora dos Parlamentares com os Parlamentares, não necessariamente com a sociedade civil.

Acho que exatamente por termos um conjunto de medidas técnicas que exigem de fato conhecimento é que, com a prudência de V.Exa., com as cautelas que tem tido, com a prudência do Sr. Relator, com as cautelas que tem tido, nós precisamos, quando o Relator apresentar sua última versão, ter tranquilidade para estudar, ler, averiguar, e só depois estabelecer o debate propriamente dito do mérito e, estabelecido o debate, fazer a votação com tranquilidade, respeitando as convicções e o conhecimento de cada um, fazendo os aperfeiçoamentos e ajustes necessários, aceitando que determinado ponto de vista pode não ser acolhido.

Quero, nesta breve manifestação, Sr. Presidente, destacar que houve, não sei se com a participação de V.Exa., mas seguramente com a do Sr. Relator, reunião informal com o Presidente da Comissão Especial do Código de Processo Penal, Deputado Danilo Forte, que, lamentavelmente, em razão de missão oficial, não está presente, está fora do País. O Sr. Relator e o Deputado Danilo Forte asseguraram o procedimento de que as matérias contidas nas 10 Medidas, assim denominadas, que digam respeito ou sejam de natureza processual penal sejam encaminhadas àquela Comissão em forma de indicação. Esse acordo foi celebrado informalmente e chegou ao meu conhecimento.

Para minha surpresa, o relatório do Sr. Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, por quem tenho amizade e respeito, não faz nenhuma referência àquela Comissão nem a esse indicativo.



Sei que somos membros desta Comissão, e muitos de nós também somos membros daquela outra Comissão Especial, inclusive este Deputado, e não fizemos, no tempo necessário, nenhum requerimento de apensamento dessas matérias àquela que inclusive antecede a essa, em respeito a todo o encaminhamento político dado com a participação da sociedade. Em respeito a toda essa questão política, não o fizemos, porque o Regimento é claro.

As matérias correlatas devem ser apensadas e tramitar conjuntamente. Grande parte das matérias contidas são de natureza processual penal. O novo Código Penal foi aprovado no Senado e veio a esta Casa, que funciona como Casa revisora.

Eu quero aproveitar para pedir a V.Exa. que resgatemos esse compromisso e que as matérias que digam respeito ao Código de Processo Penal sejam, de fato, encaminhadas, da forma como o Sr. Relator concluiu o seu trabalho, àquela Comissão, para que possamos ter um trabalho do ponto de vista legislativo harmônico, para que respeitemos a técnica legislativa e não incorramos na hipótese de, nesta Comissão, as matérias de natureza processual penal terem um tratamento e uma conclusão e, naquela, terem outros diversos, o que poderá criar um certo embaraço para a Casa e para o processo legislativo.

Eu queria apenas fazer esse registro e aguardar o debate apropriado, no momento adequado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado João Campos. Realmente tomei conhecimento de uma conversa entre o Relator e o Presidente Danilo Forte, e o entendimento que me deram é que algumas matérias, como, por exemplo, *habeas corpus* e outras, seriam encaminhadas para um debate mais amplo na Comissão em que V.Exa. é Relator. O Deputado Onyx Lorenzoni participou dessa conversa e, assim que ele chegar, pediremos mais informações sobre o assunto. Muito obrigado pela sua participação.

Quero registrar também a presença da Sra. Norma Cavalcanti, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público — CONAMP; do Sr. Luciano Oliveira Mattos de Souza, Presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro; e do Sr. Miguel Shessarenko Júnior, Presidente da



Associação Mato-grossense do Ministério Público, que acompanha o Deputado Carlos Marun.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, em relação ao encaminhamento dos trabalhos, eu sei que o prazo regimental de vistas já se exauriu, mas sabemos que o Relator ainda está trabalhando no novo relatório. Eu pergunto a V.Exa. se há algum acordo no sentido de termos algum tempo para nos debruçarmos sobre o novo documento, antes da votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim, já falamos disso. Vamos aguardar o Relator chegar para vermos quais foram as modificações, porque já há um relatório apresentado. Dependendo do tamanho dessas modificações, vamos discutir com os membros para apurar quanto tempo precisaremos dar — eu disse isso a todos. Nós sabemos que há muitos Deputados que começaram a compor hoje a Comissão, e não me cabe julgar a transferência, cabe a mim respeitá-los, para que tenham condições de votar de acordo com sua consciência.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Louvo o bom senso de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Darcísio Perondi. *(Pausa.)* Acho que se ausentou.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente, ao chegar a esta Casa essa matéria e ao iniciarmos o seu debate nesta Comissão, é fato que ninguém imaginou que ela seria de fácil entendimento ou que não viessem no seu bojo, no seu rastro, paixões, *lobbies* e outros comportamentos de outras naturezas.

Agora, é preciso dizer que a Operação Lava Jato — essas propostas nasceram no berço da Operação Lava Jato — pelo menos, desmistificou algumas crenças de nós, brasileiros. A primeira delas é a de que a polícia prende e a Justiça solta, porque nós, Parlamentares do Congresso Nacional, produzimos aqui um emaranhado de leis que dificulta a manutenção do delinquente na prisão. A Lava Jato joga por terra essa crença que se arraigou no seio da consciência nacional. Quando a Justiça quer manter o delinquente preso, ela encontra sim, nesse



emaranhado de regras que nós criamos, os instrumentos necessários e suficientes para fazê-lo.

A outra crença muito comum na sociedade é a de que só ficam presos pobres, negros. Não é verdade. Há hoje representantes de grande envergadura do PIB nacional na cadeia. Há hoje quadros da política nacional que até há bem pouco tempo seria loucura imaginar que pudessem ser presos, e estão. Portanto, quando a Justiça quer, os instrumentos necessários já são mais do que suficientes para cumprir com o seu dever.

Sr. Presidente, longe de nós estarmos contra as medidas aqui propostas e em debatidas. Certo é que não concordamos com a integralidade do que nos foi apresentado, mas não podemos aceitar que o Ministério Público venha aqui e nos diga que não tem hoje os instrumentos necessários para investigar qualquer tipo de crime no País. Eles dispõem das prisões temporárias, que ficaram indefinidas; dispõem da quebra do sigilo bancário, fiscal, eletrônico, telefônico; dispõem dos institutos de busca e apreensão. Ora, no mundo moderno em que vivemos, em que a tecnologia de ponta faculta, em questão de segundos, fazer uma devassa na vida de qualquer um, não nos parece razoável que a autoridade judicial, o Ministério Público ou mesmo as polícias, que têm a seu alcance de forma muito ampla esses instrumentos, já disponíveis pela legislação atual, venha nos dizer que não há como investigar determinadas práticas.

Muito mais me assusta e causa estranheza, Sr. Presidente, o nosso conceituado e merecidamente reconhecido pelo que faz ao País Ministério Público lançar uma campanha aberta, em todos os meios possíveis, dizendo que seria pecado capital discutirmos a previsão do crime de responsabilidade para o Ministério Público e os magistrados.

Neste ano de 2016, que ainda nem findou, nós cassamos a Presidente da República, a maior autoridade do País, pela imputação de crime de responsabilidade. No entanto, estamos agora discutimos se devemos ou não trazer a discussão do crime de responsabilidade para o Ministério Público e os magistrados.

É preciso que o Ministério Público entenda que, embora a Nação brasileira reconheça e aplauda o extraordinário serviço que o órgão presta ao País, ainda mais no momento crucial em que vivemos, nós não podemos criar uma casta de deuses.



É preciso que esses senhores desçam à planície do servidor comum, que está sujeito às regras elementares que regem a Nação.

Eu recebo *e-mails* e mensagens me chamando de FDP, porque defendo essa tese. Ora, Sr. Presidente, nós sabemos de onde eles vêm.

É preciso que a sociedade entenda que as regras que hoje o Brasil inteiro aplaude e quer que nós aprovemos aqui a toque de caixa amanhã serão regras de aplicação para o cidadão comum. Grande parte das regras que estamos discutindo aqui ultrapassam o campo da corrupção: o *HC*, a prova ilícita...

Sr. Presidente, peço mais 1 minuto para que eu possa falar sobre a prova ilícita.

O Paraná não pode defender a aceitação de prova ilícita. Quem participou da CPI da PETROBRAS deve se lembrar daquele episódio do grampo na cela do Yusef. Vieram com a história de que o grampo era antigo, e depois ficou sobejamente comprovado que o grampo era atual, até porque ele não poderia ter sido instalado naquela cela no período em que Fernandinho Beira-Mar ficou lá por duas razões simples: a primeira é que o equipamento foi entregue à Polícia Federal do Paraná muito depois que o Sr. Fernandinho Beira-Mar de lá saiu; a segunda, e mais contundente, é que o equipamento fora adquirido pelo Ministério da Justiça muito *a posteriori*. O que o Juiz Moro, a quem rendo meus aplausos, deveria ter feito naquele momento? Afastado a cúpula que protagonizou o episódio. Mas, não, ficou-se em silêncio.

Essa é uma das razões pelas quais eu não posso aceitar que legalizemos a prova ilícita no País. Outra é que, dentro das nossas polícias, com todo respeito a todas elas, há um nível de truculência que não existe nos países que admitem a prova ilícita ou coisa mais ou menos parecida.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, concluo dizendo que o teste de integridade — cinquenta e tantos artigos — certamente colocará em cheque a estabilidade dos servidores públicos, conseguida a duras penas, o que eu acho que devemos rever, porque não se fará teste de integridade com os chefes, com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Muito obrigado, Deputado.

Tem a palavra o Deputado José Rocha. (*Pausa.*)

Tem a palavra a Deputada Raquel Muniz.



A SRA. DEPUTADA RAQUEL MUNIZ - Sr. Presidente Alexandre, quero fazer um registro e uma homenagem a Geraldo Guimarães, Delegado Federal vítima de um acidente há quase 10 dias, na região do norte de Minas.

Geraldo Guimarães trabalhou muito para que não se chegasse ao ponto de precisar haver esta importante Comissão que estabelece medidas contra a corrupção. Ele montou em Montes Claros, junto com o Prefeito Ruy, a Secretaria de Combate à Corrupção e criou uma cartilha — eu a trouxe a uma reunião desta Comissão, para os Parlamentares e demais presentes — com a qual trabalhou longamente, sobretudo nas escolas públicas da cidade. O trabalho do Dr. Geraldo estava ganhando uma proporção muito grande, mas infelizmente ele foi vítima de um acidente.

Quero dizer à família que nós continuaremos seu trabalho em Montes Claros. A Secretária Sueli e toda sua equipe, assim como os diretores de escola, têm trabalhado muito para começarmos o ensino da cultura de combate à corrupção com as crianças, que são a nossa esperança.

Sr. Presidente, esperamos com ansiedade, eu e todos os Parlamentares que estão aqui, pela conclusão deste trabalho. Foram muitos dias de discussão sobre as dez medidas, pois são muitos os interesses, mas a população está acompanhando, e eu espero que possamos dar uma resposta ao Brasil.

Esta Comissão teve o trabalho especialmente importante de promover a discussão sobre a tema não só aqui, mas também nos Estados, bem como de levar debates à mídia. Sabemos que já ocorreu uma mudança, na medida em que, assim como a cartilha em Montes Claros, esta discussão passou a ser uma temática. Temos certeza de que isso ter impactos sobre nosso povo, nossa cultura, e de que todos ganharemos com isso.

Repito: nós devemos dar uma resposta ao Brasil, encerrando efetivamente este trabalho e votando democraticamente, sem pressões. O relatório que passa pela Comissão será levado ao conjunto dos mais de 500 Deputados da Casa, que farão uma importante votação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Serfiotis) - Obrigado, Deputada Raquel Muniz.

Passo a palavra ao Deputado João Rodrigues.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, na quarta-feira da semana passada nós estávamos reunidos para discutir, quando foi suspensa a sessão em decorrência da invasão do plenário da Câmara dos Deputados. Improvisadamente, foi marcada nova reunião para a quinta-feira, que, obviamente, não deu quórum e acabou sendo transferida.

O que se observou nas redes sociais foi a acusação de que os Parlamentares que não vieram na quinta-feira seriam um bando de frouxos, quando a verdade é que a reunião foi marcada de improviso, na última hora — não era uma reunião agendada. Por isso estamos todos nós aqui no dia de hoje, ou seja, para discutir e aprovar as medidas contra a corrupção.

Parece-me, Sr. Presidente, que as pessoas nas redes sociais equivocadamente replicam informações que muitas vezes não são verdadeiras. A despeito disso, certo é que a maioria absoluta dos brasileiros aguarda de seus representantes — afinal de contas, nenhum Deputado caiu aqui de paraquedas, todos entramos pelo voto direto do cidadão — que possamos votar medidas contra a corrupção. Eu acredito que dez medidas seja pouco: deveríamos avaliar por completo todos os segmentos da sociedade, até porque a corrupção não está só na política, não está só aqui dentro.

Pode ser até, quem sabe, que alguns estejam aqui por outros interesses, mas creio poder dizer que a maioria absoluta dos 513 Deputados são pessoas comprometidas com o povo de seus Estados. O momento do político do País é o pior possível, em razão do desgaste havido, e, como se não faltasse mais nada, surge a Operação Lava-Jato e desvenda o maior esquema criminoso da história de nossa República. Esses fatos esgotaram a opinião pública. Para piorar, vieram a reboque, em função da crise, problemas localizados em alguns Estados: falta de dinheiro, não pagamento de salários. Tudo isso faz com que o balde acabe entornando.

Está em nossas mãos, seja nesta Comissão, seja depois em Plenário, discutir e aprovar as medidas contra a corrupção. É o que devemos fazer. Agora, as pessoas dizem: *“Têm de ser votadas exatamente as dez medidas”*. Entendo que, se for assim com tudo o que vier de fora, não será preciso Deputado: é só vir, apresentar e transformar em lei.



Obviamente todos nós que aqui estamos queremos melhorar o projeto ainda mais. Eu faço parte daquele grupo que jamais concordaria com qualquer emenda que viesse a acabar com a Operação Lava-Jato. Jamais seria a favor disso, até porque o que está em curso não pode parar.

Eu já exerci sete mandatos e, como qualquer homem público desta Casa, pelos menos como quem já foi Prefeito, eu respondo por minhas atitudes, erradas ou não. Nem por isso, contudo, satanizo o Ministério Público, muito menos o Judiciário. Eles têm o dever de fazer o que fazem pelo País.

É bem verdade que tem de ter um equilíbrio, assim como é bem verdade que, em dados momentos, alguns, isoladamente, perdem o equilíbrio. É a regra do jogo que nós estamos discutindo.

Um colega que me antecedeu fez um comentário extremamente inteligente: o que nós estamos discutindo são medidas para o País como um todo. Hoje, o foco é a Operação Lava-Jato. Quem sabe, daqui a 1 ano, ela poderá se encerrar com os culpados punidos, com os inocentes absolvidos, mas o País continuará. As medidas serão leis, e, amanhã, o cidadão comum, o operário, o pequeno comerciante, qualquer cidadão... Não se trata da medida, ainda que aqui falemos em medidas anticorrupção, mas da lei específica em cada item. Em cada item, ela enquadra de qualquer maneira corrupção ou não. Por isso, nós temos que ter posições firmes.

Da minha parte, Sr. Presidente, como Deputado Federal por Santa Catarina em seu segundo mandato, quero deixar muito claro, para que não parem dúvidas, que sou sim 100% a favor das medidas, mas devemos discuti-las, debatê-las e analisar o parecer do Relator. Ao final, eu creio que poderemos aprová-las.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Com a palavra o Deputado Alexandre Serfiotis.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SERFIOTIS - Sr. Presidente, Deputados presentes, representantes da sociedade civil, boa noite a todos.

Quero, primeiro, parabenizar o Presidente Joaquim Passarinho, o Relator Onyx Lorenzoni, os assessores e técnicos que ajudaram esta Comissão e todos os representantes que participaram das audiências públicas e enriqueceram nossos debates.



Este é um projeto de lei extremamente importante: chegou à Casa com mais de 2 milhões de assinaturas de todo o Brasil.

E eu tenho dito que me orgulho de estar hoje representando o País como Deputado Federal. Eu me orgulho da política, e quero que a população brasileira também se orgulhe de nós, seus representantes, políticos de um modo geral.

Estou no meu primeiro mandato e posso dizer que, do meu primeiro dia aqui até a data de hoje, estou contribuindo para a história do País. Durante meu primeiro mandato, houve o *impeachment* da Presidente e, agora, estão em debate medidas de combate à corrupção, a partir de projeto de lei extremamente importante vindo do Ministério Público e apoiado por enorme aceitação popular. Nesse sentido, eu, como Vice-Presidente desta Comissão, sinto-me muito honrado de estar participando deste debate que, sem dúvida, vai passar a limpo o País, vai mudar o Brasil, que é o que queremos de fato.

A Operação Lava-Jato nos está trazendo um novo momento da política. Já podemos dizer que a política não é a mesma depois da Lava-Jato, que colocou na cadeia políticos, empresários, doleiros e tudo o mais. Nesse sentido, é muito importante a discussão deste tema — a sociedade cobra isso desta Casa — e, como disse, eu me orgulho de fazer parte do Congresso Nacional, de estar representando o País como Deputado Federal, de estar representando a pequena cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro de onde venho, seguindo os passos de meu pai, na política há quase 30 anos e este ano eleito Prefeito de Porto Real.

Nós queremos que a população se orgulhe de seus representantes, seja Deputados, seja Senadores, seja Presidente, Governadores, Prefeitos, seja Vereadores. A aprovação desse projeto de lei, juntamente com o trabalho que a Operação Lava-Jato já vem fazendo há quase 2 ou 3 anos, se eu não me engano, vai passar o País a limpo. Repito: este debate é muito importante.

Defendo que precisamos aprimorar o relatório. Precisamos discuti-lo um pouco mais e chegar a um ajuste final, para que seja aprovado também pelo Plenário da Casa. Aí poderemos ver o País começar uma nova história, começar uma nova política, para que o povo se orgulhe dos representantes que tem nesta Casa.

Mais uma vez, quero dizer que estou muito honrado por participar do momento que estamos vivendo, em meu primeiro mandato. Quero continuar na



carreira política, mas acho que nada será tão importante como o nós estamos vivendo hoje, momento que vai ficar marcado em mim pelo restante da minha vida e que eu poderei contar daqui a 100 anos.

Obrigado a todos que participaram de audiências, a todos que contribuíram com esta Comissão; obrigado ao Presidente, que teve uma paciência enorme com todos nós, compreendendo a posição de cada um, tanto representantes que vieram participar da audiência quanto nós, Deputados. Toda a Comissão está de parabéns.

Espero que ainda esta semana possamos votar o relatório e encaminhá-lo ao plenário, a fim de o aprovarmos e darmos à sociedade o que ela quer: passar o País a limpo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marquezelli) - Tem a palavra o Deputado Paulo Teixeira.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, acho fundamental debater o combate à corrupção. A corrupção desvia recursos públicos que deveriam ser destinados aos serviços, portanto à ampliação dos direitos do povo brasileiro.

Não considero esse projeto uma genuína mobilização popular no sentido de ser uma iniciativa popular. Foi iniciativa de um dos Poderes, foi iniciativa do Ministério Público Federal, que se utilizou de todas as suas estruturas para mobilizar e colher assinaturas de apoio. Por isso temos que discutir aqui as premissas do projeto e estudar como melhorá-lo, porque ele tem problemas.

O Procurador Deltan Dallagnol — a quem cumprimento —, um dia, nesta mesa, mencionou os sistemas dos Estados Unidos, da Europa, China, Hong Kong, etc. Eu acho a premissa é errada. Nós não podemos fazer um *pot-pourri* de políticas de combate à corrupção. Nós precisamos fazer é aperfeiçoar o sistema brasileiro de combate à corrupção, que é um sistema avançado. Nós temos uma lei de combate à corrupção, uma lei de punição às organizações criminosas, uma lei de transparência. O Judiciário funciona, o Ministério Público funciona. Nós precisamos ver o que precisa ser aperfeiçoado, mas não podemos dizer que o Brasil, como eles dizem em seu discurso, é o país da impunidade. Não está correto dizer isso, nem no discurso interno, nem no discurso externo.



Não podemos fazer um código de acusação, não podemos ampliar os instrumentos de acusação, reduzindo os de defesa. Não podemos tirar o equilíbrio constitucional que estabelece que o cidadão, quando acusado pelo Estado, tem seus direitos garantidos. Tem que haver equilíbrio nessa relação.

Eu acho que no interior das dez medidas há um profundo desequilíbrio, dados o fortalecimento da acusação e o aumento de poder do Ministério Público, a ponto de quererem que os recursos da leniência sejam destinados a aparelhar o Ministério Público, e dada a diminuição do direito de defesa. Além disso, este projeto não analisa suas repercussões sobre o sistema carcerário, já que transborda para todo o Direito Penal.

Por isso, Sr. Presidente, em primeiro lugar, nós não podemos admitir medidas inconstitucionais: não podemos aceitar mexer no *habeas corpus*, não podemos aceitar a figura do informante confidencial, que, na minha opinião, fere a Constituição no que diz respeito ao princípio da ampla defesa, não podemos aceitar o aproveitamento de provas ilícitas, não podemos aceitar o flagrante forjado e também não podemos aceitar a prisão por dívida, que, de maneira disfarçada, está de volta.

Em segundo lugar, nós não podemos aceitar que se mexa no Código de Processo Penal, já que regimentalmente há uma Comissão do Código de Processo Penal, e as matérias do Código de Processo Penal têm que ser apensadas e remetidas àquela Comissão. Eu vou, inclusive, protocolar um requerimento nesse sentido.

Em terceiro lugar, nós não podemos aceitar tipos penais abertos, que permitem ampla interpretação do operador do Direito, juiz ou promotor, em desfavor do cidadão. É assim o tipo penal proposto do enriquecimento ilícito: propõe-se recuperar o patrimônio antes da condenação. Esta Casa não pode aceitar isso.

Nós precisamos pensar sobre as prescrições e a repercussão sobre o sistema carcerário. Precisamos aperfeiçoar o projeto no sentido de colocar o crime de enriquecimento ilícito, possibilitar a recuperação do ativo, prover fundos para a educação e a prevenção. Precisamos também criar e aperfeiçoar o tipo penal do crime do caixa dois eleitoral.

Portanto, o importante neste Parlamento é termos firmeza para dizer que nós vamos amadurecer, do ponto de vista da sociedade, os instrumentais.



O Dr. Dallagnol, aqui presente, disse recentemente: “*Os Deputados não querem criar mecanismos de combate à impunidade*” ou “*Os Deputados querem acabar com a Lava-Jato*”. Isso não é verdade, é uma generalização injusta. Os Deputados querem uma legislação madura, os Deputados querem uma legislação equilibrada, os Deputados querem o equilíbrio dos Poderes, os Deputados são favoráveis a toda ação do Estado de combate à corrupção e à impunidade.

No entanto, nós não podemos comungar com uma visão que queira nos emparedar, inclusive com o viés político do emparedamento. Por exemplo, eu tenho recebido mensagens que sequer perguntam sobre minha posição, mas julgam a minha posição, mensagens que me acusam e ofendem. Isso vem da aliança, da mobilização coordenada por setor do Ministério Público. Gostaria de pedir uma autocrítica nessa direção.

Eu acho que o resultado aqui mostra que esta Casa não permitirá o emparedamento. Nós vamos, com maturidade, entregar à sociedade uma legislação mais viável, uma legislação que amplia os instrumentos de combate à corrupção e que entende que o Brasil não é o país da impunidade, o Brasil não é o país da corrupção. Não coloquem nos discursos de V.Sas. a ideia de que o Brasil é um dos países mais corruptos. Quem mede esses padrões de corrupção, creio eu, não leva em consideração o enorme avanço que o Brasil está vivendo no combate à corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Paulo Teixeira. Saúdo sua volta à Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Sr. Presidente, quero me justificar: eu fui convidado para um seminário sobre o Brasil ocorrido na semana passada, na Universidade de Harvard, em Boston. Participaram do evento vários Parlamentares — não só eu — e autoridades. Eu acreditava que não se concluiria o trabalho da Comissão na semana passada. Enfim, estou de volta para tentarmos entregar à sociedade brasileira um resultado que, digamos assim, seja fruto do amadurecimento de todos nós e de todas as ponderações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - É um prazer ter V.Exa. de volta à Comissão.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Espero que tenham entendido corretamente a natureza do problema que estou apontando.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Paulo, independentemente de pontos de vista, V.Exa. sempre trabalhou e tratou esta Comissão com muito respeito, V.Exa. sempre foi cortês e educado com esta Presidência. Por isso fiz questão de saudar a sua volta.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Muito obrigado pela gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Tem a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, antes de iniciar minha manifestação, que será breve, eu gostaria pedir para constar da ata uma nota pública da Frente pelo Controle e contra a Corrupção, assinada por mais de 80 entidades. Eu acho importantes os movimentos da sociedade que colaboram com a tarefa que nós temos de construir uma legislação de combate à corrupção.

Sr. Presidente, nobres Deputados, nós estamos no momento derradeiro desta Comissão que busca viabilizar a proposta que será levada ao plenário. Esse movimento derradeiro se compõe, necessariamente, do trabalho que nós realizamos. Aproveito para cumprimentar V.Exa., que presidiu os trabalhos nesses meses todos, tenho havido mais de 100 depoimentos.

Particpei ativamente da grande maioria desses trabalhos, assim como particpei do momento final da composição do relatório do Deputado Onyx Lorenzoni. S.Exa. se mostrou bastante competente em assimilar as posições dos que aqui depuseram, a favor e contra várias das propostas. Esse trabalho culminou neste movimento final que será a apresentação da proposta. É evidente que nós precisamos conhecê-la. Parece ser uma proposta extremamente cuidadosa que apresenta um caminho de convergência para todos os membros da Comissão. De qualquer maneira, ela ainda está por ser apresentada.

Sr. Presidente, repetindo o que já disse em manifestação anterior, neste País, a impunidade é a regra, não a exceção. A regra não é o combate à corrupção quando esta se manifesta em Prefeituras, Estados ou no Governo Federal. Não, a regra é a impunidade, e a impunidade é irmã gêmea da corrupção. Não há como dissociar a impunidade da corrupção, porque ela necessariamente propicia o movimento em direção à corrupção.

É evidente, Sr. Presidente, que nós temos uma legislação avançada, mas a Lava-Jato, ao longo desses meses, anos de ação, descobriu claramente que há



ralos a serem tampados, que há brechas na lei e que há a necessidade de uma legislação que contribua para fechar essas brechas, utilizadas por aqueles que praticam a corrupção. É exatamente essa a tarefa que nós temos. Foi uma contribuição importante. Diferentemente do que alegaram aqui na reunião, ela tem legitimidade. Os movimentos de combate à corrupção e de defesa da ética na política, da ética na ação pública começaram lá em 2013. Lembro-me muito bem dos cartazes pedindo ética e um combate à corrupção mais efetivo por parte do Parlamento brasileiro. É exatamente essa a tarefa que nós estamos nos propondo a fazer a partir de agora.

A corrupção também cria um ambiente de imoralidade no Brasil, Sr. Presidente. Nós precisamos mudar esse conceito de que a corrupção é algo natural na atividade pública. Não pode ser mais assim. A sociedade não admite mais isso. Nós somos representantes do povo e precisamos ter a clara visão de que a aproximação do Parlamento com a sociedade só se dará quando matérias importantes e em consonância com a vontade da sociedade forem votadas nesta Casa. Caso contrário, o Parlamento ficará cada vez mais distante da sociedade.

Portanto, Sr. Presidente, é fundamental criar a cultura da ética e dos bons exemplos de cidadania neste País. É exatamente isso o que nós precisamos fazer aqui.

Estou com toda a minha movimentação feita nos estudos em relação à proposta do relatório. Preocupou-me alguns pontos do relatório, como a questão da prova ilícita. Essa é uma questão preocupante.

Disseram aqui outros colegas que nós vamos atuar em relação à garantia dos direitos individuais. Isso já foi discutido, já foi debatido e ficou fora do relatório. As pessoas não se deram conta disso. Talvez fosse preciso uma atenção maior na leitura. A questão do *habeas corpus* ficou, exatamente como pretendeu o Deputado João Campos para a Comissão em que ele é Relator, para que a questão seja discutida mais profundamente. Portanto, não está mais no relatório a questão o *habeas corpus*.

A questão das provas ilícitas também ficou no relatório. É importante que o Relator esteja presente — nós vamos debater sobre isso quando discutirmos o mérito dessa proposta. Acho fundamental que debatamos o assunto com o Relator.



Agora, Sr. Presidente, nós precisamos votar essa matéria nesta Comissão. Se não for hoje — tenho a impressão que hoje não será possível, porque o Relator deve estar articulando o fechamento de uma proposta —, que seja na mesma direção em que foi feito o primeiro movimento. Não há mais condições de fazermos a política do nhe-nhem-nhem. Nós precisamos de resultados. A sociedade tem pressa e quer resultados. Nós não fomos apressados: estou aqui há quase 12 anos, mas não vi nenhuma Comissão que ouvisse, no tempo em que nós ouvimos, mais de cem pessoas ligadas ao tema da corrupção.

Enfim, é fundamental que nós possamos dar essa resposta. Espero que o Relator compareça hoje ou amanhã com o relatório, para que possamos tomar conhecimento e debater pontos importantes de serem fechados. A questão da anistia não deve constar desse relatório — não deve constar. Não há a possibilidade de votarmos algo como a anistia do caixa dois, porque isso já foi repelido pela sociedade, e quem tem responsabilidade com o voto, quem tem a responsabilidade de representar a sociedade tem que ter essa visão clara. A questão do caixa dois está superada — não é possível estabelecer nenhum tipo de anistia.

Sr. Presidente, muito obrigado pela paciência Vou continuar trabalhando e discutindo os movimentos que virão pela frente.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Vanderlei Macris, não posso deixar de registrar a felicidade por V.Exa. ter participado desta Comissão conosco, por sua competência e seriedade no debate. Foi um prazer ter tido com V.Exa. um relacionamento mais próximo, como o que tivemos nesses meses.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - A título de informação: nós já temos alguma notícia do Deputado Onyx Lorenzoni?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Nem do Deputado Onyx Lorenzoni, nem do Presidente, para abrir a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Nenhuma notícia de nenhum dos lados?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não. É como eu disse: enquanto houver Deputados para falar e a Ordem do Dia não for aberta, nós vamos seguir. Se os Deputados não quiserem mais se manifestar, nós suspenderemos a reunião. Eu quero que o Deputado Onyx termine a negociação, para que nós possamos distribuir ainda hoje o novo relatório. Isso é o importante.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Isso quer dizer que nós não vamos votar hoje o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Será muito difícil. Quem diz se o votamos ou não é a Comissão, mas será muito difícil fazermos isso hoje. O ideal é que nós possamos distribuir o relatório às Sras. e aos Srs. Deputados hoje e começarmos o debate amanhã. Acho que esse seria o bom senso.

Deputado Ezequiel Teixeira, é um prazer ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa noite a todos. Parabéns a toda esta Comissão, que tem se empenhado no debate desta matéria tão importante para a nossa Nação.

Nós estamos vivendo uma Legislatura bem turbulenta. Na realidade, é o meu primeiro mandato, e eu não esperava encontrar uma Legislatura tão turbulenta assim. Começamos com o *impeachment*. Tive o prazer e a consciência de votar a favor do *impeachment*. Depois veio a cassação do ex-Deputado Eduardo Cunha. Votei pela cassação.

Estou sempre lutando pela moralidade e combatendo a corrupção no Brasil. Tenho denunciado a corrupção no Estado do Rio de Janeiro há muito tempo, corrupção essa que veio causar a tragédia a que estamos assistindo — uma tragédia anunciada, que verdadeiramente ocorreu porque houve corrupção.

Aliás, temos recebido várias mensagens — e eu não entendo por que temos recebido tantas mensagens — de pessoas que, de forma desrespeitosa, nos agridem pelas redes sociais. Eu não sei de onde elas tiraram...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Um momento, Deputado Ezequiel.



Gostaria de pedir novamente às pessoas que façam silêncio. Sei do tempo, sei que todos estão cansados, mas o Deputado também está cansado e está aqui se pronunciando. Então, eu queria pedir respeito à palavra do Deputado.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - Muito obrigado.

Como eu estava dizendo, a nossa Legislatura está turbulenta, mas isso é muito importante. Eu creio que esta será uma Legislatura histórica.

Eu gostaria de deixar bem claro que todas as nossas atitudes aqui na Câmara e em todos os lugares onde nós estamos são no sentido de combater a corrupção. Eu não sei de onde tiraram esse negócio de “indeciso” e tantas outras palavras desrespeitosas contra nós, nas redes sociais. Na realidade, parece que o povo está viajando na maionese — essa é a realidade —, embora seja este um assunto extremamente importante para o povo, visto que alguns Estados, como o Rio de Janeiro, conforme acabei de mencionar, estão quebrando por causa de corrupção.

Nós somos a favor das medidas. Quero deixar bem claro para todos e para todas, para o Brasil inteiro, que nós somos bem favoráveis a todas as medidas contra a corrupção, desde que...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vou fazer um pedido novamente às pessoas que estão conversando. É um prazer tê-las aqui na sala, mas para assistir. Se for para conversar, o corredor está à disposição para essas conversas. Depois retornem aqui ao plenário.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO EZEQUIEL TEIXEIRA - Quero retomar minha fala dizendo que sou totalmente favorável a todas as medidas contra a corrupção, desde que possamos debater, fazer uma coisa lúcida, fazer uma coisa plausível, para deixar um Brasil melhor para os nossos filhos, para os nossos netos, para os brasileiros e brasileiras de modo geral. Somos favoráveis desde que também essas medidas incluam todas as instituições e poderes. Não pode haver um poder acima do bem e do mal, não pode haver um poder exclusivista. Não, não, não! Todos nós temos que estar incluídos nisso.

Eu tenho certeza de que vamos chegar a um denominador comum. Há um desejo muito grande da Casa e de todos os Parlamentares de verdadeiramente



corrigir todos os erros, corrigir as rotas, de verdadeiramente entregar um Brasil melhor, um Brasil com um futuro melhor, um Brasil de cabeça para cima.

Eu quero terminar a minha fala parafraseando o meu colega Pastor Martin Luther King: *“Nós não somos ainda aquilo que gostaríamos de ser. Não sabemos em quanto tempo seremos aquilo que gostaríamos de ser. Mas uma coisa é certa: nunca mais nós seremos como éramos.”*

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Ezequiel Teixeira, pelas palavras.

Deputado Darcísio Perondi, eu lhe chamei há pouco, mas V.Exa. tinha saído. V.Exa. ainda deseja falar?

Tem a palavra, então, o Deputado Darcísio Perondi. É um prazer ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pelo trabalho da Comissão, da qual sou suplente. Não participei desta Comissão, porque eu estava numa outra comissão como relator, mas a acompanhei.

Eu assinei o manifesto das dez medidas, e a minha família também assinou. A corrupção tira do pobre, do assalariado, do empresário, do doente, tira de todos. Realmente é um câncer. Há outros cânceres também, não é? Corporações públicas ricas e opulentas também o são. Então, a corrupção precisa ser enfrentada com toda a força.

Domingo à tarde, eu estava num congresso do Movimento Brasil Livre em São Paulo, em que estava a Dra. Janaína Paschoal, que não é procuradora, não é juíza, não é promotora. Ela foi uma das que construiu o processo do *impeachment* junto com o Miguel Reale. São duas figuras corretas, estudiosas, corajosas. Convenceram, interpretaram o desejo da população. Sentiram a crise econômica, moral e ética do País. Montaram o processo que levou à cassação. São duas pessoas de maior respeito.

Eu fiquei confuso, no domingo, quando ela disse que o projeto chegou a ter 219 artigos. São dez medidas com 219 artigos! Eu não sei se todos os Deputados leram o projeto. Com certeza, não leram. Parece que agora baixaram para 177 artigos.



Outra afirmação corajosa dela foi de que este relatório está dando superpoderes ao Ministério Público. Isso é fundamental. Foi a Constituição que deu, ele não tinha. Mas eu acho que houve um exagero ao longo do tempo, por parte de muitos promotores. Depois equilibraram, houve bom senso. Eu vivi a questão do FHC, em que os promotores enlouqueciam, completamente partidários, na época. Depois houve um equilíbrio. Mas ela foi taxativa. E o Reale também foi taxativo ontem na imprensa.

Ela disse também que o relatório, como está, dá superpoderes ao Ministério Público. Nós queremos isso? É fundamental o Ministério Público, mas não com superpoderes! Também esvazia a Polícia Federal, cria diversas comissões — isso até me lembrou do comitê soviético, que foi mais uma coisa que me passou pela cabeça, os comitês populares — e dá remuneração e prêmio para o delator.

Eu achei a posição dela muito corajosa. E isso me deixou preocupado, muito preocupado, mas muito preocupado!

E quando vi também — vou precisar dizer isto —, quando nós estávamos para aprovar, na primeira votação, a Emenda Constitucional nº 241, de 2016, associação de procuradores e de juízes soltando nota que insinuava que havíamos incluído também no teto individual de gastos o Ministério Público, que insinuava que nós estávamos fazendo isso para retirar os recursos do Ministério Público, fiquei muito, muito preocupado.

Eu quero, sim, que o Deputado Onyx Lorenzoni revise isso e também que os promotores e juízes sejam incluídos em crimes de responsabilidade. São santos? São deuses? Não o são! Há uma PEC, que foi aprovada no Senado e que está aqui, que já os enquadrava. E isso não foi permitido. Talvez essa seja uma saída.

Mas eu acho que o Deputado Onyx Lorenzoni precisa manter a decisão que teve na segunda-feira, de incluir promotores e juízes em crimes de responsabilidade.

Para encerrar, quero dizer que Janaina Paschoal e Miguel Reale não precisavam se manifestar nesse momento. Mas eles disseram que a Lava-Jato está avançando, como avançou, e vai avançar mais com as leis existentes. Com as leis existentes!

Num prazo que eu achava bom, porque tinha sido rápido — começou em julho —, e com a evolução dos últimos 30 dias, eu não sei se por excesso de zelo ou de poder de corporação, fizeram de dez medidas 219 artigos. Então, eu não sei se



esta Casa e a sociedade precisariam discutir mais. Aliás, o Parlamento vai ter que fazer uma escolha: ou vai ficar com a sociedade ou vai ficar com as grandes corporações públicas ricas e opulentas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, peço-lhe licença. O Relator está telefonando e preciso atendê-lo para saber qual é a notícia. *(Pausa.)*

Tivemos contato com o nosso Relator, que já está se dirigindo para cá.

Eu acho que não há mais nenhum Deputado inscrito.

Tem a palavra o Deputado Edio Lopes?

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Abusando da benevolência de V.Exa., Sr. Presidente, quero dizer que ouvi o Deputado Darcísio Perondi falar sobre suas preocupações, e a elas eu somaria mais uma.

Preocupa-me a ênfase que se dá aos 2 milhões de assinaturas. Deveriam ter sido muito mais. Quando a pessoa que estava coletando assinaturas estava nas ruas, ela fez uma única pergunta: *“O senhor quer a aprovação de uma lei de combate à corrupção?”* É óbvio! Agora, se tivesse feito mais três ou quatro outras perguntas, certamente a maioria dos 2 milhões não teria assinado.

Por exemplo, se tivessem informado: *“Sim, mas aqui também está que o HC é o único instrumento jurídico nacional que não precisa de um advogado para assinar. Qualquer pessoa que souber soletrar pode escrever num pedaço de papel e entregar ao juiz”*; esse HC estaria em xeque. E se tivessem informado também que as prisões temporárias poderiam ser transformadas em prisões definitivas, como a Inquisição fazia 500 anos atrás? Só a Inquisição ousou fazer isso! Por quê?

Eu me lembro de uma fala muito inteligente do Ministro Marco Aurélio. No começo da Lava-Jato, ele disse: *“Olha, o Paraná me faz lembrar da Inquisição”*. A Inquisição mantinha o acusado preso indefinidamente, até o dia em que ele confessasse, por uma razão: a condição *sine qua non* para a punição do herege era a confissão.

Outras perguntas deveriam ter sido feitas às pessoas que assinaram esse abaixo-assinado. Certamente, se elas soubessem que no arcabouço disso viria a possibilidade de haver provas ilícitas num país com aparelho policial tão carente de estrutura, tão carente de profissionalismo — alguns são até truculentos, os DOI-



CODI da vida ainda estão vivos — eu creio teriam dito: *“Eu assino uma medida contra a corrupção, mas não com esses ingredientes”*.

É isso justamente o que estamos discutindo aqui, Deputado Darcísio Perondi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Edio Lopes, permita-me fazer um comentário, porque eu também participei, na minha cidade, da coleta de assinaturas, assim como vários Deputados.

É muito difícil, Deputado, colher assinatura na rua pedindo o CPF das pessoas. Ninguém quer entregar, porque ninguém sabe direito para aonde vai aquela lista. Não só entidades grandes colheram assinaturas, pessoas da sociedade também foram para as ruas aos domingos, largaram suas famílias, para convencer outras pessoas. Muitos se diziam a favor, mas não queriam colocar sua assinatura ali, porque tinham que fornecer o CPF e achavam que aquilo poderia ser usado para outras coisas. *(Palmas.)*

Eu sei que 2 milhões de assinaturas, perante 200 milhões de brasileiros, podem ser pouco, mas é muito difícil consegui-las. Uma coisa é abaixo-assinado que só se assina, se rabisca ali e pronto...

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Não foi nesse sentido que eu falei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Então me desculpe.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Perdoe-me a forma deseducada de interrompê-lo, mas não foi nesse sentido que eu falei. Eu falei que, se tivessem sido feitos os esclarecimentos que agora estamos debatendo, a maioria das pessoas que assinou esse abaixo-assinado, creio eu, não teria assinado.

(Manifestação na plateia: Toma vergonha, Deputado!)

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Um momento, um momento! Eu queria apenas pedir...

Esta é uma reunião dos Deputados. Nós atendemos a todos com muito prazer. Podemos divergir, mas com respeito. Essa minha divergência com o Deputado Edio Lopes é apenas pontual e feita com todo o respeito, tenho certeza, senão o Deputado Edio Lopes não estaria aqui; se está aqui é porque tem o respeito da sociedade do seu Estado, assim como todos aqui.



Então, respeitando a todos, eu só queria dizer isso, Deputado Edio Lopes, e não é sobre a sua fala especificamente, mas também é em relação a algumas outras falas.

Eu queria, em meu nome particular, não como Presidente da Comissão, mas como membro desta Comissão, ressaltar que a sociedade civil que foi para a rua apresentou esse projeto como sendo dela e incorporou isso. *(Palmas.)*

Vi isso na minha cidade e vivi isso na minha igreja. Padres e pastores foram para as ruas buscar essas assinaturas.

Eu tenho certeza de que essas pessoas podem até não ter lido todo o projeto, mas a intenção delas era a melhor possível: ajudar este País. Acho que isso merece o reconhecimento desta Casa, de todos os que sabem o que é isso.

Tenho a convicção, Deputado Darcísio Perondi, de que muita coisa precisa mudar. Muitos estão falando aqui sobre o projeto original. Vejo pessoas falando ainda sobre a limitação de *habeas corpus*, mas isso já não existe mais. Vejo pessoas falando sobre provas ilícitas, mas isso também já não existe mais. Quer dizer, o debate avançou muito, e ainda estamos discutindo o passado. *(Palmas.)*

V.Exa., Deputado Edio Lopes, tenha certeza...

(Tumulto no plenário.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Um momento! Um momento!

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Nem a favor nem contra, vamos só escutar!

Eu sei que não é o caso, Deputado, porque V.Exa. foi muito assíduo na Comissão e sabe que o que eu estou falando é verdadeiro. O Deputado Relator já passou à frente em muitas dessas coisas.

Vou dar o exemplo do Deputado Carlos Marun, que foi o primeiro que disse: “*Não voto em alguns temas*”, que seriam prova ilícita; restituição do *habeas corpus*; e teste de integridade com fins criminais. Esses três pontos que o Deputado Carlos Marun citou, assim como o Deputado Paulo Teixeira, já não se encontram mais no relatório.



O teste de integridade funciona, Deputado Darcísio Perondi, apenas como uma posição administrativa e somente após treinamento de todos os membros do órgão.

Mas isso aí eu acho que não é um ponto de honra para discussão. Apenas o Relator tentou dar um passo, mas se a maioria achar que não deve dar esse passo, o Relator volta atrás, não há nenhum problema. Nós precisamos fazer com que se possa votar.

Volto a dizer que alguns pontos que estão sendo discutidos não são o principal para nós. O principal para nós é votarmos as dez medidas, ou o aperfeiçoamento que elas tiveram. Tenho certeza de que até os procuradores, que são pessoas sensatas, entendem que as dez medidas melhoraram nesta Casa, e muito. Com a participação das pessoas da sociedade, de entidades e dos Deputados que foram lá com o Relator e falaram suas propostas, isso melhorou muito.

Não podemos perder a oportunidade de avançar no combate à corrupção, esse câncer. Nós que defendemos a sociedade, quando precisamos de hospital, de leite, de escola, ficamos reclamando que o Brasil não tem dinheiro, enquanto vemos a corrupção. E não é só a corrupção na PETROBRAS, nisso ou naquilo; ela está em todos os lugares, nos Municípios, nos Estados. É uma vergonha!

Eu participei da CPI do CARF. Enquanto estávamos com a CPI do CARF aberta, Deputado Edio Lopes, V.Exa. sabe disso, com a Operação Zelotes funcionando, um conselheiro do CARF estava extorquindo o Banco Itaú em um *shopping center* de Brasília!

A sensação de impunidade neste País tem que acabar. As pessoas não aguentam mais! A impunidade é combustível para a corrupção, precisamos dar um basta a isso. E isso está em nossas mãos. Tenho certeza de que nós vamos fazer isso, se Deus quiser!

Com a graça de Deus, Nosso Senhor, vamos construir dias melhores para todos. (*Palmas.*)

Desculpem-me a fala. Eu tenho falado pouco e ouvido muito.

Deputado Delegado Edson Moreira, eu o respeito muito e já ouvi muito. Esta é a primeira vez que falo na reunião. V.Exa., pela segunda vez, tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Agora, sim.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu sou amplamente a favor do combate à corrupção, mas também sou a favor da amplitude de defesa e da responsabilização de quem falsamente, dolosa ou culposamente, culpa alguém sem provas, ou sabendo que aquela pessoa é inocente, ou abusando da sua autoridade.

Vou dar alguns exemplos, só para que fique bem claro. É importante a punição, mas veja o caso dos irmãos Naves. Só para lembrar, eles haviam sido julgados duas vezes pelo Tribunal do Júri, e o Tribunal de Justiça, sem conhecer o crime, condenou os irmãos, deixando-os presos até a morte de um deles. Há o caso da juíza do Pará que colocou uma menor na cadeia para ser estuprada e torturada e o da juíza da Bahia que soltou os traficantes — isso está na reportagem da revista *Veja* desta semana. Também há o caso do desembargador que soltou o traficante que havia sido condenado e com quem foram encontrados 2 toneladas de cocaína e armamento pesado. Exemplos mais há. Então, é preciso responsabilizar.

Como eu disse antes, o caso da prescrição também é importante. A prescrição tem que ter um prazo. A espada de Dâmocles não pode ficar sobre a cabeça da pessoa *ad eternum*. A maior tortura para o ser humano, sendo inocente, é ser processado. A espada fica sobre a cabeça dele. Só quem sofreu isso sabe. E há vários aí.

A legislação não é só para 2 milhões de pessoas. Eu já disse isto e vou repetir: a legislação é para 250 milhões de pessoas, muitas das quais nem advogado têm!

Então, é importante que se tenha a responsabilização, a prescrição, e que realmente seja feito o combate, com integridade e responsabilidade. E, se tem o bônus, tem que ter o ônus também. Não é só o bônus de chegar e colocar quem quer que seja sob a égide da lei, e depois constatar que essa pessoa não tem culpa, ficando o ocorrido por isso mesmo. A Justiça dá um tiro no cara e pede desculpa: “*Desculpe aí, eu acertei um tiro na sua cabeça*”. Aí também não!

É por aí, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado Delegado Edson Moreira, obrigado. Concordo com tudo que V.Exa. falou.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Tem a palavra o Deputado Antônio Jácome.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Não, sou o Deputado João.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Desculpe, está errado aqui.

O SR. DEPUTADO JOÃO GUALBERTO - Sr. Presidente, ouvi de alguns colegas Deputados que essa lei oferece ao Ministério Público certo exagero de poder. Ouvi também outro Deputado dizer que o Brasil não é um país da impunidade. Eu acho exagero é uma pessoa falar isso! Mais exagero é isso!

Todo brasileiro sabe o grau de corrupção a que o Brasil chegou. É lógico que o mal da corrupção não é tão recente, vem de alguns anos, mas se agravou muito nos últimos anos. Tenho certeza de que estamos vivendo um momento de exceção, em função do alto grau de corrupção dos Prefeitos, dos Governadores, de Presidentes, de Ministros. Por isso, é preciso haver leis mais rígidas, remédios mais amargos.

Eu perguntaria a esses Deputados que me antecederam quais são os inocentes que estão presos em Curitiba. Que político inocente está ali preso? Que empresário inocente está ali preso? Onde está o exagero?

Se por acaso se confirmar que se está dando excesso de poder ao Ministério Público, por exemplo, corrige-se depois. Mas acredito que neste exato momento precisamos realmente de leis mais rígidas. A cada dia o brasileiro — e todos nós Deputados — é surpreendido com o alto grau de corrupção do Estado brasileiro como um todo.

É claro que há pessoas que defendem que não se deveria votar essa lei. A Dra. Janaina Paschoal acha que não há necessidade. Até respeito a opinião dela, mas eu não tenho dúvida de que deveremos ter uma lei mais rigorosa para punir os corruptos. Eu não tenho dúvida disso!

Quando esse mal que tanto prejudica a população brasileira chegar a níveis aceitáveis, poderemos, sim, observar se houve de fato exagero de poder por parte do Ministério Público. Não acredito que reforçar as leis para punir os corruptos seja um mal para o Brasil.

Neste momento precisamos de leis rígidas para punir os corruptos, que tanto mal fazem ao povo brasileiro.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado João.

Pela segunda vez, tem a palavra ao Deputado Domingos Sávio.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Sr. Presidente, nós estamos aproveitando um tempo aqui. É bom lembrar que nós não tivemos votação até agora porque não temos relatório, senão amanhã alguém vai dizer que nós estamos boicotando a votação.

Eu estou dizendo isso de propósito, porque este é um processo de amadurecimento, e é algo fantástico a participação popular na construção de um processo legislativo, o que começou com as coletas de assinaturas.

Eu quero, mais uma vez, render homenagem, como V.Exa. já fez, a esses milhares de brasileiros que abraçaram essa luta pela ética e pela moralidade e contra a corrupção.

Eu estive ao lado dos meus irmãos de maçonaria e de movimentos sociais. Eu estive presente na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, colhendo assinatura. Isso é algo fantástico, é muito bom, é louvável. As pessoas estarem mobilizadas nas redes sociais é louvável, é maravilhoso, é muito bom! O que não pode é se trabalhar com a mentira. Isso não vai ajudar. O que não pode é se fomentar a discórdia. O que não pode é se radicalizar, porque isso se assemelha àqueles tempos obscuros, autoritários, que nós já vivemos no passado.

Quem quer um combate duro à corrupção, como eu, não quer que, para isso, se tolham as liberdades e se volte ao tempo das masmorras. Quem está atento a isso está lutando pela aprovação de uma lei dura de combate à corrupção, como eu.

Quem esteve nas ruas colhendo assinaturas preste atenção ao que eu vou falar. Estão nos bombardeando constantemente, perguntando se vamos votar a favor do PL. Foi importante a coleta de assinatura? Foi! Havia 10 medidas nesse PL. O nosso Relator acrescentou outras. Num primeiro momento, aumentou para 18 medidas; depois, recuou, e reduziu para 17. Agora, está analisando. Não sabemos exatamente o que virá.



Pois bem, é claro que alguém que espera uma atitude responsável nossa não pode esperar que eu saia proclamando que sou favorável a tudo sem conhecer o teor do relatório.

Em relação à 13ª medida que o Relator propõe, não foi colhida assinatura, não. É bom que me ouçam e fiquem atentos esses que fazem essa defesa radical e, às vezes, agridem a nós que estamos querendo debater para conhecer e votar com muita clareza algo bom para o País.

Aproveito para me referir ao Deputado João Gualberto. Comungo com o sentimento de S.Exa. de que nós temos que ter uma lei dura contra a corrupção, mas eu vou ler o artigo que eu quero debater com o Relator. Há um artigo que faz referência à 13ª medida, em relação à qual não houve coleta de assinatura na rua. Falo do artigo que cria a Base de Dados de Atenção Qualificada. Trata-se de uma base de dados, como diz aqui, a ser criada, que será construída e atualizada com as seguintes informações: bancos de dados relativos à situação econômica ou financeira de pessoas físicas ou jurídicas, inclusive sobre renda, patrimônio, movimentação financeira, cartão de crédito, operação imobiliária, natureza e estado de seus negócios ou atividades de pessoas físicas e jurídicas.

Como está escrito aqui, trata-se de todos os brasileiros e de todas as empresas existentes no Brasil. Até aí está tudo bem. Há um princípio constitucional que assegura o mínimo de privacidade, mas, lá na frente, diz-se que esses dados, que estarão sob a guarda do Tribunal de Contas da União, serão compartilhados por simples acordo, e não por determinação judicial, com o Ministério da Transparência, que é um órgão do Poder Executivo, e com o Ministério Público como um todo. Então, sem ordem judicial, sem nada, serão compartilhados todos os dados, de todo e qualquer tipo de movimentação, de qualquer pessoa e de qualquer empresa.

Alguém pode estar pensando que isso é muito bom, que é transparência total. Eu sou a favor da transparência, tanto que sou autor de um projeto de lei muito parecido, que está parado aqui na Casa. Isso é para deixar claro e para não ficarem falando que o Deputado Domingos Sávio disse que é a favor, mas não é tão a favor, de fortalecer o Ministério Público.

Sr. Presidente, o projeto de lei de minha autoria que está aqui nesta Casa há mais de 5 anos, protocolado por mim — eu estou lutando para que ele ande —, diz que o cidadão eleito para cargo de Vereador a Presidente da República, para



qualquer cargo eletivo, o cidadão que ocupe cargo de confiança na área pública e o cidadão que ocupe função pública de ordenador de despesas devem ter seu sigilo bancário, fiscal e patrimonial à disposição do Ministério Público, independentemente de autorização judicial, obviamente para ser usado em defesa do interesse público, sendo que o Ministério Público tem que ser o guardião do seu sigilo bancário.

Portanto, eu sou defensor de uma ação de transparência com aqueles que lidam com o dinheiro público.

Agora, o projeto que nós estamos votando aqui diz que o cartão de crédito de qualquer cidadão brasileiro, de qualquer empresa, de qualquer entidade estará nas mãos não só do Tribunal de Contas, mas também do Poder Executivo, seja ele qual for, de qualquer partido, em qualquer momento.

É curioso que o Poder Judiciário terá acesso, o Ministério Público terá acesso, o Poder Executivo terá acesso, mas faltou só colocar que o Parlamento terá acesso, também.

No mínimo, nós temos que debater isso, no mínimo nós temos que ver o seguinte: o Brasil quer, de alguma forma, retirar o artigo da Constituição que diz que o cidadão tem direito à privacidade? Ele não pode cometer crime. Se cometer, tem que ser punido duramente. Agora, ele não pode mais ter direito à privacidade? É algo que precisa, no mínimo, ser debatido. É porque talvez nem todos tenham lido tudo. E eu estou lendo, porque quero aprovar uma boa e dura lei contra a corrupção, sem nenhuma pegadinha que dê anistia para o caixa dois ou para qualquer ilicitude.

Eu quero aprovar uma lei dura contra a corrupção, e sei que é possível, mas que não vá ferir os direitos essenciais de liberdade, de democracia, duramente conquistados no Brasil.

Cento e setenta e seis artigos têm que ser lidos, e o Relator pode chegar aqui daqui a pouco com duzentos e poucos artigos. E alguns Deputados já estão impacientes e vão imaginar assim: *“Bom, o Relator chegou; agora os senhores tratem de votar rápido, ouviram? Porque eu quero ir embora ou eu quero colocar aqui na rede social que foi aprovado”*.

Portanto, com todo o respeito — eu volto ao início da minha fala — a quem colheu assinatura, com todo o respeito a quem está nas redes sociais, com todo o respeito à imprensa livre, não tentem emparedar os Deputados, dizendo que quem não está a favor do Relator está contra o Brasil. Ora, tenhamos, no mínimo,



responsabilidade com algo precioso que nós construímos: as liberdades democráticas, o equilíbrio entre os Poderes.

Portanto, reitero minha posição. Senão, daqui a pouco já vão dizer: “O Domingos já está falando que não é a favor”. Eu estou falando que nós temos que votar uma lei com responsabilidade, até para que chegue ao Plenário como fruto da construção de um entendimento maduro, lúcido.

Desejo que a lei seja dura contra a corrupção, não poupando ninguém, nenhum Poder, não criando semideuses, tratando a todos iguais perante a lei, como é um princípio fundamental contido no art. 1º. E que não tenha nenhuma brecha para anistiar nenhum bandido, nenhum corrupto, nenhum político que se valeu do caixa dois de maneira criminosa.

Portanto, não ponham em dúvida a minha integridade moral para lutar por essa causa, porque eu fui às ruas colher assinaturas. Mas também não tentem me emparedar, dizendo que eu tenho que votar às cegas, porque o relatório veio como fruto de um acordo com a Procuradoria-Geral da República ou com quem quer que seja.

Se o acordo não passar por um debate aqui... Aí as pessoas dizem: “*Mas já houve muitas reuniões*”. Ora, mas naquelas reuniões nós não tínhamos relatórios, nós não tínhamos artigos, nós ainda nem temos.

Se chegar aqui hoje e for preciso varar a madrugada, estaremos dispostos a fazer isso. Quantas vezes já não fizemos isso aqui na Câmara? Mas ainda assim teremos que ir até a exaustão debatendo cada um dos artigos, a fim de ter certeza de que eles atendem ao povo brasileiro e não à vaidade de alguns que querem de alguma forma dizer: “*Eu defendi na rede social, e os Deputados se curvaram; pressionamos, mudamos o placar e ganhamos o jogo*”. Que jogo? O jogo que nós queremos é o de um Brasil decente, em que a corrupção seja combatida de fato, em que não haja impunidade. Esse é o jogo que interessa, indiferentemente de partido, indiferentemente de qual organização social está lutando por essa vitória.

Parabéns àqueles que estão nas redes sociais lutando por um Brasil melhor! Mas tenham a prudência de não se precipitar e achar que para um Brasil melhor é preciso simplesmente o Deputado dizer “*eu sou a favor*”. A favor de quê? Leiam cada um dos artigos. Eu estou colocando pontualmente um deles, que se refere a esse banco de dados ser compartilhado dessa forma, sem que haja clareza na lei de



que a privacidade das pessoas será respeitada. Os senhores já pararam para pensar nisso?

O Poder Executivo — não importa se é do meu partido, o PSDB, ou do PT —, é razoável que tenha acesso ao cartão de crédito de qualquer cidadão brasileiro? Dos seus adversários? Da imprensa? De todos os cidadãos? É razoável isso? A forma como está escrito no projeto nos leva a pensar isso, a pensar que por um mero acordo o Tribunal de Contas da União disponibilize para o Ministério da Transparência, para a Controladoria-Geral da União, para o Ministério Público, de modo geral, sem critérios para usar esses dados. A lei não diz qual é o critério.

Então, Sr. Presidente, nós temos que ler o relatório para aprová-lo. E, se Deus quiser, vamos construir consenso, não vamos fazer uma queda de braço. Se for preciso, vamos debater por mais 1 dia, 2 dias, 3 dias, mas vamos construir consenso, vamos aprovar, pois ela é fundamental para ser um divisor de águas no Brasil de um duro combate à corrupção.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - V.Exa. tem notícia do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim. S.Exa. acabou de me dizer que está vindo.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Já deu notícia? Eu estava preocupado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - V.Exa. fala, ele liga...

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Eu estava preocupado, pensando se alguém havia raptado o Relator, Presidente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Há 3 horas ele está vindo.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Mas se ele já deu notícia, isso é uma coisa boa. Se ele está vivo, está bom demais.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Líder Rogério Rosso.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Peço só uma orientação para as bancadas, os Deputados, os Parlamentares, aqueles que estão aqui até agora. Não temos nenhuma dificuldade em ficar até a madrugada, podemos ficar aqui durante 2 dias, 3 dias. Sei que V.Exa. tem essa disposição.

No entanto, o Relator, o Deputado Onyx Lorenzoni, parece-me que está vindo para a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - S.Exa. acabou de avisar que está vindo para a Comissão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Só para que possamos nos organizar, eu gostaria de saber se S.Exa. vai ler um novo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, eu espero que sim.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O que eu queria propor, Deputado...

Abriu novo painel no plenário, é bom avisar. Como todos precisamos registrar presença, e 5 minutos não são suficientes, não dará tempo de chegar, eu acho que poderíamos suspender a reunião por meia hora. Em meia hora, acho que o Deputado já estará aqui.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Está bom. É melhor. Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, infelizmente, eu não posso dizer...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Vamos suspender por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos registrar presença no plenário, porque foi aberto novo painel. Se começar a Ordem do Dia, esta reunião estará cancelada. Não há o que fazer, se houver Ordem do Dia. Mas o relatório será distribuído ainda hoje — o novo relatório, o relatório adequado. Isso ainda hoje, se possível, na Comissão.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Então, às 19h51min, voltaremos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Se possível na Comissão, senão estará disponível na página da Comissão, a todos, ainda hoje, com certeza.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rogério Rosso, só informando, independente do resultado de hoje, nós vamos convocar extraordinariamente para amanhã, às 14 horas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pela manhã não será possível, porque nós teremos todos os plenários ocupados. Então, já fiquem avisados: amanhã, extraordinariamente, a Comissão se reunirá às 14 horas. Estamos tentando confirmar o Plenário 1, que é o maior.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, mas o Relator vai vir aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim, já está vindo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - S.Exa. vai apresentar hoje ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim, sim. Vai conversar conosco ainda hoje.

Então, por meia hora, está suspensa a reunião, para que possamos registrar presença em plenário. Daqui a meia hora abriremos de novo a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, com todo respeito ao Relator, já se passou mais de meia hora. Aliás, se passou 1 hora. Se não houver previsão... Nós temos que produzir: ou aqui ou no plenário.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vamos encerrar.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Claro, o ideal é votar tudo hoje. Vamos votar hoje já, porque o País não pode esperar. Nós temos que votar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Meu Presidente, nossa sugestão, em homenagem aos Deputados e Deputadas e à imprensa, que estão aqui até agora, com bastante energia, é que atravessemos a madrugada e votemos o relatório hoje. Eu fui porta-voz de todos aqui porque, com certeza, todo mundo tem o mesmo objetivo.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Para que essa pressa? A pressa é inimiga da perfeição. Temos aqui um verdadeiro Código Penal. Tem mais artigo nessa lei do que a parte especial do Código Penal, que vai do art. 121 ao art. 350. Aqui são 178 artigos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Está todo mundo querendo chegar a 220. É muito pouco.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Tem muito mais artigo aqui do que a parte especial do Código Penal, que é realmente a parte criminal.

Eu quero que isso seja analisado mais tranquilamente.

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, começou a Ordem do Dia. Como fica esta reunião?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, seria bom dar os recados paroquiais, para não acontecer o que aconteceu na semana passada, quando muitos Parlamentares foram surpreendidos com uma reunião na manhã seguinte, na qual a maioria não pôde estar presente e recebeu a acusação de estar fugindo à responsabilidade. V.Exa. vai encerrar a reunião agora, em decorrência da Ordem do Dia ou vai postergar? V.Exa. confirma a reunião de amanhã às 2 horas da tarde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Quais são os avisos paroquiais, Deputado?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu só quero saber isso, Sr. Presidente, porque, com essa brincadeirinha — na semana passada eu tive que viajar —, depois temos que responder por que não estamos aqui. A reunião será às 14 horas, amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos lá...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Um momento!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Abra a reunião primeiro, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Calma!

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - É só uma sugestão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Calma! Só estou respondendo ao Deputado. Ele me perguntou fora da reunião também. Mas já reabriu...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Responder fora do microfone não resolve.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não, estou falando ao microfone.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Tem que responder ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - A reunião da quinta-feira foi marcada, Deputado. Não foi nada...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não, Sr. Presidente. A reunião foi quarta-feira e, na hora do debate, foi transferida para quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não. V.Exa. me desculpe, Deputado, foram marcadas a de quarta e a de quinta, às 9 horas da manhã. Foram marcadas juntas, inclusive. V.Exa. pode entrar na página...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Na agenda não vi isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Na sua agenda não, mas isso estava na agenda da Comissão.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não, não havia isso, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Quando marquei a reunião de quarta, já marquei também a de quinta, porque eu sabia que poderia haver algum problema.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - A de amanhã está marcada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Amanhã nós vamos tentar fazer a reunião às 9 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Vamos tentar. Veja, Presidente, esta é a pergunta que eu estou lhe fazendo...

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, por gentileza...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Uma coisa é tentar, outra é fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Só estou esperando uma resposta sobre o plenário, porque amanhã é dia de trabalho de Comissões, e, como V.Exa. sabe, quase todos os plenários estarão cheios.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Até para tentar contribuir para a sua decisão...



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, essa discussão fora do microfone...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não é fora do microfone, não. Está reaberta a reunião.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não é oficial, não é oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está reaberta. Passa a ser oficial. Está reaberta a reunião.

Pois não, Deputado Rogério.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Amanhã acontecerão normalmente as reuniões das Comissões temáticas...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Muito obrigado, Presidente. Obrigado pela concessão de V.Exa. A Ordem do Dia começou, Presidente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Como proposta, até para não haver litígio, se for marcada a reunião para manhã, que seja para as 14 horas, para não haver conflito com as outras Comissões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Deixe-me concluir, Presidente. Começando a Ordem do Dia, V.Exa. não vai poder continuar a reunião aqui. O que vamos fazer?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Aí ficaríamos até a hora que fosse preciso para votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Eu não estou conseguindo entender porque há dois Parlamentares falando ao mesmo tempo. Aí é fica mais difícil para eu entender.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Eu imagino que a palavra está comigo, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - A palavra está com V.Exa.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - A proposta que eu estou fazendo a V.Exa. é a seguinte: caso seja encerrada a reunião em razão do início da Ordem do Dia, que nós marquemos a de amanhã para as 14 horas, porque, se for às 9 horas da manhã, poderá haver conflito com as Comissões Permanentes. Aí nós ficaríamos das 14 horas até a hora que fosse preciso, e não haveria nenhuma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

dificuldade, nenhum conflito, nenhuma sobreposição. Fica a sugestão, apenas como contribuição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O.k.

Pois não, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. deu a palavra aos mais velhos, eu tenho que obedecer, Presidente. Já foi dito o que eu queria dizer. Eu ia sugerir exatamente o encerramento da reunião, uma vez que o Plenário está funcionando. V.Exa. poderia marcar a próxima reunião para 2 horas da manhã que nós estaremos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O.k.

Srs. Deputados, a Ordem do Dia está em curso no plenário. E eu não posso, conseqüentemente, continuar com esta reunião.

Vamos, portanto, encerrar a reunião e convocar outra para amanhã às 9 horas da manhã. Teremos uma longa discussão. Temos um problema para vencer. Se fizermos a reunião à tarde, Deputado Rogério, poderemos ter, à noite, o mesmo problema — se houver Ordem do Dia no plenário, não conseguiremos votar aqui.

Não há problema em não fazermos o debate hoje. Por mim, ficaremos aqui até a hora que for preciso. Se eu marcar a reunião para 14 horas, Deputado Rogério, nós não vamos conseguir votar amanhã, porque podem abrir a Ordem do Dia às 17 horas ou às 18 horas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Mas o Presidente certamente será sensível,...

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - V.Exa. tem razão, é melhor marcar para 14 horas.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - ...dada a importância do tema, e não abrirá a Ordem do Dia, como fez hoje: segurou até agora a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, eu acho que não há problema, podemos conciliar o trabalho com as Comissões.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Tudo bem, vamos contar com isso, então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - As Comissões estão todas aqui no corredor. Começando a reunião às 9 horas nós temos a garantia de terminar a apreciação amanhã. Nós venceremos durante a manhã a discussão...



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - De qualquer forma, Sr. Presidente, há um acordo com o Presidente da Casa, em razão da relevância do processo, no sentido de que só abra a Ordem do Dia quando concluirmos a votação aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Isso. Inclusive o acordo com o Presidente da Casa... Já fui informado de que ele vai conseguir reservar este plenário para que possamos fazer a reunião amanhã às 9 horas.

Pois não, Deputado Pr. Marco Feliciano.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, só para contribuir, sugiro que V.Exa. peça ao Relator, caso já tenha o relatório pronto, que o encaminhe aos Deputados, para que passemos a noite analisando a matéria. Assim, amanhã já poderemos entrar no debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Com certeza. Hoje, Deputado, inclusive, nem que seja extraoficialmente, porque nós não podemos fazer reunião durante a Ordem do Dia, o Relator virá para cá conversar com quem quiser, e nós vamos disponibilizar o parecer na página da Comissão e diretamente para todos os Deputados saberem ainda hoje qual foi o relatório final do Relator.

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Não seria interessante então V.Exa., em vez de encerrar, suspender a reunião? Assim, quando o Relator chegar, se não houver votação em plenário, se de repente terminar mais cedo a sessão, poderemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Se houver acordo, nós podemos suspender a reunião e, quando acabar a Ordem do Dia, voltar aqui e pegar o relatório. Está bem?

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Vamos suspender a reunião e quando o Relator chegar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está bem?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, vamos encerrar a reunião e marcar outra para as 9 horas. V.Exa. tem toda a razão...

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Vamos suspender!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Então nós vamos suspender a reunião até o fim da Ordem do Dia, em curso no plenário. Depois da Ordem do Dia decidiremos se vamos discutir alguma coisa hoje ou não.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

O SR. DEPUTADO PR. MARCO FELICIANO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está suspensa a reunião... *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Presidente, V.Exa. tinha encerrado a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Deputado, eu disse “*vou encerrar, mas antes vou ouvir os Deputados*”, e os Deputados me convenceram a não encerrar a reunião, assim como V.Exa. fez várias vezes no Conselho de Ética — levou a reunião até de madrugada, como bom trabalhador que V.Exa. é. *(Palmas.)*

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Eu levei, é verdade, Presidente, mas antes não a encerrei, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 4850/16 - ESTABELECE MEDIDAS CONTRA CORRUPÇÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1439/16	DATA: 22/11/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 21h42min	TÉRMINO: 23h33min	PÁGINAS: 35

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Onyx Lorenzoni.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção ininteligível.
Houve intervenção inaudível.



O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Senhores, quero esclarecer aos membros da Comissão que o Presidente Rodrigo Maia chamou, neste momento, o Presidente Joaquim Passarinho e também está me convocando.

Nós trabalhamos hoje em torno de 5 horas, à tarde, recolhendo as contribuições das bancadas, com um grande conjunto de Líderes e de representações de bancadas, para tentar chegar a um entendimento que nos permitisse construir — cada um marcando a sua posição, cada um assumindo a sua responsabilidade, cada um delimitando aquilo com que concorda e aquilo de que discorda — um relatório que expressasse o desejo, a posição da maioria dos membros da Comissão.

Esse relatório está pronto e está sendo validado neste momento. V.Exas. sabem que, para que cada um dos membros desta Comissão possa acessar o relatório de sua mesa precisa haver a validação — somente após a validação o relatório entra no sistema. Isso vai levar mais ou menos 10 minutos.

Nesses estritos 10 ou 15 minutos eu vou à sala da Presidência — o Presidente já me chamou duas vezes, mandou uma pessoa aqui para me pedir que fosse lá urgentemente.

O esforço que se está fazendo, neste momento — eu quero que os senhores e as senhoras compreendam — é para podermos construir a melhor resposta que esta Comissão e o Parlamento brasileiro podem dar à sociedade, aos 2 milhões e 400 mil brasileiros subscritores das dez medidas.

O Parlamento, com independência, com altivez, com soberania, fez as alterações que entendeu serem necessárias, discutiu com profundidade a matéria, e nós queremos apresentar o documento final para que cada um possa sobre ele se manifestar, apoiá-lo ou contraditá-lo, assentir ou divergir, como nós sempre fazemos na Comissão.

Este é um momento muito complexo da vida do Parlamento, desta Comissão, pois se trata de um projeto de alta complexidade.

Por essa razão, quero dar este esclarecimento: em 15 minutos deve estar autenticado o relatório, que então irá para o sistema. É o tempo de o Deputado



Joaquim Passarinho e eu irmos atender ao chamado do Presidente. Imediatamente voltaremos para cá. Quando me sentar aqui eu darei início à leitura do relatório.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Relator, gostaria de uma informação.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Pois não.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estive aqui às 14 horas, às 15 horas, fiquei aqui até às 18 horas. Eu sou Líder da bancada e não fiquei sabendo onde houve essa reunião de Líderes em que V.Exas. fecharam um acordo, porque esse local não foi divulgado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, eu conversei com Líderes em vários lugares. Eu conversei com Líderes aqui na Câmara, no meu gabinete, em vários lugares.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas como encontrar V.Exa.? V.Exa. disse que ia se ausentar por 1 hora, não voltou, a imprensa está divulgando que V.Exa. foi à casa do Presidente, não se sabe onde V.Exa. foi. Como assim?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Estava trabalhando com os consultores, como sempre.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Tudo bem, eu não tenho nenhum problema com isso. Eu quero dizer só o seguinte: nem todo mundo pôde acessar o relatório ou fazer propostas, porque V.Exa. não estava disponível em local sabido.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Ivan Valente, V.Exa. se lembra de que desde a semana em que foi apresentado o relatório — já faz muito mais de dez dias — nós estamos com a Consultoria aberta, com a Secretaria da Comissão aberta, com este Relator disponível. Foi dito — inclusive no feriado eu estava aqui —, e isto estava no *site* da Comissão, que até às 11 horas de hoje as contribuições dos Parlamentares seriam recebidas. Isso foi informado por *e-mail* a todos os Parlamentares membros da Comissão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Por *e-mail*?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Foi por *e-mail* para todos os Parlamentares membros da Comissão.



Portanto, nós estamos permanentemente à disposição dos colegas. E se V.Exa., assim que eu fizer a apresentação e iniciarmos a discussão do relatório, tiver alguma contribuição, algum questionamento, vou estar, juntamente com os nossos consultores, à disposição de V.Exa., como sempre estivemos.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas é exatamente isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não houve nenhuma reunião especial em que qualquer bancada fosse agregada. Eu tive conversas aqui no Parlamento, no Anexo IV, na Consultoria, em bancadas e também estive na Casa do Presidente, porque ele me pediu que fosse lá. Tanto que agora eu vou lá e vou estar a sua disposição, que sabe do meu respeito por V.Exa., além do diálogo que sempre existiu entre nós.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, Sr. Relator, mas o que eu queira saber é qual vai ser o encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Daqui a 15 minutos, assim que me liberar, eu apresentarei o relatório.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - E V.Exa. vai liberar o relatório?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vou.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Mas a ideia é receber o relatório e passar à votação imediatamente?

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Receber, debater e, se houver condição, tentar votar o relatório. Se não pudermos fazê-lo hoje, vamos votá-lo amanhã.

Esse é o encaminhamento.

Mas será o Presidente que fará isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Prezado Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, quero fazer apenas uma observação. Eu sou testemunha da sua disponibilidade. Inclusive, na quarta à noite, terminada a sessão extraordinária, V.Exa. nos convidou para — aqueles que estavam interessados e que estavam presentes ali — aprofundar o debate sobre uma série de sugestões que ainda estavam para ser elaboradas para contribuir com o relatório final.



Na reunião, V.Exa. e o Presidente afirmaram que na reunião programada para quinta-feira pela manhã haveríamos de iniciar a discussão e não a encerraríamos, porque V.Exa. precisaria de um pouco mais de prazo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - V.Exa. está correto.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Estou correto.

É bom que fique claro isso porque foi passada a impressão de que eu e alguns outros que não viemos na quinta-feira estávamos querendo impedir a votação, quando na verdade estava decidido que aquela votação não ocorreria na quinta.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Domingos Sávio, eu preciso ir, senão não vou conseguir me liberar de lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas eu apenas queria uma confirmação de V.Exa. de que de fato nós não tínhamos a intenção de votar na quinta-feira o relatório, até porque V.Exa. precisava de prazo para concluir esses entendimentos.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Domingos Sávio, se algumas bancadas eventualmente tomarem a decisão, alguns Parlamentares, e não vierem, esse é um direito dos Parlamentares. E nós temos que ter...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Mas havia a construção de um entendimento. É isso que eu coloco.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - E a decisão de não encerrar a discussão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Nós temos que entender que o processo legislativo é um processo no qual nós falamos, debatemos, amadurecemos e decidimos. E é desse jeito que nós iremos até o último dia.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Deputado Onyx, para contribuir...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - O importante é que consigamos aprovar, e aprovar uma boa lei.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Claro que V.Exa., no seu esforço diário de chegar a um entendimento, a um consenso em torno de um texto, vai disponibilizar daqui a pouco...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Daqui a 10 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - Daqui a 10 minutos vai disponibilizar um texto etc. Mas V.Exa. mais suprimiu ou também incluiu outros...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, mais retiramos e fizemos correções de acordo com as contribuições dos Parlamentares.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO ROSSO - O que significa, em tese, que o debate ficará mais facilitado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Vai ficar muito mais facilitado. Está bem?

Deputado Rogério Rosso, eu peço licença porque eu vou e volto o mais rápido possível.

(Pausa prolongada.)

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Novamente dou as boas-vindas a todos Sras. e Srs. Deputados e aos amigos que aqui se encontram.

O nosso Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, já protocolou o novo texto do seu relatório. Temos de abrir a sessão para o texto entrar no sistema e ser imediatamente disponibilizado na rede para V.Exas.

O texto precisa ser validado para entrar no sistema e os Srs. Deputados poderem ter acesso a ele. Depois o Deputado Onyx irá dizer quais foram as mudanças.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sr. Presidente, o novo relatório nos será disponibilizado também em meio físico?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Se der tempo, porque para tirar cópia para todos demora um pouco.

O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES - Sim, mas é importante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos fazer isso. Só que não poderá ser agora. Daqui a pouco o texto estará no sistema. Estão dando



entrada no sistema. As cópias poderão ser feitas, mas isso vai demorar um pouco mais.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Sr. Presidente, a presença na Comissão continua a mesma já registrada?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim, mantém a presença. E quem não registrou presença pode fazê-lo agora, o painel está aberto.

(Pausa prolongada.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Tenho que dar alguns esclarecimentos, inicialmente.

Ordem do dia.

Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado Onyx Lorenzoni.

Reitero agora alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos que nortearão os trabalhos de discussão e votação do parecer do Relator na Comissão.

A lista de inscrição para a discussão continua à disposição das Sras. e Srs. Deputados na mesa de apoio da Secretaria.

Os Srs. Deputados terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente, contra e a favor.

É permitida a permuta de inscrição. Aqueles que não se encontrarem presentes na hora da chamada perderão definitivamente as suas inscrições.

O prazo para discutir a matéria é de até 15 minutos para membros da Comissão e Líderes e de 10 minutos para os Deputados não membros.

Os Deputados que desejarem eventualmente ler votos em separado deverão fazê-lo de acordo com a lista de inscrição e no prazo já estabelecido, não lhes sendo permitido falar novamente. Os autores de eventuais votos em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar os seus votos à Secretaria para inclusão na publicação de avulsos. Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, só uma questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, só para efeito de informação, gostaria de saber se V.Exa. pretende passar a palavra ao Relator para ler o relatório, explique como foi o primeiro movimento, quando a Comissão fez na apresentação da primeira parte do relatório. Depois V.Exa. pretende dar seguimento à discussão de acordo com a relação de inscritos e colocar o relatório em votação? Ou ficaremos apenas na leitura e explicação do relatório pelo Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Nós vamos fazer a leitura e a explicação do relatório e abrir a discussão. Meu compromisso com os Líderes de partidos é de nós não fechamos a discussão hoje, porque o texto é novo. Todos devem levá-lo, as suas assessorias vão estudá-lo hoje à noite e trabalhar nele até de madrugada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Correto, Sr. Presidente, isso é necessário, até para os movimentos sociais e a sociedade de modo geral conhecerem o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Ninguém vai votar de bate-pronto. Amanhã, às 9 horas, nós retornaremos aqui. Se alguém quiser propor alguma alteração ao texto ainda haverá tempo, porque a discussão não vai ser encerrada.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, V.Exa. convocou reunião para amanhã às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Já a reconvoquei para 9 horas neste plenário.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Nove horas.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, as inscrições serão abertas a partir de amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Não, as inscrições já estão abertas. São as mesmas do início da reunião.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Presidente, eu já estou inscrita. Como estou entre os primeiros oradores, proponho a V.Exa. que retomemos os trabalhos amanhã às 9 horas e que as falas sejam feitas a partir da manhã, senão



quem receber o relatório agora estará despreparado com relação a quem estudou o relatório a noite inteira.

Peço a V.Exa. que as inscrições se iniciem amanhã a partir das 9 horas, para preservar o direito de todos e de todas de analisar a fala dos inscritos.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, V.Exa. me permite fazer um encaminhamento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, em que pese a argumentação da Deputada, que tem certa lógica — nós só teremos o formato exato do relatório ao final desta reunião —, pondero que, em relação àquilo que nós achamos que deve ser mantido e àquilo que deve ser modificado, nós já temos clareza pelo texto que foi colocado no *site*.

Se nós iniciarmos o debate hoje, acho que ganharemos muito tempo com relação à votação amanhã. É apenas a iniciação do debate. Nada impede que se faça amanhã uma nova análise do tema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos fazer uma coisa de cada vez. Vamos deixar o Relator explicar o relatório. Nós estamos discutindo uma questão que nós não conhecemos. Vamos deixar o Relator explicar o relatório dele. Se nós nos sentirmos confortáveis, vamos dar início à discussão. Caso contrário, não vamos apressar nada, não vamos passar por cima de nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Perfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Acho que não adianta fazer o debate antes de ouvirmos o Relator. Vamos ouvi-lo. O texto original todo mundo já conhece, já leu, já debateu à vontade. Se as alterações do Relator não forem, por hipótese, só supressivas, pouca coisa se tem a estudar. Certo?

Eu não sei ainda quais são as alterações. Então, vamos ouvir o Relator e, após, debater como serão os encaminhamentos. Pode ser assim? (*Pausa.*)

Com a palavra o Relator, Deputado Onyx Lorenzoni, que trabalhou muito para chegar a esse relatório, principalmente nos últimos dias.

Quero, antes de o Deputado Onyx Lorenzoni começar a falar, deixar o meu agradecimento por toda a sua competência, seu trabalho, seu esforço para que



podéssemos chegar a este momento. Deputado Onyx Lorenzoni, V.Exa. dignifica esta Casa e, particularmente, esta Comissão. É um prazer muito grande ser seu parceiro na construção deste momento.

Com a palavra o Relator, Deputado Onyx Lorenzoni. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Quero agradecer, primeiro, pela paciência de cada um dos amigos, das Sras. e dos Srs. Parlamentares neste momento complexo que nós estamos enfrentando com um tema que todos reconhecem que é difícil desde a sua compreensão até a construção de um entendimento que nos permita responder à sociedade brasileira.

Eu quero iniciar aqui com alguns compromissos, Sr. Presidente, que vão estar publicados junto com o relatório, que são os requerimentos que nós havíamos assumido a responsabilidade de fazer.

Primeiro, eu quero reiterar ao autor deste projeto, Relator da Comissão Especial que trata do Código de Processo Penal, o amigo e extraordinário Deputado João Campos, que nós estamos fazendo a separação daqueles assuntos que são comuns que vão ser trabalhados aqui neste projeto de lei e aqueles que nós não vamos abordar porque precisam de uma discussão mais aprofundada. Tudo isso será encaminhado a V.Exa. (*palmas*), mas nós queríamos fazer isso hoje. Nós não conseguimos fazer isso hoje por conta do esforço que os consultores fizeram. Mas amanhã de manhã e ao longo do dia de amanhã nós vamos, ainda no curso do dia, entregar formalmente um conjunto de medidas que nós não vamos acolher aqui, mas que valeria a pena debater na Comissão Especial, de que V.Exa. é o Relator e o nobre Deputado Danilo Forte, o Presidente.

E, quanto àquilo que nós vamos absorver aqui para que já possa ter efeito na legislação brasileira, V.Exa., se nós conseguirmos lograr aprovação no plenário desta Casa, já tem a construção do que irá absorver lá ou buscar fazer as modificações que julgar necessárias.

Com isso, quero afastar qualquer preocupação, que quanto a isso muitos Parlamentares já me manifestaram, porque nós iremos trabalhar em sintonia, as duas Comissões, para dar a resposta devida à sociedade. Nós vamos, ao longo do nosso trabalho, contribuir para que no Código atual — porque existem modificações



que atingem vários Códigos com que nós atuamos — já se possa fazer, mas aquilo que nós absorvermos com a votação no plenário desta Casa e do Senado Federal V.Exa. terá toda condição de manter o que achar conveniente ou fazer os ajustes que julgar adequados.

Há um fator que eu quero revelar aqui publicamente. É muito importante que se faça dessa forma porque no caso do Código de Processo Penal a iniciativa foi do Senado Federal. E o Senado vai ter papel revisor. No caso do Código de Processo Civil, as modificações feitas pela Câmara ao relatório do Deputado Paulo Teixeira foram todas absorvidas pelo Senado Federal. Mas há sempre o risco de que não o sejam. Então, havendo alguma modificação para melhorar o sistema, sendo da Câmara dos Deputados a iniciativa, temos ainda o poder revisor, o que pode, eventualmente, ser útil.

Estou prestando esclarecimentos diretamente a V.Exa. pelo respeito que tenho por V.Exa. e porque isso fazia parte de uma combinação que fizemos ao início de todo o nosso trabalho. Espero que V.Exa. compreenda e acate esse procedimento que nós estamos anunciando aqui.

Queria também trazer um debate muito claro e muito franco: quando nós apresentamos a décima oitava medida, retirada na segunda-feira retrasada, ela trazia uma inquietação e uma preocupação do Parlamento de fazer com que a lei valha para todos. Naquela preocupação que tínhamos, nós reconhecemos que a tipificação penal estava aberta, o critério de julgamento era inapropriado, porque era no Senado Federal. E hoje alguns constitucionalistas sustentam o entendimento de que existem decisões do Supremo Tribunal Federal que dizem que os crimes de responsabilidade podem ser aplicados apenas àquelas autoridades citadas na Constituição como passíveis de sofrer processo por crime de responsabilidade.

Nós estamos avaliando essa questão, porque nós também dissemos, quando da retirada do dispositivo — o Deputado Joaquim Passarinho e este Relator —, à representação do Ministério Público que nos procurou, e que conosco debateu ao longo da segunda-feira da semana retrasada, que nós iríamos buscar um mecanismo que permitisse ao cidadão questionar qualquer atitude ou qualquer demanda em que se julgasse injustiçado.



Então, nós vamos, com equilíbrio e critério, buscar a construção da melhor alternativa. E não será no âmbito das dez medidas, pelo menos, que nós iremos suportar, porque nós não queremos contaminar um projeto que tem muita importância no combate à impunidade e à corrupção com medidas que vêm sendo propostas por setores do Congresso Nacional — vamos, assim, respeitar as pessoas —, que têm como objetivo silenciar investigadores e juízes no Brasil. Nós não podemos repetir — temos que ter equilíbrio — o episódio italiano. Eu vou citar aqui a filha do Deputado Rubens Bueno, Deputada Renata Bueno. Ela é uma brasileira de origem italiana, que foi eleita para o Parlamento italiano. Os descendentes de italianos no Brasil, como eu, têm direito a voto em toda a América Latina. São quatro representantes e ela está entre esses quatro representantes. Ela lembrou, muito apropriadamente, em entrevista a órgãos da imprensa, que o Parlamento italiano reagiu da pior maneira à Operação Mãos Limpas: fragilizou a legislação e enfraqueceu o controle e transformou a Itália em um país mais corrupto no pós-Mãos Limpas do que era antes. E perdura há duas décadas uma crise institucional entre o Poder Judiciário italiano, o Ministério Público italiano e o Parlamento italiano.

É evidente que não é isso que nós queremos aqui. Nós queremos, com equilíbrio, construir caminhos para que o Brasil possa enfrentar a impunidade e a corrupção. E vamos, também, com o mesmo equilíbrio, com clareza, com o projeto — do qual o Deputado Joaquim Passarinho e este Relator vamos convidar todos os Membros da Comissão para serem signatários — que será elaborado pela competente Consultoria Legislativa da Câmara, buscar um caminho que dê esse instrumento à cidadania.

As corporações são muito importantes no Brasil. E nós as tratamos com o maior respeito e apreço. Agora, o corporativismo não pode estar acima da cidadania.

E é nesse sentido que nós vamos, com responsabilidade, preparar o projeto. O Presidente Rodrigo Maia coloca uma Comissão Especial, que faz o mesmo trabalho que se faz aqui — eu até brinco — com as luzes acesas, com as câmeras acompanhando, com a sociedade presente e nós aqui debatendo com os agentes públicos que vão ser alvo da nossa proposta legislativa — digo “nossa” porque todos



serão convidados a ser signatários dela —, de tal forma que nós vamos equilibrar isso.

Vamos, primeiro, cumprir a tarefa de responder com equilíbrio, soberania, altivez a provocação que nos foi feita com as 10 Medidas contra a Corrupção, para ajudar o Brasil a combater esse mal. E depois nós vamos tratar dessa outra questão, que também é importante para a vida, na avaliação das bancadas e dos Parlamentares desta Casa.

Feita essa ressalva, para explicar o motivo por que a décima oitava medida foi retirada — para não haver nenhum tipo de confusão com outras manobras —, nós queremos lembrar que aqui tramita a PEC 291, aprovada no Senado Federal e enviada a esta Casa. Vamos pedir a agilização da sua tramitação. Ela traz uma série de possibilidades de questionamentos à ação tanto de magistrados quanto de procuradores, e outros agentes públicos eventualmente flagrados na prática de ilícitos, suprimindo o recebimento de qualquer remuneração caso sejam apanhados cometendo ilícito. Essa, na verdade, é uma sinalização, porque ninguém pode aceitar que o joio valha o mesmo que o trigo. O joio tem que ser separado do trigo em toda e qualquer corporação que sirva à sociedade, porque o dinheiro é das pessoas e tem que ser respeitado e valorizado.

Então, nós vamos propor que a PEC 291 tenha acelerada sua tramitação para já responder a essa preocupação que tantos manifestaram aqui ao longo das nossas reuniões.

Da mesma maneira, encaminharemos à Procuradoria-Geral da República e ao Conselho Nacional de Justiça solicitação de que envie os projetos a este Parlamento brasileiro para regular e ajustar as questões disciplinares relativas a juízes e promotores que eventualmente cometam qualquer tipo de ilícito.

Essas são, a princípio, as indicações até o presente momento. Eu quero só reiterar que até o momento da votação nós estaremos com a Consultoria e esta Relatoria abertas a sugestões que os Srs. Parlamentares queiram ver presentes em indicações ou à Presidência da Câmara ou a organismos a que nós as iremos direcionar.



E o Presidente Joaquim Passarinho lembra, adequadamente, que nós — até em homenagem ao Deputado Celso Maldaner, que durante todos os nossos debates e de maneira reiterada trouxe a questão do foro privilegiado — também vamos propor indicação à Câmara para que acelere a votação das propostas de emenda à Constituição que tratam do foro privilegiado.

Portanto, dentro dessas normativas, eu creio que estamos recolhendo os anseios de todos.

Vamos agora ao relatório, que já deve estar disponibilizado para os senhores.
(Pausa.)

Já está no sistema e pode ser acessado. Algumas cópias já estão disponíveis.

Vamos começar de trás para frente.

No entendimento com as bancadas, nós tivemos que retirar algumas medidas. E aqui eu quero citar, até em homenagem ao Presidente da OAB, Dr. Cláudio Lamachia, que aqui está, que nós recebemos três contribuições da OAB. Uma delas sobre ação popular; a outra, sobre a criminalização de condutas que atacam o exercício da profissão do advogado; e a outra coloca no mesmo nível, no mesmo plano o advogado, o procurador e o juiz. Havia também a criminalização da atividade ilícita da advocacia.

Quero cumprimentar o Prefeito de Porto Alegre, Deputado Nelson Marchezan, que comparece a nossa Comissão, seguramente para contribuir com todos nós.

Destas medidas, nas discussões que fizemos ao longo dos últimos dias, nós conseguimos manter um nivelamento do posicionamento em juízo da defesa e da acusação, mas não conseguimos progredir na criminalização, tampouco conseguimos progredir na ação popular.

Então eu quero aqui dizer ao Presidente da OAB, Claudio Lamachia, que fizemos um esforço, apresentamos a proposta, mas, no momento em que nós tentamos construir o entendimento para viabilizar sua aprovação, essa foi uma das medidas que, fruto de um entendimento que tivemos com muitas bancadas, teve de ser retirada.



Da mesma maneira, em virtude de não haver consenso sobre os acordos de cooperação internacional, e muitos daqui sabem de alguns conflitos que existem entre o Ministério da Justiça e a PGR que ainda não estão bem equacionados, nós tivemos que retirar a medida que tratava dos acordos de cooperação internacional, assim como — e aqui faço referência ao Deputado Aluísio — das equipes de cooperação internacional.

Desde a semana passada havíamos corrigido o equívoco que havia sobre as equipes conjuntas de investigação e persecução, as chamadas ECIPs, que foram transformadas, a pedido do Comando da Polícia Federal, em ECIs. Havia suficiente entendimento entre a Polícia Federal e o Ministério Público de que as equipes funcionariam isoladamente, em cooperação internacional, como já o fazem, e também poderiam funcionar conjuntamente. Quando fossem exercer função conjunta, a coordenação, ou seria escolhida de comum acordo ou seria escolhida alternadamente, de forma a preservar a independência e a soberania de cada uma das atuações.

Mesmo com o acordo firmado, os Líderes pediram, ao longo dos últimos dias até o dia de hoje, que tudo aquilo que excedesse as 10 Medidas originais, como critério, fosse removido. Por essa razão nós já comunicamos à Polícia Federal, já comunicamos à PGR, já comunicamos à Cooperação Internacional da PGR, já comunicamos ao Ministério da Justiça que esses projetos virão, e nós vamos trabalhá-los em outro momento, depois que estiver madura essa relação institucional, porque esse aspecto mexe com autoridade central e outras coisas. Nós optamos, então, por atender à demanda dos Líderes, que, para construir o acordo, queriam que ficássemos cingidos ao proposto nas 10 Medidas originais.

Da mesma maneira, nós retiramos a décima quarta medida, que tratava de colocar em lei ordinária as recentes decisões dos julgados do Supremo Tribunal Federal que tratam da execução após o término dos recursos originários, na segunda instância, o cumprimento de pena, sob o argumento utilizado por muitos partidos e bancadas de que, como o tópico não estava nas medidas originais, e como as decisões no próprio Supremo foram por um voto... Eu me lembro de uma sessão em que nós ficamos aqui narrando quantos votos havia lá, até que se



conseguisse definir o placar final, e naquela oportunidade todos aqui achavam que deveríamos colocar em lei ordinária. Mas as ponderações recebidas de vários juristas nos fizeram retroagir, tendo como base o princípio de ficar cingido às 10 Medidas originais, com dois acréscimos. Todos aqui vão entender a importância e a relevância de eles terem sido mantidos.

Da mesma maneira, o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, que tinha a base de atenção qualificada de dados, na verdade é uma tese que nasceu na CPMI dos Correios, em 2006. Há muito tempo nós tentamos fazer com que os órgãos de controle, primeiro, desenvolvam um mecanismo de prevenção e conversem entre si, mas isso também caiu no mesmo critério das bancadas e dos partidos, de nós nos cingirmos às 10 Medidas.

Então, foram retirados o Sistema Nacional de Combate à Corrupção, a Comissão Mista do Congresso Nacional, que trabalharia o combate à corrupção, e o banco de dados de atenção qualificada. Esses três estão suprimidos junto com o Fundo de Combate à Corrupção, que vai virar objeto de uma indicação.

Eu não sei se foi o Deputado Nelson Marquezelli que chamou a atenção para o fato de que não tínhamos capacidade de dar esse comando ao Poder Executivo. Acho que foi S.Exa.

Numa análise mais detalhada, e várias bancadas trouxeram essa informação, nós podemos apenas fazer a sugestão ao Poder Executivo, porque mexe com matéria orçamentária. Estou vendo aqui a Dra. Eleni, que nos ajudou num documento importante que recebemos da Associação dos Servidores do Tribunal de Contas, que questionava a criação desse fundo. Então, ele está retirado. Vai ser objeto de uma indicação para o Poder Executivo.

Foram retiradas as décima terceira e a décima quarta. Nós ficamos, ao final, com 12. E quais são as 12? As 10 originais. Prevenção à corrupção, transparência e proteção à fonte de informação. As regras *accountability* ficaram intocadas, desde a publicação, até agora. O teste de integridade dos agentes públicos permaneceu, com efeitos administrativos. Não pode haver demissão dos servidores com base no teste. Não pode haver nenhuma punição, nenhuma condenação, com base apenas no teste.



Cem por cento dos servidores ou agentes públicos de qualquer instituição precisam ser primeiro treinados em relação ao teste de integridade, para que, depois, ele seja aplicado. Ele vai ser parte integrante da formação de servidores públicos, de funcionários públicos, a partir da edição da lei. A realização do teste pressupõe comunicação com a Polícia Federal ou com o Ministério Público, um com o outro, e para a aplicação, em casos em que haja suspeita de qualquer ilícito, com autorização judicial.

Então, nós fizemos um cerco. Em relação ao teste de integridade, nós conseguimos mantê-lo. Ele é uma ferramenta que já demonstrou a sua eficácia em inúmeros lugares do mundo, nas mais diversas culturas.

Portanto, de forma bastante restrita, nós estamos utilizando para esse teste de integridade um conceito trazido aqui por associações de servidores públicos. Nós demos a ele uma dimensão que permite que o Brasil comece a experimentá-lo. É voluntário; não é obrigatória a sua aplicação. É uma decisão de cada organismo. Não há mais a obrigatoriedade que existia na proposta inicial. E é uma ferramenta que seguramente, com o andar do tempo, nós vamos adaptar. Poderemos utilizá-la como qualificação da prestação de serviço público.

A criminalização do enriquecimento ilícito de agentes públicos ficou praticamente intocada. Há uma ou duas correções no texto, que são apenas redacionais, sem grande relevância. O aumento das penas, aquele conjunto de penas com o escalonamento a partir do aproveitamento econômico, é uma inovação. Talvez o Brasil venha a ser uma bela referência para a América Latina, na medida em que, dependendo de quanto for desviado, a pena vai crescendo, inclusive trazendo para os crimes envolvendo altos valores, principalmente nos casos de corrupção ativa, passiva, peculato e tal, e pode ser considerado crime hediondo. Isso seria exatamente para impedir os indultos e outras ferramentas a que nós já assistimos aqui, no nosso País.

Na questão do aperfeiçoamento do sistema recursal penal houve uma reprodução e uma unificação em relação a recursos protelatórios, com o mesmo tratamento que o Código de Processo Civil deu aos recursos protelatórios. Nós fizemos uma uniformização, trazendo-o para o âmbito do Código de Processo Penal.



Quanto ao pedido de vista dos tribunais, não houve modificação. No tocante ao *habeas corpus*, nós mantivemos a posição. Não há nenhuma restrição à concessão de *habeas corpus*. Essa foi uma demanda particular e muito forte feita pela Ordem dos Advogados do Brasil e pelas Defensorias Públicas. Portanto, nós a respeitamos. Há duas indicações processuais apenas. Em nenhuma delas há qualquer grau de limitação ao direito da concessão do *habeas corpus*.

Da mesma forma, nas ações de improbidade administrativa, nós trabalhamos com o conceito da agilização da tramitação. Da mesma maneira, a criação de Turmas, Câmaras e Varas Especializadas no julgamento de ações de improbidade administrativa serão indicações que nós traremos amanhã, por conta de que não podemos comandar o Ministério Público nem o Poder Judiciário, no caso da criação de Varas Especializadas. Então, vai ser também mais uma indicação que nós vamos fazer.

O acordo de leniência está com a redação que nós oferecemos originalmente, que foi muito elogiada por várias bancadas e reconhecida como um avanço bastante importante.

Quanto às provas ilícitas, que é a Medida 7, nós não acatamos nenhuma forma de prova ilícita. E isso é uma parte das contribuições que recebemos e que vai ser levada à Comissão do Código de Processo Penal para uma discussão mais aprofundada. O Brasil vai precisar discutir um pouco mais sobre provas ilícitas, até porque, da árvore do fruto envenenado, temos a parte do réu e não temos a parte da vítima.

O que há aí, na questão das provas ilícitas, é apenas um ajuste redacional; não há aí nenhuma novidade. Nós respeitamos os apelos da OAB e da Defensoria e o compromisso que firmamos numa visita que fizemos ao Presidente Lamachia, lá na OAB.

Da mesma maneira, nos ajustes à prescrição penal, fundamentalmente acabamos com a prescrição retroativa. Já havíamos comunicado que é uma criação brasileira que precisa acabar. Existem alguns pontos de interrupção de prescrição, apenas isso.



Nas nulidades processuais, reproduzimos, por similaridade, a conduta que está no CPC, para trazer uma uniformização dos dois códigos no Brasil.

Quanto à responsabilização dos partidos políticos e criminalização do caixa dois, estão mantidos os textos originais, com alguns pequenos ajustes, que não mudam...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, o texto é o que produzimos na Comissão, que, desculpe-me, é bem melhor do que o que veio do Ministério Público.

Quanto à prisão preventiva para assegurar a devolução do dinheiro desviado, isso não foi acatado. E também nisso acolhemos uma manifestação da própria OAB.

Em relação à recuperação do lucro derivado do crime, temos o confisco de bens, através da extinção de domínio, e também a perda civil — perdão, confisco alargado. Estão também com ajustes de redação, em poucos pontos, praticamente como foram apresentados no original.

Quais são as duas medidas que vão além das dez propostas? Uma é o reportante do bem. Todos lembram que recebemos aqui a representação da ENCCLA — só para lembrar —, Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.

A ENCCLA é uma instituição que reúne 83 instituições brasileiras e que responde principalmente a todos os acordos internacionais firmados pelo Brasil no âmbito das Nações Unidas. A ENCCLA trabalhou por quase 4 anos para trazer ao Brasil essa iniciativa, que é muito importante. Ela hoje é validada em quase 40 países do mundo.

A Europa foi um dos continentes que mais resistiu a ela porque havia o episódio da retribuição. A Europa a adotou há 2 anos e meio e os europeus hoje dizem, dentro do Parlamento europeu, que foi a medida mais eficaz adotada, na última década, no combate à corrupção na Europa.

Então, tanto a experiência norte-americana como a europeia são experiências de validação.

Os Líderes queriam tirar algumas bancadas hoje. E aí eu vou dizer o que eu disse: *“Olhem, vocês vão me desculpar, mas isso é um avanço extraordinário para o*



País, e nós não vamos poder concordar, não”. E aí, literalmente, eu disse que nós tínhamos assumido um compromisso público com a ENCCLA V.Exas. vão se lembrar disso. Foi aprovada aqui uma ida nossa a Florianópolis, ao Seminário Internacional do ENCCLA, para receber conhecimentos de especialistas internacionais que foram trazidos ao Brasil. Recebemos o texto, e tínhamos o compromisso público de fazer com que o reportante do bem existisse no nosso ordenamento jurídico. Esta é uma medida que muda a cultura, não apenas de combate à corrupção, não apenas do ilícito, mas também do irregular, do ilegal, do fora da ordem, porque pode ser, por exemplo, de uma merendeira de uma creche que pode denunciar, ser protegida e trazer à luz que as crianças daquela creche estão sendo alimentadas com alimentos deteriorados ou vencidos ou estragados. Da mesma maneira, uma assistente de um dentista, de um profissional de saúde, que tenha conhecimento de que aquele profissional tem práticas que não são corretas, ela pode quantas vidas salvar, na medida em que leva essa informação ao setor de ouvidoria ou de correição ou de uma secretaria de saúde ou do próprio hospital, da própria universidade onde aquele serviço é prestado. Então, estou trazendo esses exemplos para demonstrar que não é apenas essa questão do combate ao ilícito; é muito mais amplo do que isso.

Eu queria fazer uma ressalva importante, que é uma novidade e que está aí. Agora, eu olhei para o Deputado Valdir Colatto e me lembrei de que a proposta é de S.Exa. Voltarei rapidamente ao Item 8 para lembrar que ali V.Exas. encontrarão o art. 299 do Código Penal, que traz a criminalização da venda do voto. O eleitor que vender voto será criminalizado. Ou seja, nós fizemos toda a criminalização para o lado da política, e agora também haverá a criminalização para aquele que vende o seu voto.

Então, nós estamos, de maneira bastante simétrica, tentando acertar. Eu quero dar o crédito ao Deputado Valdir Colatto. A proposta, a sugestão foi de S.Exa. Faço questão de reconhecer isso. Também houve o reconhecimento de todas as bancadas, como uma medida muito importante e moralizadora do nosso processo eleitoral.



Agora, o último ponto mantido foi o acordo de culpa. Aqui todos sabem, nós já temos uma experiência no Brasil, que esse acordo é a transação penal de pequenos valores, nas pequenas causas. Nós o estamos trazendo na dimensão do *plea bargaining* americano, no qual, por vontade do réu, soberano, em acordo e com a assistência indispensável direta de seu advogado, ele faz uma transação reconhecendo a sua culpa, reconhecendo que o inquérito policial é válido. Ele reconhece a sua culpa e faz o ajuste com o Ministério Público e, a partir do réu e do advogado, por proposição deles, vai ao juiz para homologação. E, no mínimo, tem de haver a redução de um terço da pena. É daí para cima.

Por que isso é importante? Primeiro porque nós estimamos que algo em torno de 30%, ou talvez até mais do que isso, sendo mais otimista, de todos processos na área criminal, terminarão na fase inicial. Ou seja, vai haver uma desobstrução da Justiça brasileira, reduzindo drasticamente. Quando nós somamos isso ao *accountability*... Ou seja, aquelas regras de estatística em que se usa o conceito de se conhecer por que uma vara funciona e a outra não funciona; por que uma julga em 3 anos e a outra julga em 1 ano; por que uma câmara criminal conclui um processo em 6 meses e a outra leva 3 anos... Juntando isso com a diminuição do volume de processos existentes, nós vamos começar a dar condição para que a Justiça brasileira seja o que sempre sonhamos: mais ágil e mais eficiente. E todos aqui sabem que justiça que tarda é injusta e que justiça feita no momento certo é o que esperamos que aconteça em nosso País.

Aqui nós trazemos uma inovação nesse processo muito interessante. Quando os crimes não forem contra a vida ou com uso de violência, através do uso de monitoramento eletrônico, o réu, ou ré, vai para sua casa, a sua casa vai se transformar na pena restritiva de liberdade. Isso tem um efeito importantíssimo, porque esvazia o sistema carcerário brasileiro e permite uma melhor ressocialização. E quando a mulher for uma costureira, uma doceira, ou o homem um bom artesão, ele pode inclusive recuperar sua capacidade laboral no âmbito da sua família e se recuperar muito mais rápido do que dentro do terrível sistema prisional que nós temos.



Então, esse é um avanço importantíssimo. E foi por essas duas medidas que o Deputado Joaquim Passarinho e este Relator brigamos, ao longo dos últimos dias, para as mantermos, além das outras dez. E nós tivemos a compreensão de 98% dos Líderes com quem nós falamos ao longo dos últimos dias. Então eu também peço a este Plenário que tenha a compressão dos avanços que isso significa.

Todos esses temas serão oferecidos ao Deputado João Campos, para que depois S.Exa. os aprimore ainda mais, dentro do Código de Processo Penal, para que os discuta ainda mais. Mas nós já poderemos dar um passo extraordinário no Brasil com essas duas medidas que se somam às 10 Medidas originais.

O Deputado Esperidião Amin trouxe uma contribuição quando eu me dirigia para cá a fim de conversar com V.Exas. S.Exa. literalmente me atacou. E como eu sou, durante algum tempo de cada ano, seu conterrâneo — o Deputado Valdir Colatto sabe disso —, S.Exa. me fez uma sugestão que vou apenas ler para V.Exas. Nós vamos trabalhá-la de hoje para amanhã e, se houver o consenso da maioria, nós a acataremos. O Deputado propõe que se estabeleça, no artigo em que tratamos de enriquecimento ilícito por agentes públicos o seguinte:

“Art. 217. A investigação destinada a apurar a conduta ilícita, praticada por ocupante de mandato eletivo será realizada no prazo de 6 meses:

§ 1º. Excepcionalmente, a autoridade judicial poderá, através de decisão fundamentada, renovar o prazo disposto no caput, por até 6 meses, mediante requerimento subscrito pelo responsável pela investigação, desde que comprovado ser indispensável a medida.

Findo o prazo, a investigação será encerrada, cabendo ao seu responsável tomar as providências necessárias à publicação do relatório, onde constarão as diligências efetuadas e as razões pelas quais restou frustrada.”



Por que trazer isso para o debate? Nós todos aqui conhecemos situações em que inquéritos ou investigações foram abertas contra agentes públicos em exercício e ficaram lá por 1 ano, 1 ano e meio, 2 anos, 3 anos, 4 anos. Passada a eleição que permitiria a continuidade ou não daquele agente público, curiosamente...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, isso é só alegria, porque chegaram umas balinhas ali, e o povo está com fome.

Quero só concluir o raciocínio para todos entenderem. Ao final dos 4 anos em que o agente público foi suspeito publicamente de cometer crime, seja qual for o crime, a investigação, ou seja lá o que for, é arquivada; concluiu-se que não havia nada, mas a reputação daquele agente público foi duramente atingida ao longo desse período.

Aqui não se impede investigação nenhuma, estabelece-se um prazo bastante razoável, de até 1 ano, desde que fundamentado, e se salvaguardam todos aqueles que têm função pública no Brasil.

Aí, eu vou voltar ao Deputado Valdir Colatto, que mais de uma vez disse que hoje está muito difícil arrumar candidato a prefeito, principalmente em pequenas cidades, porque as pessoas não querem mais se submeter à execração pública. Acho que o Deputado Edio Lopes falou sobre isso também.

Então, por questão de equidade, considerarei valiosíssima a sugestão do Deputado Esperidião Amin e, por essa razão, submeto-a aos nobres pares. Amanhã vamos entregá-la já processada pela nossa Consultoria e, se todos concordarem, ela fará parte integrante do relatório, que, espero, possamos votar amanhã.

Bom, Sras. e Srs. Deputados, todos já estão de posse do texto. Até o presente momento, é esse o relatório que vamos oferecer à votação. E continuo à disposição de todos, para que possamos dialogar até o minuto ou segundo que antecede o momento em que o Deputado Joaquim Passarinho vai dizer: *“Encerrada a discussão, passamos à votação”*. Aí não dá mais para mexer no relatório. Mas, daqui até lá, as contribuições de todos serão avaliadas com critério, equilíbrio e racionalidade.



Ontem ainda eu dizia que acredito no Parlamento brasileiro. Muitos acham que o Parlamento brasileiro não tem capacidade de resposta. Eu sou daqueles que acreditam em democracia. E acredito que a maioria absoluta das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados presentes estão imbuídos de bons propósitos.

Temos em comum um amor incomensurável pelo Brasil e vamos utilizar este momento para provar a capacidade de cada um de nós, para provar o nosso amor ao Brasil e para responder que, quando tiver que cortar na nossa carne, vamos cortar, mas que vamos lutar para fazer aquilo que foi até nome de uma operação da Polícia Federal, o famoso *erga omnes*. Ou seja, a lei é para todos.

Um dia, com a nossa ajuda, com a nossa dedicação, com o nosso trabalho, com o esforço de cada um dos senhores, nós vamos ter um conjunto legal no Brasil, em que todos serão iguais perante a lei, e nenhum cidadão brasileiro poderá dar um passo sequer além da lei, porque, quando der, terá de se haver com a lei e com os representantes dela.

Eu espero a compreensão de todos e agradeço imensamente a tolerância que todos tiveram com este Relator, bem como a paciência e a capacidade de resiliência dos nossos consultores, porque foram inúmeras as noites que eles viraram para produzirmos o melhor que pudéssemos.

Talvez precisemos ainda de alguns aprimoramentos, mas eu acredito que mais de 90% do que foi proposto para as 10 Medidas está condensado neste relatório. Com a agregação do reportante do bem e do acordo de culpa, nós vamos dotar o Brasil de instrumentos que vão fazer uma grande transformação.

O nosso País, nem de longe, será parecido com a Itália, após a Operação Mãos Limpas. O Brasil, após a Operação Lava-Jato, será um país onde um dia nós ainda vamos dizer que tivemos a honra, cada um de nós, de colocar a impressão digital no que transformou o Brasil.

Daqui a 10 ou 20 anos, quando a América Latina olhar para a sua história, vai lembrar que o Brasil foi o farol das mudanças no combate à impunidade, no combate à corrupção, no aumento da transparência e na melhoria das relações entre o público e o privado. Isso acontecerá no Brasil e, a partir dele, por toda a América Latina, que é o continente que tanto sofre com a corrupção.



Por fim, eu agradeço ao meu Líder, Deputado Pauderney Avelino, pela confiança que teve no meu trabalho ao longo de todo esse tempo; aos Líderes partidários, que tiveram a franqueza e a clareza de me colocarem as matérias que foram apresentadas ao longo dos últimos dias; a todos aqueles dos quais, aqui, em muitos momentos, nós divergimos, sempre respeitosamente, sempre tentando construir.

Eu vou continuar dizendo, Deputado Joaquim Passarinho, que V.Exa. foi uma benção, para esta Comissão e para esse desafio, pela condução serena, segura, firme e equilibrada. Os nossos Vice-Presidentes, Deputado Jhc e Deputado Alexandre Serfiotis, tiveram uma contribuição também fantástica para este trabalho.

Eu continuo, como um ser que acredita na democracia, acreditando em cada um dos senhores e em cada uma das senhoras. Os senhores e as senhoras têm a minha confiança; os senhores e as senhoras representam o Brasil. Eu espero que nós possamos amanhã oferecer ao Brasil um novo caminho, construído com equilíbrio, soberania, altivez e, acima de tudo, capacidade de *parlar* — numa homenagem à origem da palavra parlamento —, que se faz através da conversa, fazendo o convencimento e construindo coisas positivas.

Peço que Deus nos ilumine ao longo da noite de hoje e do dia de amanhã. Que esta Comissão consiga entregar ao Brasil um caminho seguro para acabarmos com a corrupção, com os malfeitos e, principalmente, para que nós possamos construir um País onde a lei seja definitivamente o limite para todos.

Obrigado, Sr. Presidente.

É esse o relatório que vai a voto, inclusive as sugestões, que quero receber, dos nobres pares desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Muito obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

Antes de passarmos à discussão, há um requerimento na mesa, do Deputado Fausto Pinato, que pede o adiamento da discussão pelo prazo de duas sessões.

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, eu conversei com alguns colegas aqui, com o Paulo, com o Marun, e também com o representante do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, atendendo a um pedido do Líder



Pauderney Avelino, com quem vamos conversar amanhã. E eu gostaria de ter uma conversa com o Relator, junto com o Presidente da instituição da qual eu tenho orgulho de participar, a OAB. Vamos ao debate, à construção coerente.

Pelo Brasil, eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Fausto Pinato, pela compreensão.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Obrigado, Deputado Fausto Pinato.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Pois não, Deputado João Campos.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Relator, ouvi atentamente a exposição de V.Exa. Na parte que se refere às matérias de natureza processual penal, entendi que algumas serão remetidas àquela Comissão e que outras tramitarão de forma concorrente, dada a natureza e as explicações feitas por V.Exa.

Sem querer jamais lançar dúvida sobre o que V.Exa. disse, mas não tendo tido a oportunidade de ler o relatório, li apenas a conclusão, não observei, na conclusão V.Exa., menção a esse procedimento.

Parece-me, salvo melhor juízo, que, na forma regimental, nós tínhamos que atender ao art. 53, inciso III, do Regimento Interno, para que aquelas matérias de natureza processual penal que fossem àquela Comissão tivessem que ser transformadas em projeto autônomo nesta, para, só então, serem encaminhadas àquela.

Faço essas considerações e gostaria de ouvi-lo.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado João Campos, na medida em que nós recebemos em caráter de tramitação especial essas matérias, tentamos trabalhar com o conceito mais equilibrado possível. Ou seja, as matérias que vão provocar alterações lá, mas que nós não temos condições de esgotar com o debate aqui, como nós dissemos numa reunião ao Presidente de V.Exa., nós vamos separar e fazer a transferência.

Aquilo que nós julgamos aqui — e que tem que ser suportado pelo Plenário — serem avanços importantes para que o Brasil já comece a avançar... A Comissão de



V.Exa. poderá ter uma duração imprecisa, porque ela não tem prazo. V.Exa. poderá trabalhar nela, e acho que vai trabalhar, porque é uma matéria muito complexa, talvez por mais de um ano.

Então, a ideia é que os pontos mais específicos e de modificação mais urgente nós os faremos aqui, e V.Exa., tendo conhecimento, poderá recebê-los ou modificá-los no âmbito da sua Comissão. Mas sobre os efeitos daquelas alterações, por exemplo, da questão do próprio acordo penal, que eu mencionei aqui, do acordo de culpa, que é um caso típico, o Brasil já se beneficia disso sem que nós queiramos invadir nenhuma...

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - Sr. Relator, permita-me. Eu entendi toda a sua exposição. Eu estou dizendo o seguinte: no relatório não está especificado quais serão as matérias para lá encaminhadas e qual será a forma do encaminhamento. Na minha compreensão, a melhor forma do encaminhamento seria esta Comissão transformar as matérias destacadas por V.Exa. em projeto autônomo. A minha dúvida é apenas quanto a esse procedimento.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Os projetos autônomos, segundo orientação que recebi, já foram pensados. E nós vamos fazer um ato formal de entrega dos conteúdos para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO CAMPOS - O.k. Perdoe-me a insistência. Só acho que esse procedimento e as matérias que o adotaram têm que ser destacados no relatório de V.Exa. Falo apenas nesse sentido, já que V.Exa. tem sido muito explícito, mas o relatório não faz referência a isso.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k. Nós faremos isso de hoje para amanhã e entregaremos a V.Exa., está bem?

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Para quando está prevista a retomada da discussão, Presidente? Para que horas?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Já vamos começar. A Deputada Ângela pediu antes uma informação, o Deputado Marun está tomando um tereré. *(Pausa.)* É lógico, as damas, primeiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. Relator, eu queria só dizer uma coisa, para que amanhã possamos entrar só no debate do tema. Eu vi que V.Exa.



tocou também em nulidades, pois tínhamos a convicção de que tudo ia acabar indo para o Código de Processo Penal. E, nos requerimentos que V.Exa. citou...

Eu sei que os homens não conseguem fazer duas coisas ao mesmo tempo, então vou esperar o Deputado, que tem a precedência da idade, para falar com o senhor. Não tem problema.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - *(Riso.)* Não, não. Já está resolvido.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Se fosse uma mulher, até acho que daria conta, porque nós temos esse costume.

Sr. Relator, falo especificamente sobre um tema que nós discutimos: a preocupação com a aposentadoria dos magistrados que cometem crime. Nós não temos a prerrogativa legal de mexer nisso aqui, mas achávamos que era preciso incluir requerimento, ou no formato de requerimento, como indicativo ao Poder Judiciário para que tome a iniciativa.

Então, quero só confirmar. Como V.Exa. não leu, eu não tinha a convicção de...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Não, não. Já está com uma indicação, e há a indicação da PEC 291/13, que, por emenda constitucional, já retira essa possibilidade: uma vez condenado, perde completamente qualquer recebimento de fonte pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos combinar o seguinte procedimento... *(Pausa.)*

Pois não, Deputado Marun. Estava sentindo falta da sua fala.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Sr. Presidente, só quero fazer uma pergunta inicial ao Relator.

Estive conversando com V.Exa. em algumas oportunidades. Reconheço o avanço do seu relatório, reconheço o esforço do seu trabalho, e penso que o relatório de hoje, como todos os que V.Exa. apresentou, foi melhor do que o texto que aqui chegou; não necessariamente melhor do que o seu relatório anterior, mas melhor do que o texto que aqui chegou. E, ao final, nas últimas conversas que tivemos a nossa divergência praticamente se concentrava na questão da responsabilização da acusação.



Eu tenho o entendimento de que mão mais forte para acusar tem que ter mais responsabilidade. E mantenho esse entendimento. Vou analisar a PEC e as suas considerações.

Tenho respeito por V.Exa., além de amizade. Quero fazer-lhe uma pergunta, e o senhor só me responda com “sim” ou “não”. Eu tenho sido acusado por um *site*, cujo nome eu não vou dizer, porque seria uma propaganda indevida, de ter pressionado V.Exa. a respeito da questão do caixa dois. Pergunto a V.Exa.: alguma vez eu discuti com V.Exa. essa questão ou lhe fiz alguma sugestão em relação a esse tema? Pode pensar, puxe pela sua memória se alguma vez...

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Deputado Marun, se o senhor a tivesse feito, eu lhe diria agora. O senhor não fez, até porque o senhor tem grandes qualidades que todos nós reconhecemos: sempre teve coragem e não tem papa na língua. E isso é uma coisa que admiro nas pessoas.

Nós sempre construímos, apesar da divergência em alguns pontos, uma relação respeitosa exatamente por isso. Assim como o Deputado Ivan, com quem tenho divergência ideológica e ele comigo, mas nós nos respeitamos, porque eu conheço os bons propósitos da ação política do Deputado Ivan.

Então, quero dar o testemunho de que V.Exa. jamais fez isso, até porque V.Exa. não cometeria nenhuma ação desrespeitosa contra este Parlamentar. Da mesma maneira que eu não cometo contra V.Exa., porque V.Exa. conquistou, pela coragem, destemor e franqueza com que trata os assuntos, o meu absoluto respeito.

O SR. DEPUTADO CARLOS MARUN - Então, só quero reafirmar o que eu disse na minha página: esse *site* mente descaradamente, e fica provado que é um *site* mentiroso. Quero que fique registrado — e eu vou registrar — que esse *site* mente! Transformou-se no porta-voz do retrocesso com mentiras, e essas mentiras têm sido assacadas contra a minha pessoa.

Eu vou ler o seu relatório, com o respeito que V.Exa. merece, e amanhã vou apresentar aqui a minha opinião. Espero que não haja divergências. Também não tenho essa convicção, mas tenho certeza de que as divergências serão mínimas ou menores do que as que tínhamos quando iniciamos o trabalho desta Comissão.



Esta Comissão ouviu cerca de 100 ou mais operadores do Direito. Não digo ninguém, mas nem 10% deles estiveram aqui defendendo a aprovação na íntegra. Dentre os 100 operadores que aqui estiveram eu duvido que 10 tenham vindo aqui defender a aprovação na íntegra dessas medidas. Isso tem que ficar muito claro e registrado.

Nós que aceitamos o desafio de debater e não nos conformamos em ser vaquinha de presépio, aceitando ordem de quem quer que seja, estávamos e estamos certos. E como Relator, que teve coragem de propor modificações, V.Exa. está correto.

Meus parabéns! Vou ler com toda a atenção. Já tenho programa para esta madrugada. (*Risos.*) Apesar de que, depois que o Internacional perdeu ontem para o Corinthians, estou com dificuldade de dormir. Então, eu já tenho programa para a noite e amanhã expressarei aqui a minha opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Marun.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Só um momento.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Eu só gostaria que V.Exa. anunciasse o horário que iniciaremos os trabalhos amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Eu só quero combinar uma coisa com V.Exa.: para não cercearmos o direito de ninguém, abrirei o processo de discussão, porque, ao abrir a discussão, posso abrir o prazo de entrega de destaques. Se alguém quiser começar a discussão hoje, ela já está aberta, e pode fazer a permuta, se quiser, para não prejudicar ninguém. Quem não quiser pode deixar para amanhã, e mantém-se a ordem normal. Mas se alguma Deputada ou Deputado aqui presente quiser começar o debate, vamos começá-lo, porque estão presentes até agora, respeitando a presença de todos aqui. Está combinado assim?

O Deputado Nelson Marchezan Junior pediu para se pronunciar primeiro, depois, o Deputado Valdir Colatto.



É um prazer, Deputado Marchezan, futuro Prefeito, eleito, de Porto Alegre. Não sei se lhe dou parabéns ou pêsames. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Pois é. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente, V.Exa. podia então abrir a lista de inscrição para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Está aberta.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Está aberta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Sim. Se alguém quiser debater hoje, já está aberta a inscrição. Quem não quiser faça-o amanhã. *(Pausa.)*

A lista está valendo para amanhã. Como nós podemos ter permuta, quem quiser falar hoje permuta mais à frente e começa a falar. E nós não mexemos na lista, certo? A ordem da lista é para amanhã.

Lembro às Sras. e aos Srs. Deputados que, assim que houver quórum, abrirei e chamarei a lista de inscrição. Quem não estiver presente perde a vez e não pode voltar. Estamos todos entendidos? Será amanhã, às 9 horas.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO - Qual horário? Às 9 horas, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Às 9 horas, neste plenário.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Sr. Presidente Joaquim Passarinho, Deputado Onyx Lorenzoni, serei breve.

Eu não tive tempo de analisar o relatório, Deputado, e tenho certeza de que ele foi feito com esmero e atenção. Mas discordo dos conceitos básicos que trouxeram este projeto até aqui, principalmente dos conceitos com base nos quais esse projeto foi debatido pela sociedade até este momento.

Nós debatemos aqui o projeto como se a corrupção estivesse na política e no Parlamento, e sabemos que ela está. Sabemos que este Parlamento é cheio de quadrilhas. Em várias Comissões, há quadrilhas que buscam conseguir recurso para projetos, para montá-los e alguém ganhar e repassar algum valor. Isso é notório!



Mas eu não acho que os Deputados e este Parlamento sejam uma cópia fiel da sociedade. A sociedade é menos corrupta do que o Parlamento, porque o Parlamento, mais do que representar a sociedade, representa corporações, e estas, sim, são corruptas. Elas achacaram o Estado e levaram-nos à crise em que estamos.

Eu não consegui olhar o relatório, Deputado Onyx, até porque estava em campanha, e o recebi hoje. Mas os conceitos com os quais este projeto e o tema corrupção foram tratados nos últimos meses são medíocres e simplórios. Ou alguém aqui defere orçamento? Não, ninguém aqui defere orçamento. O político que faz corrupção a faz conchavado com alguém que está no Executivo, e nem sempre — nem sempre — é um político! Aliás, na maioria das vezes, não. Mas ele sempre, e necessariamente, está em conchavo com os Tribunais de Contas, com o Ministério Público e com o Judiciário!

Por que o Ministério Público não processa e o Judiciário não julga? Será que só o Sérgio Moro, alguns juízes, alguns promotores e uma parte da Polícia Federal viram a corrupção? Ou será que o Judiciário não sabia que havia corrupção do jeito que foi feita e apresentada pelo Sérgio Moro, pelo Ministério Público e por aquela equipe da Polícia Federal?

Será que, se todos os juízes fossem dedicados e honestos, nós chegaríamos a esse ponto? Será que, se todos os promotores fossem honestos e dedicados, como os da Lava-Jato, a corrupção no Brasil chegaria a esse ponto?

Mas aqui só se falou da corrupção na política. Da corrupção nas corporações, no Judiciário, no Ministério Público não se falou!

Viemos aqui para dar mais poder, e eu não sou contra dar mais poder para a investigação. Mas pelos relatórios iniciais que vi, terão que apresentar relatório a cada ano, e quem vai analisar o relatório é o CNJ. Ora, o relatório tem que ser do dia a dia da atividade. E quem tem que analisar o relatório de outro Poder ou de outro órgão é outro Poder, outro órgão e a sociedade, e não eles mesmos. Até porque o CNJ já provou que é comparsa na corrupção interna do Judiciário e do Ministério Público.



Aliás, temos a apropriação indébita mantida por liminar! Juiz e promotor no Brasil ganham dinheiro ilegal, sem previsão em lei, porque o Ministro do STF decidiu que têm que ganhar auxílio-moradia. Não há lei, mas eles têm que ganhar. Ganham 100 mil, 200 mil por mês! A maior corrupção do Brasil não está na Lava-Jato, está no salário ilegal. São 10 bilhões de dinheiro ilegal. Estão onde? Nas corporações! E não vejo aqui ferramenta nenhuma para combater isso. Nenhuma!

Perdão, Deputado Onyx, perdão! Eu não vejo, porque não li o relatório. Eu não vejo, porque não o li. Mas pelo que eu escutei durante esses três meses, não me parece que tenham trazido a V.Exa. sugestões para isso. Eu faço mais uma defesa conceitual, Deputado Onyx, e não uma crítica ao seu relatório, porque, reitero, eu não o li. Mas o que eu escutei nos últimos três meses foi uma visão torta e equivocada de que é possível a corrupção nascer na política e ser feita pelos políticos sem que haja conchavo.

Ouvi o Senador Renan Calheiros dizer que ia acabar agora com os altos salários acima do teto. São 10 bilhões por ano. *“Mas agora ele está preocupado, porque realmente o estão pegando na corrupção”*. É caro, pessoal! Lobo não come lobo! Durante décadas, a corrupção no Judiciário foi acobertada pelo Legislativo; a do Legislativo, pelo Ministério Público; e vice-versa. Ou a Constituição não diz, desde 1998, que era proibido ganhar acima do teto? Agora apertou o calo do Renan, e por que não apertaram antes, no STF, o calo do Renan? Por que estão parados os processos dele lá? *“Ah, mas agora vão apertar”*. *“Ah, bom, então, agora, eu vou me preocupar com a apropriação indébita de 10 bilhões que a maioria dos juízes e promotores fazem”*.

Então o problema, pessoal, não está na política. O problema não está na sociedade. A sociedade é roubada pelas corporações.

De novo, eu não li o relatório, mas os debates, as ideias e os conceitos que mapearam a tramitação deste projeto foram absolutamente equivocados, no meu ponto de vista, e foram protetores das corporações, que são as verdadeiras corruptoras da estrutura pública brasileira.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado, Deputado Nelson Marchezan Junior. Essa já é a sua discussão, ou não?

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Eu não li o parecer, então não pode ser a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - É porque eu abri o espaço, e logicamente não iria cortar a sua palavra. Abri o espaço apenas para dar explicações sobre o que ia acontecer, mas V.Exa. fez um discurso tão bonito que eu não quis interrompê-lo.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Há muito tempo eu não escutava V.Exa. falar, porque não participei da campanha em Porto Alegre.

O SR. DEPUTADO NELSON MARCHEZAN JUNIOR - Mas agora V.Exa. é bem-vindo lá, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Vamos voltar àquele acordo. O Deputado Delegado Edson Moreira já disse que...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu queria discutir, mas vou deixar para lá. Depois que escutei esse discurso aqui, eu vou refletir melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Desistiu? Depois desse discurso...! (*Risos.*)

Alguma Deputada ou Deputado...?

O SR. DEPUTADO FAUSTO PINATO - Sr. Presidente, não vou entrar em discussão. Apenas gostaria de dizer que a pressa é inimiga da perfeição — e vejo que avançamos bem desde a manhã até à tarde — e que a humildade também faz parte da perfeição. Todos nós aqui buscamos a perfeição, má ou ruim, com pontos de vista divergentes muitas vezes. Mas fico feliz hoje em poder ter o contraditório, porque o contraditório, com certeza, sempre nos lembra da balança.

Agora, volto a repetir: se nós conseguirmos votar essa matéria amanhã, ótimo; se for votada depois de amanhã, na semana que vem ou daqui a 10 dias, 15 dias, não haverá problema. O que nós queremos, realmente, é dar uma resposta efetiva ao combate à corrupção no País.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Obrigado.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, só quero fazer um alerta e um apelo. Nós precisamos encaminhar a votação, se possível, nesta semana, por uma razão bem objetiva. Se nós não conseguirmos votar essa matéria no plenário da Câmara até a semana que vem, depois entra o mês de dezembro e virá à Casa a pauta do Poder Executivo. Todos aqui são Deputados, alguns de muitos mandatos, e sabem que a pauta do Poder Executivo atropela a do Legislativo e não votamos mais nada.

O Deputado Rodrigo Maia, na sua primeira audiência, feita com as entidades representativas — e vejo aqui o Dr. Robalinho —, assumiu o compromisso público de ter o projeto votado até o dia 9 de dezembro. Inclusive, algumas dificuldades que tivemos na primeira versão do relatório foram por conta de que nos foi cobrado, pelo Presidente da Casa, que entregássemos o relatório até o dia 8. Era o compromisso que nós tínhamos. Tivemos que virar várias noites para fazê-lo dentro do prazo. E ficou estabelecido o dia 9.

Então, faço essa ponderação. Nós vamos precisar votar na Comissão, se for possível amanhã, para não correremos o risco de não podermos votar neste ano, o que levaria o Presidente da Câmara a quebrar a palavra. Se deixar essa votação para o ano que vem, não sei o que poderá acontecer. Prefiro que foquemos isso, que trabalhemos e votemos esse relatório nesta semana, e que, no máximo na semana que vem, votemos o projeto no plenário da Câmara e o mandemos para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Em discussão.

O Deputado Luiz Carlos Hauly é o primeiro inscrito. O Deputado Valdir Colatto também quer começar a discutir hoje. Já temos dois inscritos para discutir hoje. O Deputado Pr. Marco Feliciano quer se inscrever? (*Pausa.*) Não quer.

Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente Joaquim Passarinho, ilustre Relator Onyx Lorenzoni, ilustre Vice-Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, a história política do Brasil é cheia de golpes, ditaduras e processos que levaram o País à bancarrota várias vezes. Vivemos



momentos difíceis, mesmo assim o Brasil prosseguiu em frente, resistiu a todos os problemas, e vive, nestes últimos anos, uma democracia.

A democracia foi conquistada a duras penas ao longo destes últimos anos, mas ainda é uma democracia incipiente. A estabilidade política naufraga, afunda, submerge, vem à tona; e novamente estamos às voltas, hoje, com a recuperação da credibilidade política...

Há muito barulho, Sr. Presidente. Eu não consigo raciocinar.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - Gostaríamos de pedir licença àqueles que estão conversando. O Deputado Haully está fazendo um esforço para o seu pronunciamento e não está conseguindo. Estamos precisando de silêncio, por favor. Aqueles que quiserem conversar que o façam no corredor, que está à disposição dos senhores e é um bom lugar de conversa.

Deputado Marchezan, o Deputado Haully gostaria que V.Exa. o ouvisse, assim como S.Exa. o ouviu com todo o respeito.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Vou começar novamente, Sr. Presidente.

Sempre convivemos com as crises políticas, desde a Independência do Brasil, a Proclamação da República, o Estado Novo, e, depois o movimento de 1964, a abertura política. Sempre convivemos ora com estabilidade política, ora com estabilidade econômica, com desenvolvimento econômico, ora com distribuição de riqueza.

A verdade é que o Brasil, a duras penas, chegou até onde chegou com uma democracia ainda em formatação, com uma economia fragilizada, destruída nestes últimos anos, e com um setor público ineficiente. Os três Poderes devem muito à sociedade brasileira.

Acho que é melhor amanhã, Presidente. Está todo o mundo cansado e não há ambiente para a Comissão discutir qualquer matéria, porque não há realmente uma concentração maior.



V.Exa. me desculpe, Presidente. Peço vênia a V.Exa., mas estou acostumado a discutir em Comissões em silêncio. Com todo o respeito, peço a transferência para amanhã do meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O.k., Deputado. Fica mantido e garantido o seu tempo.

Deputado Colatto, V.Exa. gostaria de falar?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Eu também solicito para amanhã a discussão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joaquim Passarinho) - O.k. Obrigado. Todos estão cansados.

Quero reafirmar a todos que a partir do momento que houver quórum, nós começaremos a chamada pela ordem de inscrição. Os Deputados que não estiverem presentes na hora da chamada perderão a sua condição de inscrição.

Também quero deixar claro que, amanhã, ao término da discussão, as votações serão nominais de ofício, para evitar qualquer tipo de discussão ou dúvida do resultado.

Agradecemos aos membros da Comissão e a todos que ficaram aqui até este momento aqui.

Estamos encerrando a presente reunião e convocando as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados para a reunião de amanhã, neste plenário, às 9 horas, se Deus nos permitir.

Tenham uma boa noite.